



JULIANA CRISTINA TEIXEIRA

**A DINÂMICA DO CAMPO CIENTÍFICO E OS
CAPITAIS EM JOGO NA PESQUISA EM UMA
UNIVERSIDADE PÚBLICA**

LAVRAS - MG

2011

JULIANA CRISTINA TEIXEIRA

**A DINÂMICA DO CAMPO CIENTÍFICO E OS CAPITAIS EM JOGO
NA PESQUISA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Lavras, como
parte integrante das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Administração, área de concentração em
Organizações, Mudanças e Estratégia, para
obtenção do título de Mestre.

Orientador

Prof. Dr. Luiz Marcelo Antonialli

Co-orientadora

Profa. Dra. Mônica Carvalho Alves Cappelle

LAVRAS - MG

2011

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca da UFLA**

Teixeira, Juliana Cristina.

Dinâmica do campo científico e os capitais em jogo na pesquisa em uma universidade pública / Juliana Cristina Teixeira. – Lavras : UFLA, 2011.

198 p. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Lavras, 2011.

Orientador: Luiz Marcelo Antonialli.

Bibliografia.

1. Parcerias. 2. Pesquisa. 3. Campo. 4. Bourdieu. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD – 302.3

JULIANA CRISTINA TEIXEIRA

**A DINÂMICA DO CAMPO CIENTÍFICO E OS CAPITAIS EM JOGO
NA PESQUISA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Lavras, como
parte integrante das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Administração, área de concentração
em Organizações, Mudanças e
Estratégia, para obtenção do título de
Mestre.

APROVADA em 14 de janeiro de 2011.

Profa. Dra. Ruth Bernardes de Sant'ana	UFSJ
Profa. Dra. Ana Alice Vilas Boas	UFLA
Profa. Dra. Mônica Carvalho Alves Cappelle	UFLA

Prof. Dr. Luiz Marcelo Antonialli
Orientador

LAVRAS - MG
2011

A minha mãe Maria, o anjo que me ilumina.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pois sem Ele eu não teria subido sequer o primeiro degrau para esta conquista.

A minha mãe Maria, razão de toda minha luta pela vida e pela felicidade, razão de cada esforço com o qual tenho respondido aos desafios da vida.

À Mariza, minha tia, que hoje é também o anjo que me ilumina, por cada olhar materno que senti a cada vez que eu me despedia para me dedicar ao Mestrado.

Ao Marco, companheiro de amor e de amizade, que foi fundamental nesta etapa de minha vida, estando ao meu lado em todas as alegrias, angústias, tristezas e conquistas. Em especial, por ser meu protetor que, como fazem os anjos da guarda, estão sempre por perto quando precisamos e por ter praticamente, feito um Mestrado junto comigo.

Àqueles familiares que por mim torceram verdadeiramente e fazem parte de minhas origens, do alicerce que me sustenta enquanto ser humano, especialmente à Roseli, pelo constante contato enquanto estive longe, e a Lúcia, pela sabedoria de vida que a mim transmite.

À Cibele, a mãe e amiga para todas as horas que encontrei ao vir para Lavras, aquela que só com o olhar demonstra o quanto gosta de mim e o quanto se preocupa, (mas espero que os motivos das preocupações terminem logo, viu?). Ela terá minha amizade por todo o sempre.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Marcelo Antonialli, pela disposição e atenção dispendidos ao longo do curso, pelas sugestões, conselhos e por transmitir a tranquilidade necessária a uma mestranda muitas vezes em desespero.

A minha co-orientadora Profa. Dra. Mônica Carvalho Alves Cappelle, que teve uma importância significativa para a escolha de meu foco de pesquisa e para a minha trajetória, inspirando-me e especialmente, por ter aceitado me auxiliar nesta empreitada, com suas contribuições e sugestões. Também pela preocupação com meu processo de transcrição das entrevistas.

A ambos, Luiz Marcelo e Mônica, por terem acreditado na minha proposta de pesquisa.

À Profa. Dra. Flávia Luciana Naves Mafra, por ter me inspirado e me incentivado a seguir com meu foco de pesquisa e por ter me mostrado como, mesmo na academia, devemos seguir nosso coração.

Ao Prof. Dr. Cleber Carvalho de Castro, por ter participado do meu exame de qualificação, e pelo interesse em minha pesquisa.

Às Profas. Dras. Ana Alice Vilas Boas e Ruth Bernardes de Sant'ana, por terem aceitado participar da minha banca de defesa.

À Priscila, que me acolheu como amiga deste o período da disciplina de nivelamento; e Pâmella, pela amizade, força e doçura ao mesmo tempo transmitidas a mim desde que nos conhecemos.

À Fernanda Mitsue, pela amizade, inspiração enquanto pessoa e pesquisadora, e pelo companheirismo nos congressos.

À Nathália, Fernanda Tavares, Gislaïne, Nádia, Manuela, Aline e todos os colegas de Mestrado, turma de 2009, por terem feito parte de minha história e pelo compartilhamento das dúvidas, incertezas e angústias que nos acompanharam nesta etapa, todos demonstrando a importância do fator humano para a formação de um profissional. Também à Nathália Vasconcelos e Ceyça, por sempre torcerem por mim e pela alegria transmitida.

À Carol Lescura, pela inspiração em termos de pesquisadora e também pelo companheirismo nos congressos.

À Vânia, que foi fundamental em meu processo de preparação para o Mestrado, me incentivando e encorajando. À Elizete, que me auxiliou muito em meu processo de mudança e adaptação em Lavras.

Ao PPGA – Programa de Pós-Graduação em Administração e a todos os docentes que contribuíram para a minha formação de pesquisadora.

Aos amigos de graduação da UFSJ e da EPAMIG.

Aos docentes que cederam seu tempo para a realização das entrevistas, tendo sido fundamentais para a concretização desta pesquisa.

A CAPES, pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual eu não teria cursado o Mestrado.

E a todos aqueles que não citei o nome, mas que foram peças chaves nesta etapa de minha trajetória.

“[...] todo o meu empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como ‘caso particular do possível’, conforme a expressão de Gaston Bachelard, isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis.”

Pierre Bourdieu

RESUMO

No contexto da pesquisa científica, como um campo social específico, em que se inserem valores, objetos e interesses específicos, considera-se que a colaboração entre pesquisadores vai sendo estimulada dentro da dinâmica de submissão de projetos a editais. Nesse contexto, se buscou compreender, como presente estudo, quais são os capitais em jogo na formação de equipes de projetos de pesquisa submetidos à FAPEMIG em 2009 por docentes da Universidade Federal de Lavras – MG, que influenciem as possíveis estratégias empreendidas pelos agentes dentro de uma dinâmica de disputa por aprovação de projetos. Especificamente, se buscou compreender, por meio dos tipos de capitais propostos por Bourdieu (1989) - econômico, cultural, social e simbólico - quais são aqueles valorizados dentro do campo científico para as escolhas e as estratégias dos agentes. Utilizou-se a teoria do campo de Bourdieu (1989), juntamente com as noções de *habitus*, capital e campo científico. Por meio de pesquisa documental, entrevistas e análise de conteúdo, verificou-se que o que motiva a escolha por parceiros de pesquisa é o interesse, por parte dos pesquisadores, principalmente, pelo capital econômico e capital cultural e, em menor relevância comparativamente a esses dois capitais, o capital social também é valorizado nas parcerias estabelecidas. Assim, infere-se que a posse desses capitais possa condicionar o posicionamento dos pesquisadores dentro de um espaço de distinções simbólicas. Também, o interesse por esses capitais se relaciona, particularmente, ao conhecimento, pelos docentes, de quais são as leis do campo em que estão inseridos. Por fim, reconhece-se uma dinâmica existente entre a estrutura do campo, representada pelas regras e pressões exercidas sobre os pesquisadores, e a agência, que se faz presente, na medida em que tais docentes manifestam seus desejos e satisfações individuais, que se tornam aspectos subjetivos de sua prática social.

Palavras-chave: Capitais. Parcerias. Pesquisa. Campo. Bourdieu.

ABSTRACT

Within the context of scientific research as a specific social field, in which there are values, objects and specific interests, it is considered that the collaboration between researchers will be stimulated within the dynamic of submission of projects. In this context, this study was carried out with the objective of understanding what are the capitals at stake in building of research projects teams submitted to FAPEMIG in 2009 by teachers of Universidade Federal of Lavras – MG, that also influence possible strategies undertaken by agents within a dynamic of competition for approval of research projects. Specifically, the objective was to understand, by the types of capital proposed by Pierre Bourdieu (economic, cultural, social and symbolic), which are those valued within the scientific field for the choices and strategies of the agents. It was used the field theory of Bourdieu, together with the notions of *habitus*, capital and scientific field. Through documentary research, interviews and content analysis, it was verified that what motivates the choice of research partners is the researchers' interest on economic capital and cultural capital, and in minor importance compared to these two capitals, social capital was also valued in partnerships formation. Thus, it appears that the possession of such capitals can influence the positioning of researchers within a space of symbolic distinctions. Also, interest in these capitals relates particularly to the teachers' knowledge about the laws of field in which they are embedded. Finally, it recognizes a dynamic that exists between the field structure, represented by the rules and pressures on researchers, and the agency, which is present in the wishes and individual satisfactions that these teachers expressed, which become subjective aspects of their social practice.

Keywords: Capitals. Partnerships. Research. Field. Bourdieu.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Capacidade de agência dentro do campo científico.....	54
Figura 2	Estratégias dos pesquisadores em relação à ordem científica estabelecida	56
Figura 3	As duas espécies de capital científico.....	60
Figura 4	Ocupação de posições no campo científico.....	63
Figura 5	Parâmetros para avaliação de propostas para o Edital 03/2009 – Programa Pesquisador Mineiro.....	87
Figura 6	Síntese dos capitais em jogo na escolha por parceiros de pesquisa	182

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Brasil: Dispêndios públicos em P&D por objetivo socioeconômico – 2000 e 2008.....	24
Quadro 2	Cursos de graduação oferecidos pela Universidade Federal de Lavras.....	70
Quadro 3	Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> da Universidade Federal de Lavras.....	71
Quadro 4	Temas e subtemas utilizados na análise temática.....	78
Quadro 5	Esboço da metodologia em relação aos objetivos específicos da pesquisa.....	79
Quadro 6	Distribuição dos projetos por departamento do coordenador.....	90
Quadro 7	Perfil dos coordenadores dos projetos aprovados.....	92
Quadro 8	Perfil das equipes dos projetos aprovados.....	95

LISTA DE ABREVIATURAS

abr.	Abril
ago.	Agosto
Apr.	April
ed.	Edição
Feb.	February
fev.	Fevereiro
jan.	Janeiro
jul.	Julho
jun.	Junho
Mar.	March
mar.	Março
n.	Número
nov.	Novembro
p.	Páginas
v.	Volume

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Minas Gerais
IC	Iniciação Científica
IES	Instituições de ensino
MEC	Ministério da Educação
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PPM	Programa Pesquisador Mineiro
UF	Unidade Federativa
UFLA	Universidade Federal de Lavras

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	Problema de Pesquisa.....	19
1.2	Objetivos da Pesquisa.....	19
1.3	Justificativas da Pesquisa.....	20
1.4	Contexto: Pesquisa Científica no Brasil.....	23
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	27
2.1	A Teoria do Campo de Bourdieu.....	27
2.2	A noção de <i>Habitus</i>.....	34
2.3	Os Capitais de Bourdieu.....	43
2.4	O Campo Científico na visão de Bourdieu.....	47
2.4.1	As duas espécies de capital científico.....	58
2.5	Síntese analítica.....	64
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	68
3.1	Tipo de pesquisa.....	68
3.2	Objeto de estudo.....	69
3.3	Coleta de dados.....	71
3.4	Análise e interpretação dos dados.....	75
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	80
4.1	Regras e normas às quais os pesquisadores estão submetidos no contexto dos editais de apoio e fomento à pesquisa científica.....	80
4.1.1	Edital FAPEMIG 01/2009 – Demanda Universal.....	82
4.1.2	Edital FAPEMIG 14/2009 – Programa Biota Minas.....	83
4.1.3	Edital FAPEMIG 03/2009 – Programa Pesquisador Mineiro (PPM III).....	85
4.2	Perfil dos docentes que tiveram projetos aprovados em editais da FAPEMIG no ano de 2009 e perfil das equipes formadas para sua execução.....	90
4.3	Percepção dos docentes acerca das relações entre suas escolhas na pesquisa e as regras dos editais e do meio científico: a percepção da agência sobre a estrutura do campo científico.....	97

4.3.1	Percepções sobre o campo científico.....	99
4.3.2	Percepções sobre o prestígio acadêmico.....	123
4.3.3	Percepções sobre as condições para aprovação dos projetos e escolhas por parceiros de pesquisa.....	136
4.4	Capitais valorizados (em jogo) na escolha por parceiros de pesquisa.....	148
4.4.1	Capital econômico.....	151
4.4.2	Capital cultural.....	166
4.4.3	Capital social.....	170
4.4.4	Capital simbólico.....	174
4.4.5	Capitais envolvidos em parcerias interinstitucionais.....	178
4.4.6	Uma síntese dos capitais em jogo: o capital simbólico do campo estudado.....	181
5	CONCLUSÕES.....	184
	REFERÊNCIAS.....	191

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa científica é apenas um dos elementos integrantes do setor de ciência e tecnologia de um país (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO, 1979). Em geral, sua noção encontra-se associada ao desenvolvimento tecnológico, à inovação e à competitividade dos países;(AGUIAR, 2003; BRITO, 2000; GUIMARÃES, 1994; ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD, 2002), aspectos nos quais se baseiam as justificativas para investimentos públicos em pesquisa (ARAÚJO, 2008).

No Brasil, observa-se uma significativa dependência dos recursos públicos para o financiamento das pesquisas. Nessa dinâmica, emerge então tanto justificativas para o investimento público em P&D, como também, no cenário nacional, uma pressão para a formação de parcerias individuais e institucionais para a realização de pesquisas.

O contexto da pesquisa científica pode ser considerado um campo social, como um universo relativamente autônomo de relações sociais específicas. Se for considerada a concepção de Bourdieu (1989, 1996a, 2004c) em relação aos campos sociais, se pode dizer que a sociedade seja composta por vários campos diversos, vários espaços que possuem uma autonomia relativa, com regras e características próprias de funcionamento. Cada um desses campos funciona, segundo o autor, como microcosmos sociais que possuem valores, objetos e interesses específicos, denominados capitais.

Entre esses campos diversos, está o campo científico, um espaço no qual estão em luta os monopólios da autoridade e da competência científica e no qual os agentes são desigualmente capazes de se apropriar do produto de um trabalho

científico. Assim, o campo científico é um campo social dotado de relações de forças, de lutas, de estratégias, de interesses e de lucros (BOURDIEU, 2003).

Nesse campo específico, assim como em outros campos sociais, pode-se dizer que os pesquisadores estejam ligados aos outros indivíduos por intermédio de uma convivência implícita que se sustenta pelo *habitus* do campo, que são as categorias partilhadas de percepção e apreciação (BOURDIEU, 2001a). É exatamente o *habitus* que faz com que um indivíduo seja detentor de um gosto ou preferência (ALVES, 2008). Nesse sentido, dentro do campo no qual são cobrados pela produção científica e incentivados a estabelecer parcerias, tais indivíduos podem conferir sentidos e significados distintos às suas práticas, assim como às suas escolhas por parceiros de pesquisa, que se baseiam não só nas pressões da estrutura do campo no qual se inserem, como também nesses sentidos e preferências que particularmente detêm.

Os espaços sociais são estruturados por formas de capital que se tornam tipos específicos de poder que são simultaneamente instrumentos e objetos de disputa (BOURDIEU, 1989, 1996a), que são os capitais econômico, cultural e social (BOURDIEU, 1996a). Assim, pode-se supor que as escolhas dos pesquisadores por parceiros de pesquisa possam ser orientadas objetivamente para a obtenção de um ou uns destes capitais que, valorizados, se efetivam como capitais simbólicos dentro do campo, que diz respeito a uma dinâmica de prestígio e reconhecimento dentro do mesmo.

Além disso, afirma-se que há cientistas renomados que são tomados como referência, que carregam para si um número desproporcional de parceiros de pesquisa, capturando um volume desigual de recursos. Nessa dinâmica, há uma tendência de que os demais pesquisadores busquem trabalhar em colaboração com os que possuem maior *status* (MOODY, 2004). Dessa forma, poder e *status* são aspectos importantes para a compreensão de como se dá o estabelecimento de parcerias de pesquisa, dentro da dinâmica em que se

relacionam os interesses em jogo, as regras do campo científico, as características estruturais desse campo, as estratégias empreendidas pelos agentes, e uma disputa por capitais que seriam fontes de poder dentro do campo.

Ao buscar uma teoria que pudesse empreender a dinâmica existente no campo científico da pesquisa, ao mesmo tempo, permitindo uma visão intermediária entre a estrutura e a agência (a capacidade inventiva dos agentes), a teoria do campo de Pierre Bourdieu (1989) foi considerada adequada para a apreensão das relações sociais estabelecidas.

Os campos sociais para Bourdieu (1989) são vistos como campos de lutas e forças determinados pela distribuição desigual de diferentes tipos de capital. Assim, a perspectiva sociológica de Bourdieu (1989, 2001b, 2003), especificamente no que se refere aos seus conceitos campo, capital e *habitus*¹ e, especificamente, sua concepção de campo científico, foi utilizada na presente pesquisa. Considerou-se que, dentro das regras e valores praticados pela comunidade científica, os pesquisadores investem na formação de parceiras para o desenvolvimento de projetos de pesquisa a serem submetidos em editais de órgãos de fomento, visando ao financiamento público de suas pesquisas.

E é com base na noção de capitais de Bourdieu (2001b), que o presente estudo visa pesquisar o processo de formação de parcerias de pesquisa no âmbito científico. Para a formação de tais ligações, seguindo o autor, deve-se questionar: quais são os capitais em jogo? A perspectiva de Bourdieu permite, nesse sentido, uma apreensão que considera tanto o papel da agência quanto o da estrutura.

A apresentação deste trabalho engloba, ainda nesta seção, a descrição do problema, objetivos, justificativas e contexto da pesquisa. No capítulo 2, é apresentado o referencial teórico, que compreende as noções de campo, *habitus*,

¹ Os *habitus* são os princípios geradores de práticas distintas, como por exemplo, o que o trabalhador come e, sobretudo, sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, e assim por diante (BOURDIEU, 1996a).

capital, e campo científico (e as duas espécies de capital científico). Em seguida, no capítulo 3, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados. No capítulo 4, são discutidos os resultados obtidos com a pesquisa. Por fim, no capítulo 5, são tecidas as conclusões.

1.1 Problema de pesquisa

Considera-se que, como um processo que se alimenta continuamente, a colaboração entre pesquisadores vai sendo estimulada dentro da dinâmica de submissão de projetos a editais. Tal dinâmica é influenciada tanto por questões estruturais, como as exigências das agências de fomento a que estão submetidas e a necessidade de somar recursos para pesquisas cada vez mais complexas e dispendiosas (KATZ e MARTIN, 1997); como também pelo desejo dos próprios pesquisadores, ou seja, pelo exercício da agência. Tal exercício envolve também um desejo dos pesquisadores em aumentar sua visibilidade e prestígio (BOZEMAN e CORLEY, 2004 ;KATZ e MARTIN, 1997).

Nesse contexto, busca-se responder, no presente estudo, à seguinte questão: quais são os capitais em jogo na formação de equipes de projetos de pesquisa, ou seja, o que orienta a escolha por parceiros de pesquisa e que influencia, ainda, as estratégias empreendidas pelos agentes dentro de uma dinâmica de disputa por aprovação de projetos de pesquisa? Para tanto, são delineados para a pesquisa objetivos para responder à referida questão.

1.2 Objetivos da pesquisa

Objetivo geral

Compreender a dinâmica do campo no que se refere aos capitais em jogo na escolha de parcerias e estratégias empreendidas para a formação de equipes

de projetos de pesquisa submetidos à FAPEMIG em 2009 por docentes da Universidade Federal de Lavras - MG, que influenciem, também, as possíveis estratégias empreendidas pelos agentes dentro de uma dinâmica de disputa por aprovação de projetos.

Objetivos específicos:

- a) Identificar regras e normas às quais os pesquisadores estão submetidos no contexto dos editais de apoio e fomento à pesquisa científica;
- b) Identificar o perfil dos docentes que tiveram projetos aprovados em editais de pesquisa da FAPEMIG em 2009, bem como o perfil das equipes formadas para sua execução;
- c) Analisar as estratégias dos docentes relativamente à percepção acerca das relações entre suas escolhas durante o desenvolvimento de projetos de pesquisa e as regras dos editais e do meio científico;
- d) Analisar, por meio dos tipos de capitais propostos por Pierre Bourdieu (econômico, cultural, social e simbólico), quais são aqueles valorizados dentro do campo científico na escolha das parcerias dos projetos de pesquisa.

Assim, atendendo aos objetivos específicos apresentados, pretende-se elucidar o problema de pesquisa, bem como contribuir para a compreensão de um recorte específico da dinâmica do campo científico no Brasil.

1.3 Justificativas da pesquisa

O estudo da dinâmica envolvida na escolha por parceiros de pesquisa dentro do campo da ciência se torna relevante, dado que a colaboração em pesquisa tem se tornado um padrão difundido de política pública de P&D (ARAÚJO, 2008). Além disso, as características dessa colaboração podem ser observadas por meio de consultas a informações que possuem um caráter

público, o que permite um acesso facilitado às mesmas (KATZ; MARTIN, 1997). Assim, compreender o processo de formação de parcerias pode ser uma oportunidade para conhecer melhor a dinâmica em que a colaboração científica ocorre, bem como uma oportunidade para aperfeiçoamento, tanto em nível público quanto particular a cada instituição, da gestão científica das instituições de pesquisa, à medida que há uma pressão conjuntural pelo estabelecimento de parcerias, que possuem a finalidade de aumentar a eficiência da criação de conhecimento e do desenvolvimento de tecnologias.

Além disso, ouvir os docentes a respeito de suas escolhas estratégicas e do modo como percebem uma intermediação entre a estrutura e a agência do campo estudado, permite que se dê voz a indivíduos que são chave para o processo de desenvolvimento científico e tecnológico de um país, revelando suas possíveis angústias, pressões e maneiras como lidam com as mesmas. Tais informações podem ser tanto utilizadas para um simples conhecimento mais detalhado desses indivíduos, como também para possíveis intervenções nas regras e jogos do sistema, que possam propiciar um ambiente de pesquisa o mais adequado possível, tanto em termos de produtividade, quanto de benefícios individuais para esses pesquisadores.

Além disso, como justificativa para a utilização da perspectiva de Bourdieu para a pesquisa, reconhece-se não só a relevância desse pensador para as Ciências Sociais, mas também a importância de se conduzir pesquisas contando com seus escritos. Pode-se dizer ainda que continuar aplicando suas idéias e testar seus achados para produzir novos objetos de pesquisa é continuar o seu legado (WACQUANT, 2002). Ainda, “seu trabalho marca o *retorno ao sujeito* e a inflexão interpretativa que deságuam nas teorias da crítica social da atualidade” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 50), rompendo com a tradição do estruturalismo e “analisando posições dos agentes em campos construídos por disputas entre detentores de recursos de poder” (MISOCZKY, 2003, p. 26),

propiciando um olhar diferente para a compreensão dos fenômenos sociais. Além disso, podem-se compreender os espaços sociais por meio do princípio gerador que funda suas diferenças, ou seja, por meio da compreensão da estrutura de distribuição das formas de poder, os tipos de capital (MISOCZKY, 2003).

E, apesar de sua obra sofrer críticas dos partidários do individualismo metodológico², das correntes convencionalistas da teoria da ação e as que trabalham com a noção evolucionista de tipos de sociedade, muitos são os pesquisadores e teóricos que utilizam seus conceitos para aprofundá-los ou para aplicá-los em contextos diferentes (THIRY-CHERQUES, 2006), como é o caso do presente trabalho.

Analisar o social com base na perspectiva de Bourdieu de que os campos sociais se inserem em campos de poder pode ser considerado relevante dado que “a categoria central para compreender as relações entre agentes dentro dos campos sociais [...] é exatamente o poder e sua reprodução” (MISOCZKY, 2003, p. 14-15). Acredita-se também que a teoria de Bourdieu possa “propiciar outro olhar sobre o tema da ação social [...], e que este outro olhar pode propiciar diferente compreensão dos fenômenos organizacionais” (MISOCZKY, 2003, p. 11), já que se trabalha no presente estudo com um contexto característico das organizações de cunho científico.

Além disso, os conceitos de *habitus* e de campo de Bourdieu, traduzindo importantes contribuições para o pensamento sociológico, servem como

² “[...] corrente segundo a qual os fenômenos sociais são o resultado de escolhas individuais racionais, tenha esta racionalidade raiz econômica ou outra qualquer — que não aceitam o *determinismo social* implicado no seu trabalho, que daria o indivíduo como marionete animada por uma lógica que o ultrapassa [...]. Os individualistas recusam a concepção unilateral da pessoa como agente de e a partir de um grupo social, de um campo de forças que não leva em conta atores, agentes e instituições sem papel relevante no jogo concorrencial, como, por exemplo, os atores do universo familiar. Consideram que a interação de ações individuais, ainda que modificando a sociedade, não a reproduz de forma idêntica” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 50).

instrumentos conceituais para se entender as relações que se dão entre condicionamentos sociais exteriores e as subjetividades dos agentes. No que tange a presente pesquisa, se poderia dizer que os condicionamentos sociais exteriores seriam representados pelas regras ou condições estruturais presentes em um campo científico, aos quais os pesquisadores de certa forma estariam submetidos. Por sua vez, as subjetividades dos agentes influenciariam a capacidade que cada um teria, diante das dadas condições, de escolha de seus parceiros de pesquisa.

Ainda, a noção de capital simbólico, baseada em conhecimento e reconhecimento entre pares (BOURDIEU, 2001b), se torna relevante já que se observa no campo científico um cenário de interesse por financiamentos de pesquisas, que as viabilizam, sendo que, para o pesquisador, “junto com as verbas, há a possibilidade de contar com bolsas de pesquisa, [...] as bolsas permitem ao pesquisador contar com pós-graduandos [...]. Executando os projetos, aumentam-se as chances de publicação [...]. Com isso, [...] ele constrói um ativo (reputação), que lhe concede [...] prestígio” (ARAÚJO, 2008, p. 217).

Assim, reconhecidas as potenciais contribuições da pesquisa em si e a adequação da perspectiva teórica ao contexto de análise, segue-se, então, a apresentação do contexto de pesquisa e do referencial teórico que subsidiam a presente proposta de investigação.

1.4 Contexto: pesquisa científica no Brasil

Para caracterizar o cenário a ser estudado, apresenta-se uma breve revisão sobre o panorama da pesquisa científica no Brasil. Observa-se que o país não só investe relativamente pouco em P&D, como também é significativamente dependente de recursos públicos para seu financiamento (ARAÚJO, 2008). No Brasil, tem-se que no período entre 2000 e 2008, o dispêndio do governo federal

com P&D oscilou positivamente de 0,34% a 0,40% em relação ao PIB. Em 2008, o total do dispêndio nacional com P&D foi de cerca de 32 bilhões de reais, cuja origem foi: 54% de dispêndios públicos e 46% de dispêndios empresariais. Na composição dos dispêndios públicos, por sua vez, 68% de origem federal, e os outros 32% de origem estadual (MCT, 2010).

Em relação aos investimentos em P&D por objetivo sócio-econômico, segue-se uma comparação entre o ano de 2000 e o ano de 2008:

Quadro 1 Brasil: dispêndios públicos em P&D por objetivo socioeconômico - 2000 e 2008.

Objetivos socioeconômicos	2000		2008	
	Valor (em milhões de R\$)	%	Valor (em milhões de R\$)	%
Total	6493,8	100	17680,7	100
Agricultura	783,20	12,06	1.779,60	10,07
Controle e proteção do meio-ambiente	37,5	0,58	116,2	0,66
Defesa	102,5	1,58	110,4	0,62
Desenvolvimento social e serviços	3,3	0,05	191,6	1,08
Desenvolvimento tecnológico industrial	114,8	1,77	1129	6,39
Dispêndios com as IES	3924,8	60,44	10272,2	58,1
Energia	138,3	2,13	200,7	1,14
Espaço civil	147,1	2,27	149,6	0,85
Exploração da terra e atmosfera	58,5	0,9	58,3	0,33
Infraestrutura	27,1	0,42	514,9	2,91
Pesquisas não orientadas	744,1	11,46	1949	11,02
Saúde	410,1	6,31	1066,3	6,03
Não especificado	2,6	0,04	142,9	0,81

Fonte: MCT (2010).

Até 2008, havia no país 2.228 cursos de mestrado e 652 cursos de doutorado, sendo que no período entre 2000 e 2008, houve um aumento percentual total de aproximadamente 49,5% no número de cursos de mestrado e,

em contrapartida, uma diminuição de aproximadamente 20,5% no número de cursos de doutorado. Em 2008, o número de mestres era de 42.995 e de doutores, 42.782, havendo no período entre 2000 e 2008 um aumento de aproximadamente 68% no número de mestres, e 71% no número de doutores (MCT, 2010).

Quanto ao número de artigos brasileiros publicados em periódicos científicos indexados no *Institute for Scientific Information* (ISI), foram 30.415 artigos em 2008, contra um número de 10.521 artigos em 2000. Observa-se no período analisado (2000-2008) um aumento da inserção da pesquisa do Brasil no mundo, indo de um patamar de 1,35% em 2000 até o patamar de 2,63% em 2008. Nesse mesmo período, há uma redução significativa do número de patentes concedidas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), caindo de 6.670 para 2.778 (BRASIL, 2010).

Com o crescimento da pressão para a formação de parcerias para as realizações das pesquisas, seja em nível individual quanto institucional, redes colaborativas de pesquisa, por exemplo, surgem no Brasil por volta da década de 1990 (AGUIAR, 2003), exatamente por meio de induções referentes à criação de um ambiente de cooperação científica, induções essas baseadas na crença das maiores potencialidades da pesquisa realizada em conjunto.

Nesse contexto, torna-se importante considerar o cenário dos grupos de pesquisa no país. O CNPq mantém o chamado Diretório dos Grupos de Pesquisa, que se constitui em uma

[...] base de dados que contém informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no País. O Diretório mantém uma base corrente, cujas informações são atualizadas continuamente pelos líderes de grupos, pesquisadores, estudantes e dirigentes de pesquisa das instituições participantes, e o CNPq realiza censos bi-anuais, que são fotografias dessa base corrente. As informações contidas no Diretório dizem respeito aos recursos humanos constituintes dos grupos (pesquisadores, estudantes e técnicos), às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do

conhecimento, aos setores de aplicação envolvidos, à produção científica, tecnológica e artística e aos padrões de interação com o setor produtivo. Além disso, cada grupo é situado no espaço (região, UF e instituição) e no tempo. Os grupos de pesquisa inventariados estão localizados em universidades, instituições isoladas de ensino superior, institutos de pesquisa científica, institutos tecnológicos e laboratórios de pesquisa e desenvolvimento de empresas estatais ou ex-estatais. Os levantamentos não incluem os grupos localizados nas empresas do setor produtivo. O Diretório é hoje capaz de descrever com precisão os limites e o perfil geral da atividade científico-tecnológica no Brasil. Igualmente é capaz de fornecer aos interessados uma grande e diversificada massa de informação sobre detalhes de quem realiza as atividades, como e onde se realizam e sobre o que pesquisam. Tem sido utilizado pela comunidade científica e tecnológica, em geral e pelos comitês assessores do CNPq como ferramenta de orientação para suas atividades (CNPq, 2010, s/p).

Em 1993, eram 4.402 grupos cadastrados, sendo que em 2008 eram 22.797 grupos (MCT, 2010). Vale ressaltar, como se pode observar pela descrição do Diretório, que a alimentação de sua base de dados depende que os próprios grupos de pesquisa se identifiquem e se cadastrem.

Tais grupos de pesquisa são uma caracterização do contexto de incentivo à formação de parcerias para a pesquisa. Além desses grupos, formatos oficiais de colaboração científica, as colaborações em pesquisa também ocorrem de maneira informal entre os pesquisadores, determinando a formação de laços e redes de pesquisas, na medida em que tais colaborações se repetem. Dentro das próprias universidades, os docentes, também cobrados por seu nível de pesquisas, formam parcerias e equipes de trabalho para a realização de suas investigações. Nesse processo, várias podem ser as motivações envolvidas na escolha de um parceiro de pesquisa, que é exatamente o foco de análise da presente pesquisa.

Definido o contexto da pesquisa, segue-se então à apresentação do referencial teórico que norteia as análises empreendidas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico é constituído por parte da teoria social de Pierre Bourdieu. Para explicitação desse referencial, são apresentados: (1) a teoria do campo de Bourdieu; (2) a noção de *habitus*; (3) a noção de capital e (4) o campo científico, que é, especificamente, o campo estudado na presente pesquisa.

2.1 A teoria do campo de Bourdieu

Bourdieu (1989) define campo como sendo um universo relativamente autônomo de relações específicas, como um espaço estruturado com regras próprias de funcionamento e também com suas próprias relações de força. A noção de campo traduz a concepção social do autor (SETTON, 2002), considerando a sociedade como sendo ela composta por vários campos diversos, vários espaços dotados de uma autonomia relativa, com regras e características próprias que lhe conferem particularidades (BOURDIEU, 1996a). Ou seja, são microcosmos sociais que possuem valores – capitais – objetos e interesses específicos (BOURDIEU, 2004c), demonstrando a visão de uma sociedade heterogênea.

O campo social é uma configuração da distribuição desigual de diferentes tipos de capital (MISOCZKY, 2003), no qual os agentes e instituições se enfrentam de acordo com suas posições relativas dentro de seu espaço, conservando ou transformando a estrutura desse campo (BOURDIEU, 1996a, 2004c).

Os campos, de acordo com a perspectiva de Bourdieu, possuem tanto propriedades universais quanto características próprias. As propriedades

universais seriam o *habitus*, a estrutura, a *doxa*³ - um senso comum ou opinião consensual - e *nomos*⁴ - as leis que regem o campo e que regulam a luta de forças existente (THIRY-CHERQUES, 2006). Além disso, no campo há “coisas que se faz e que se faz porque se fazem e na verdade sempre se fez assim” (BOURDIEU, 2001a, p. 123). Já as características próprias do campo estariam relacionadas com os tipos de capitais específicos a cada campo, englobando tanto bens econômicos, quanto culturais, sociais e simbólicos (THIRY-CHERQUES, 2006).

Ressalta-se que a noção de *habitus* é fundamental para se compreender a perspectiva teórica utilizada na presente pesquisa, porém, não se pretende elucidar o *habitus*, embora algumas propriedades do campo sejam objeto de análise. Pois uma coleta de dados que partirá a campo do ponto de vista dos agentes estudados (os pesquisadores) deve considerar que “enquanto integrantes de um campo, inscritos no seu *habitus*, não podemos ver com clareza as suas determinações. Não somos capazes de discuti-lo” (BOURDIEU, 2001a, p. 111).

Dessa forma, os pesquisadores não seriam capazes de explicitar por meio de seus discursos o *habitus* do campo estudado. Porém, ainda assim, reforça-se que a noção é parte essencial para o fundamento conceitual da pesquisa, principalmente por ela focar em critérios preferenciais utilizados pelos agentes de um campo para a escolha de parceiros de trabalho, já que “as

³ A *doxa* substitui o que a teoria marxista chama de ideologia ou falsa consciência, sendo um conceito relativamente mais claro e preciso. A *doxa* é aquilo sobre o que todos os agentes estão de acordo, contemplando tudo o que é admitido como *sendo assim mesmo*: os sistemas de classificação, o que é interessante ou não, o que é demandado ou não (BOURDIEU, 2004c).

⁴ O *nomos* “congrega as leis gerais, invariantes, de funcionamento do campo. [...] Todo campo, como produto histórico, tem um *nomos* distinto. Por exemplo, o campo artístico, instituído no século XIX, tinha como *nomos*: *a arte pela arte*. Tanto a *doxa* como o *nomos* são aceitos, legitimados no meio e pelo meio social conformado pelo campo” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 37).

distinções críticas das preferências manifestadas pelos agentes [...] são aplicadas em todo e qualquer ponto da distribuição e reprodução dos *habitus*” (ALVES, 2008, p. 5), sendo este, portanto, um conceito fundamental para compreender a análise.

Porém, algumas propriedades tais como algumas leis gerais que governam o campo, bem como elementos da *doxa* presentes no mesmo podem ser discutidos. Além disso, os capitais, que seriam as características específicas a cada campo, acabam por se constituir os principais objetos de análise para a pesquisa.

Percebe-se que Bourdieu forjou uma nova ferramenta analítica do campo, designando espaços relativamente autônomos para “dar força à estática e reificada noção de estrutura e dotá-la de dinamismo histórico” (WACQUANT, 2002, p. 98). A estrutura dos campos vai se atualizando e as relações entre os agentes orientam as estratégias futuras. Assim,

A dinâmica social no interior de cada campo é regida pelas lutas em que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital específico. Nessas lutas são levadas a efeito estratégias não conscientes, que se fundam no *habitus* individual e dos grupos em conflito. Os determinantes das condutas individuais e coletivas são as posições particulares de todo agente na estrutura de relações. De forma que, em cada campo, o *habitus*, socialmente constituído por embates entre indivíduos e grupos, determina as posições e o conjunto de posições determina o *habitus* (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 31).

Mais especificamente, a relação que se estabelece entre campo e *habitus* se dá na medida em que (1) o campo é formado por agentes dotados de um mesmo *habitus*; (2) o campo estrutura o *habitus*; e (3) o *habitus* constitui o campo (BOURDIEU, 2009a). Ainda, “o *habitus* é a internalização ou incorporação da estrutura social, enquanto campo é a exteriorização ou objetivação do *habitus*” (VANDENBERGHE, 1999, p. 49, tradução nossa). A

delimitação de um campo se dá justamente pelos valores ou formas de capital que lhe sustentam (THIRY-CHERQUES, 2006). Pois são os interesses específicos e também os investimentos econômicos e psicológicos⁵ que determinam a existência de um campo e a demarcação de seus limites (BOURDIEU, 2004c).

Assim, os campos sociais inserem-se nos campos de poder em que as relações de poder são essas relações de força, influenciando os diferentes campos sociais. As lutas dentro do campo de poder se intensificam sempre quando o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão. Por sua vez, os campos de poder estão imersos em uma dimensão ainda mais ampla, a dos espaços sociais, que é onde os diversos campos se estabelecem e se delimitam (BOURDIEU, 1989, 1996a).

Assim, a posição de um determinado agente no espaço social pode ser definida pela posição que ele ocupa em diferentes campos, ou seja, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja o capital econômico, o cultural, o social ou o simbólico. Dessa forma, o campo social é um espaço multidimensional de posições, segundo o volume global do capital que possuem. Além disso, os campos resultam de processos de diferenciação social, sendo espaços estruturados de posições (BOURDIEU, 1989). Carvalho e Vieira (2007) afirmam que, de acordo com a idéia de Bourdieu, assim como em um jogo de xadrez, as posições e os recursos detidos por indivíduos não têm valor isolado, mas sim em relação à posição ocupada pelos outros indivíduos.

Nesse contexto, insere-se a dominação, que

[...] não é o efeito direto e simples da ação exercida por um conjunto de agentes (*a classe dominante*) investidos de poderes de coerção, mas o efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se engendram na rede cruzada de limitações que cada um dos dominantes, dominado assim

⁵ Tais investimentos são solicitados pelo campo aos agentes dotados de um *habitus* e às instituições nele inseridas (BOURDIEU, 2004c).

pela estrutura do campo através do qual se exerce a dominação, sofre de parte de todos os outros (BOURDIEU, 1996a, p. 52, grifo do autor).

As estratégias mais comuns dentro do campo são centradas na conservação das formas de capital; no investimento com vistas à sua reprodução; na sucessão, para manutenção de heranças e para ingresso nas camadas dominantes; e na acumulação econômica, social, cultural e principalmente simbólica (THIRY-CHERQUES, 2006). Nesse sentido, as leis do campo são estabelecidas e sustentadas pelos agentes e instituições dominantes (BOURDIEU, 2004c).

Assim, Bourdieu (2001b) apresenta o poder como um poder simbólico de construção da realidade, como algo não passível de ser possuído, mas fruto das relações entre as posições sociais, em função do capital; é um poder invisível, “o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2001b, p. 8), é um poder quase mágico, que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força física ou econômica, só se exerce se for reconhecido, ou seja, ignorado como arbitrário, legitimado.

O reconhecimento é, pois, elemento considerado fundamental por Bourdieu para que o poder se exerça. Porém, o mesmo se dá por meio de instrumentos simbólicos de dominação presentes nas relações entre os que exercem o poder e aqueles que lhe estão sujeitos. Além disso, os sistemas simbólicos residem na estrutura do campo no qual se encontram os agentes, sendo que os símbolos de poder seriam capitais simbólicos objetivados que são especificamente valorizados dentro de cada campo (BOURDIEU, 2001b).

Bourdieu reconhece, nesse sentido, universos simbólicos que se constituem em “instrumentos de conhecimento e de construção do mundo dos

objetos” (BOURDIEU, 2001b, p. 8), dentre os quais a ciência é um deles⁶. Afirma-se que a manipulação de aspectos simbólicos em um dado universo, além de contribuir para a formação de uma comunidade de significados, exerce também um papel de controle (ROSA, 2007). Os símbolos seriam então instrumentos de integração social que tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social (BOURDIEU, 2001b).

Esse consenso se envolve com a crença na legitimidade do poder que se configura em um dado campo, uma crença também na comunicação que nele é empreendida. Pois, para Bourdieu (2001b), as relações de comunicação são sempre relações de poder que dependem do poder material ou simbólico que é acumulado por agentes e também instituições envolvidas nessas relações. Desse modo, a crença na legitimidade também se manifesta como elemento fundamental para se entender a cumplicidade dos que estão sujeitos ao poder. Pois "o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subvertê-la, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia” (BOURDIEU, 2001b, p. 15).

O poder simbólico proposto por Bourdieu é “uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder” (BOURDIEU, 2001b, p. 15) e cujas relações de força podem ser descritas quando se conhece as leis (em um dado campo) que transformam os diferentes tipos de capitais em capital simbólico, em um processo onde há um

[...] trabalho de dissimulação e de transfiguração [...] que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (BOURDIEU, 2001b, p. 15).

⁶ A presente pesquisa se dará no que se configura como campo científico, portanto, também um universo simbólico.

Assim, considera-se a existência de produções simbólicas que funcionam como instrumentos de dominação. Nessa perspectiva, Bourdieu vai mais além e questiona o modo de pensamento dominante acerca do poder:

[...] alguns perguntar-se-ão *onde* está ele, *quem* o detém (*who governs?*), outros se ele vem de cima ou de baixo, etc. [...] É para romper com este modo de pensamento [...] que empregarei o termo *campo de poder*, entendendo por tal as relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – de modo que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre as quais possuem uma dimensão capital as que têm por finalidade a definição da forma legítima do poder [...] (BOURDIEU, 1989, p. 28-29, grifo do autor).

Os campos sociais estariam, nessa perspectiva, contidos em um espaço social global, que seria campo de força e de lutas, campo de poder (simultaneamente se constituindo em campo de poder), no qual há como objeto de disputa diferentes tipos de capitais que são valorizados dentro de determinadas estruturas (MISOCZKY, 2003).

O campo de poder é um campo de forças estruturalmente determinado pelo estado das relações de poder entre [...] diferentes tipos de capital. [...] é [...] um espaço de jogo em que os agentes e instituições que possuem um suficiente capital específico podem ocupar posições dominantes dentro de seus campos respectivos, e confrontar os demais utilizando estratégias para preservar ou modificar as relações de poder. [...] Dentro destes diferentes espaços de jogo surgem tipos característicos de capital que são, simultaneamente, instrumentos e objetos de disputa (BOURDIEU, 1996a, p.265, tradução nossa).

O princípio dessa disputa seria a existência de interesses pelos agentes em participar da mesma. E “ter interesse é *estar em*, é participar, é admitir que o jogo mereça ser jogado e que os alvos envolvidos merecem ser perseguidos” (MISOCZKY, 2003, p. 15). Dessa forma, o poder na perspectiva de Bourdieu diz respeito a uma relação de forças em que a posição ocupada por determinado agente diz respeito ao modo como são distribuídos os capitais – ou quantum de

força social – dentro de um determinado campo. E a posição que este agente ocupa determina as formas pelas quais ele empreenderá suas estratégias visando uma manutenção ou alteração das condições do campo no qual se insere.

Com a noção de poder simbólico, Bourdieu acaba por empreender uma sociologia que oferece aos indivíduos uma chance de compreender o jogo que jogam e de reduzir a dominação das forças do campo em que estão inseridos, e também a dominação das forças sociais que são incorporadas e que estão dentro de cada um desses indivíduos. Pois, por meio de uma postura de busca pela superação das dicotomias do objetivismo/subjetivismo, material/simbólico, a partir de uma abordagem multiparadigmática, o autor contribui para a compreensão das formas de dominação inscritas nas práticas sociais (ROSA, 2007).

E para entender a forma como Bourdieu considera o poder, enquanto simbólico, há que se compreenderem os conceitos de *habitus*, campo e capital, que, além de serem os três conceitos centrais ao presente estudo, são intrinsecamente relacionados e “funcionam muito mais eficazmente uns em relação aos outros” (WACQUANT, 2002, p. 102). Inicia-se, então, pela noção do *habitus*, que é fundamental para se entender o poder simbólico, já que as regras da disputa por posição em um campo são definidas pelo *habitus* (CARVALHO e VIEIRA, 2007).

2.2 A noção de *Habitus*

Bourdieu buscou um conceito que fizesse com que as estruturas sociais deixassem de ser vistas como externas e independentes dos indivíduos e passassem a ser abordadas como um conjunto de ações e relações sociais do mundo social. Nessa perspectiva, a relação social entre os indivíduos seria também uma relação de crenças, valores e idéias aprendidas por eles ao longo de

suas vidas (ROSA, 2007). Bourdieu chamou de *habitus* esse conjunto de comportamentos aprendidos e estruturadores da ação.

Compreender o *habitus* quando se utiliza seu conceito para a pesquisa científica é importante, dado que, para Bourdieu, a noção do *habitus* é

[...] um modo estenográfico de designar uma postura de investigação, ao apontar um caminho para escavar as categorias implícitas através das quais as pessoas montam continuamente o seu mundo vivido, que tem informado pesquisas empíricas em torno da constituição social de agentes competentes numa gama variada de quadros institucionais (WACQUANT, 2007, p. 14).

Ao esboçar uma reconstituição da gênese da noção de *habitus* com base na obra de Bourdieu, Wacquant (2007) afirma que *habitus* é uma noção filosófica antiga, que teve origem com o pensamento de Aristóteles e com a Escolástica medieval, sendo recuperada e retrabalhada por Bourdieu com o intuito de forjar uma teoria disposicional da ação que fosse capaz de trazer novamente à antropologia estruturalista a **agência** (a capacidade inventiva dos agentes). A filosofia disposicional da ação permitiu também uma propulsão dos “socialmente constituídos e individualmente incorporados *esquemas de percepção e apreciação*” (WACQUANT, 2002, p. 98, grifo do autor).

As raízes do conceito se encontram na noção aristotélica de *hexis*, como significando um “estado adquirido e firmemente estabelecido de caráter moral que orienta os nossos sentimentos e desejos numa situação e, como tal, a nossa conduta” (WACQUANT, 2007, p. 7). Ou ainda, para Aristóteles, “características do corpo e da alma adquiridas em um processo de aprendizagem” (SETTON, 2002, p.61). Sua tradução em Latim para o termo *habitus* se deu no século XIII, como um particípio passado do verbo *habere*, ter ou possuir, por Tomás de Aquino. Nessa tradução, adiciona-se o sentido de capacidade para crescer por meio da atividade, ou de uma disposição durável que se situa entre a potência e a ação propositada (WACQUANT, 2007).

O conceito foi também utilizado por Boetius, Averroes, Durkheim, Marcel Mauss, Husserl, Heidegger, Max Weber e Thorstein Veblen (WACQUANT, 2007; THIRY-CHERQUES, 2006).

A noção ressurgiu na fenomenologia, de forma mais proeminente nos escritos de Edmund Husserl, que designava por *habitus* a conduta mental entre experiências passadas e ações vindouras. Husserl (1947/1973) também usava como cognato conceptual o termo *Habitualität*, mais tarde traduzido para Inglês pelo seu aluno Alfred Schutz como *conhecimento habitual* (e daí a sua adoção pela etnometodologia), uma noção que se assemelha com a de hábito, generalizada por Maurice Merleau-Ponty (1945) na sua análise sobre o *corpo vivido* como o impulsor silencioso do comportamento social. O *habitus* também figura de passagem nos escritos de outro estudante de Husserl, Norbert Elias, que fala de *habitus psíquico das pessoas 'civilizadas'* no estudo clássico *Über den Process der Zivilisierung* (1937) (WACQUANT, 2007, p. 8).

Porém, é por meio de Bourdieu que se encontra a mais completa renovação sociológica do conceito de *habitus* (WACQUANT, 2007), sendo reestruturado pelo autor em um contexto específico, relacionado às suas pesquisas empreendidas na Argélia colonial. Tornou-se uma noção de alcance universal, tendo sua capacidade teórica confirmada em uma série de pesquisas desenvolvidas por Bourdieu e sua equipe durante as décadas de 1960 e 1970 (SETTON, 2002).

Ao fazer tal reestruturação, Bourdieu buscou escapar do paradigma objetivista do estruturalismo, transcendendo a oposição entre objetivismo/subjetivismo, construindo, portanto, a noção mediadora que contribuiu para o rompimento da dualidade entre indivíduo e sociedade, ao captar a *interiorização da exterioridade* e a *exteriorização da interioridade* (WACQUANT, 2007). O conceito de *habitus* propõe identificar a mediação entre indivíduo e sociedade como uma das questões centrais na obra de Bourdieu. Pois a forma como o autor reestrutura a teoria do *habitus* acaba por

conciliar duas leituras do social até então consideradas como antagônicas e contraditórias (indivíduo e sociedade) (SETTON, 2002). Dessa forma, “*habitus* surge então como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. Capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades” (SETTON, 2002, p. 63).

O modo como Bourdieu retoma o conceito escapa do paradigma objetivista do estruturalismo, mas sem recair na filosofia do sujeito e da consciência (THIRY-CHERQUES, 2006), fazendo com que o *habitus* possa ser considerado uma subjetividade socializada. O conceito de *habitus*, para Bourdieu, seria então um sistema de disposições duráveis, transferíveis e socialmente constituídas que são incorporados a um agente ou a um conjunto de agentes, acabando por orientar e dar significado às suas ações e representações, ou seja, funcionando como um princípio gerador e organizador de práticas e de representações. Faz uma mediação entre as estruturas sociais e as práticas individuais (BOURDIEU, 1989, 2003). Assim, a partir do autor, a noção do *habitus* surge de uma “necessidade empírica de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais” (SETTON, 2002, p. 62).

Dessa forma, trata-se de um conceito fundamental para se compreender de que forma Bourdieu articula sua já citada intermediação entre o estruturalismo e o subjetivismo. Pois a teoria do *habitus* reconhece a construção do mundo social pelos atores por meio de instrumentos incorporados de construção cognitiva, opondo-se ao estruturalismo, e também afirma que esses instrumentos foram feitos pelo mundo social, opondo-se, por sua vez, ao construtivismo (BOURDIEU, 2001a). Assim, o *habitus* se constituiria em *estruturas estruturadas* que operam como *estruturas estruturantes*, ou seja, gerando e organizando as práticas e representações.

Os *habitus* são os princípios geradores de práticas distintas, como por exemplo, o que o trabalhador come e, sobretudo, sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, e assim por diante (BOURDIEU, 1996a). São disposições, gestos, modos de perceber, de sentir, pensamentos, formas de estar, de fazer, que os indivíduos incorporam de tal forma que já não têm consciência. O *habitus* acaba constituindo, assim, a forma com que o indivíduo percebe, julga e valoriza o mundo. Vale ressaltar que suas disposições não são mecânicas e nem mesmo determinísticas, são plásticas e flexíveis, podendo ser fortes ou fracas (THIRY-CHERQUES, 2006).

Bourdieu afirma que o *habitus* (1) resume uma aptidão natural, mas social, sendo variável de acordo com o tempo e o lugar e principalmente, de acordo com as distribuições de poder; (2) é durável, mas não estático nem eterno, ou seja, pode ser modificado, pois as disposições sociais podem ser corroídas, contrariadas ou desmanteladas; (3), porém, possui uma inércia incorporada, pois produz práticas moldadas depois das estruturas sociais que os geraram; (4) introduz um hiato entre as determinações passadas que o produziram e as determinações atuais que o interpelam (BOURDIEU, 2007).

Além disso, o *habitus* é tanto adquirido por meio da interação social, como também classifica e organiza tal interação. É “condicionante e é condicionador das nossas ações” (THIRY-CHERQUES, 2006, p.33). Desse modo, a dinâmica de poder construída pelo campo científico a ser estudado seria condicionada pelo *habitus* que seria esse princípio que geraria e organizaria as práticas e representações deste campo. Tal *habitus* seria, pois, condicionante e condicionador das ações dos indivíduos. Não obstante, poder-se-ia, por exemplo, encontrar dificuldades para que seus membros pudessem explicitar o modo como as práticas já incorporadas dentro da dinâmica de poder em que atuam foram estabelecidas e construídas ao longo do tempo.

Porém, ainda assim o intuito de se consultar os próprios pesquisadores sobre suas práticas se justifica porque o *habitus* opera como princípio de geração de práticas que se ajustam às suas condições de ocorrência, mas sem dispensar a mobilização de estratégias criativas pelos próprios agentes (MICELI, 2003). Pois ele é infraconsciente, encontrando-se entre um inconsciente-condicionado e um intencional calculado (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 34). Neste sentido, a prática emerge como

[...] algo justificado em decorrência do seu contexto e, ao mesmo tempo, como uma conduta dotada de certa autonomia em relação à situação de ocorrência, ou melhor, como o produto de uma relação dialética entre um contexto e um *habitus*, uma conduta resultante de uma matriz de percepções, apreciações e outras ações, que se esgueira em meio às constrições sem se deixar determinar completamente pelas mesmas (MICELI, 2003, p. 70-71).

Quando se utiliza como perspectiva o conceito do *habitus* para o estudo de um ambiente de pesquisa constituído tanto por processos individuais quanto sociais de percepção e ação, há que se esclarecer que o *habitus* indique ao mesmo tempo, portanto, um princípio de sociação e um de individuação. O processo de sociação se dá porque as categorias de juízo e de ação são partilhadas pelos indivíduos que foram submetidos a condições e condicionamentos similares, o que implicaria na existência, por exemplo, de um *habitus* masculino, um *habitus* nacional e um *habitus* burguês. Já o processo de individuação se dá porque cada indivíduo internaliza uma combinação única de esquemas e disposições por ter também uma trajetória e localização únicas no mundo. O *habitus* se torna, portanto, ao mesmo tempo estruturados – por condições sociais passadas – e estruturante – de ações e representações presentes, o que o faz ser, portanto, um *princípio não escolhido de todas as escolhas* (BOURDIEU, 2009b). Ele é “o produto da experiência biográfica individual, da experiência histórica coletiva e da interação entre essas experiências” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 34).

Dessa forma, a famosa filosofia da ação disposicional de Bourdieu se representa por ações guiadas pelo *habitus* que são estratégicas mesmo sem ser fruto de intenção estratégica, ou seja, são objetivamente *orquestradas* mesmo não sendo produto da atividade organizadora de um *maestro* (BOURDIEU, 2009b). Explicando, ainda, a adoção, na pesquisa, do termo agente e não sujeito esclarece-se que o conceito de *habitus* especificamente fornece as condições para se entender o porquê da adoção daquele termo em detrimento deste. Para Bourdieu, os indivíduos não são livres e nem determinados, são agentes sociais na medida em que, dotados de *habitus*, pensam e agem dentro de estreita liberdade, que é dada pela lógica do campo e da situação que nele ocupa (BOURDIEU, 1996a).

Assim, analisando o que Bourdieu (2001a) considera sobre o *habitus*, assume-se que o pesquisador que será estudado se relaciona e está ligado aos outros indivíduos de seu campo por meio de uma *convivência implícita* que se sustenta, por sua vez, por categorias partilhadas de percepção e apreciação. Além disso, a noção de *habitus* torna-se importante para a análise dos capitais considerados na escolha de parceiros de pesquisa pelos pesquisadores porque é o “*habitus* [...] que faz um agente ser detentor de um gosto, porque as preferências estão associadas às condições objetivas de existência” (ALVES, 2008, p. 4), sendo que cada um destes pesquisadores (agentes) pode conferir sentidos e significados distintos a suas práticas. Pois o *habitus* tem sua significativa dimensão individual por ser um “conjunto dinâmico de disposições sobrepostas em camadas que grava, armazena e prolonga a influência dos diversos ambientes sucessivamente encontrados na vida de uma pessoa” (WACQUANT, 2007, p. 12).

Retornando à dinâmica de poder, considera-se que sua legitimidade precisa ser garantida para que esta se efetive em um dado campo social. Em primeiro lugar, há a já citada questão do tipo de capital que seria valorizado.

Porém, mais ainda, se poderia dizer que até mesmo a determinação do tipo de capital valorizado seria fruto do *habitus*, mais especificamente da *doxa* e *nomos* presentes no campo.

Thiry-Cherques (2006) afirma que *doxa* seria o senso comum presente no campo, e *nomos* as leis gerais que governam tal campo. Poder-se-ia empreender, pois, que ambos seriam a base para a garantia da legitimidade da dinâmica de poder presente no âmbito da pesquisa científica. A *doxa* representa o senso sob o qual todos os indivíduos estariam de acordo, relacionada à determinação do “que é interessante ou não, o que é demandado ou não” (THIRY-CHERQUES, 2006, p.37). O senso comum e as leis gerais que governam o campo, que seriam também representativos do *habitus*, legitimariam as relações de poder presentes entre os agentes e instituições que atuam em conjunto, determinando polarizações ou não de poder.

Em relação ainda ao *habitus*, pode-se dizer que, de acordo com a perspectiva de Bourdieu, o conhecimento das regras e disposições do campo, ou o que se poderia chamar de leis, faz com que os agentes possam transformar conforme seus desejos o resultado dos mecanismos. Ou seja, pode-se afirmar que Bourdieu retomaria uma afirmação de Engels, que seria a de que “a liberdade não reside numa independência sonhada em relação às leis da natureza (aqui a sociedade), mas no conhecimento dessas leis e na possibilidade dada por aí mesmo de colocá-las em operação para fins determinados” (QUINIQU, 1996, p. 59).

Tal idéia significaria que os pesquisadores, que são alvo do estudo, conhecendo as regras que governam o campo em que se inserem, poderiam utilizá-las a seu favor, de acordo com seus interesses. Dessa forma, em se tratando de aprovação de projetos de pesquisa, por exemplo, o conhecimento das regras, ou do que os editais e avaliadores valorizam em termos de requisitos para

a equipe que constituirá o projeto, pode influenciar diretamente nas decisões dos pesquisadores quanto a parceiros de pesquisa.

Percebe-se ainda uma dinâmica em que a transmissão de valores, competências e maneiras de ver o mundo simbólico sirvam de fundamento à filiação de *habitus* que são distintos e desiguais, contribuindo para o fortalecimento do que seria aceitável em termos de escolha de um parceiro de pesquisa⁷, já que o *habitus* “encontra-se no princípio das afinidades imediatas que coordenam os encontros e as aquisições sociais” (ALVES, 2008, p. 4).

Duas outras noções de Bourdieu guardam relações com a presente discussão sobre o *habitus* e o ambiente de pesquisa: o conceito da economia das trocas simbólicas e o *common knowledge*. Em primeiro lugar, a primeira propriedade do conceito da economia das trocas simbólicas é que *as trocas têm sempre verdades duplas*, isto é, os agentes podem ser simultaneamente, mistificadores de si próprios e dos outros, e mistificados, porque foram imersos, desde a infância, em um universo no qual a troca de dádivas é socialmente instituída em disposições e crenças, escapando dos paradoxos criados artificialmente (BOURDIEU, 1996a).

Trazendo a noção para o contexto a ser estudado, pode-se afirmar que, quando se esquece que quem dá e quem recebe estão preparados e inclinados a entrar sem intenção nem cálculo de lucro na troca generosa, por meio de um processo de socialização, a lógica se impõe a elas de forma objetiva, ou seja, a dádiva gratuita não existe, o que acontece é uma troca que obedece à lógica da reciprocidade.

Outra propriedade da economia das trocas simbólicas é o *tabu da explicitação*. Segundo Bourdieu (1996a), o tabu da explicitação diz respeito ao preço, que deve ficar implícito, de certa forma ignorado: “[...] não quero saber a

⁷ Fazendo uma analogia com os exemplos citados por Alves (2008, p.3-4), em resenha sobre a obra de Bourdieu (2007).

verdade sobre o preço e não quero que o outro saiba” (BOURDIEU, 1996a, p. 168). Como uma ideia relacionada a essa propriedade, Melin (2000, p. 39, tradução nossa), ao discorrer sobre colaboração em redes de pesquisa, afirma que “quando há alguma coisa para ganhar, então uma dada colaboração irá ocorrer, caso contrário – não”.

Relacionado a essas concepções, há outro fenômeno destacado por Bourdieu, que é o do *common knowledge*, que é uma informação “[...] que todos sabem que todos sabem que todos possuem essa informação”, ou seja, “sei que sabes que, quando te dou algo, sei que retribuirás” (BOURDIEU, 1996b, p. 169).

Portanto, compreender a noção do *habitus* e também tais conceitos relacionados torna-se importante porque é o mesmo que permite prever as *coisas que se fazem* e as *coisas que não se fazem* em determinado campo (BOURDIEU, 2004c, grifo do autor). Por fim, observa-se que o conceito de campo perde seu poder explicativo se estiver separado dos outros conceitos de Bourdieu: o de *habitus* e o de capital (EMIRBAYER; JOHNSON, 2008). Além disso, sobre o capital, próximo conceito a ser discutido, é importante considerar que o mesmo não existe e nem funciona senão em relação a um campo (BOURDIEU, 1989), o que corrobora mais uma vez com a importância de se utilizar de forma inter-relacionada os três conceitos aqui discutidos.

2.3 Os capitais de Bourdieu

Para compreender como as estruturas de poder são traçadas e investigadas de maneira sistemática em uma configuração de relações de poder, o conceito de capital deve ser incluído, pois além de sua interdependência com o conceito de campo (EMIRBAYER; JOHNSON, 2008), ele é o elemento central das disputas entre os agentes.

Bourdieu deriva o conceito de capital que utiliza da noção econômica, em que há as noções de acumulação por operações de investimento, de extração de lucro, de transmissão por herança e de reprodução de acordo com a habilidade de investimento de seu detentor (ROSA, 2007; THIRY-CHERQUES, 2006). Porém, em sua concepção social, o conceito de capital ganha outras interfaces para além do econômico, considerando também o capital cultural, o social e o simbólico (BOURDIEU, 1996a).

Assim, Bourdieu (BOURDIEU, 1996a) os define da seguinte forma:

a) **Capital econômico:** formado pelos fatores de produção (terra, fábrica e trabalho) e de recursos econômicos (renda, patrimônio, bens materiais);

b) **Capital cultural:** compreende o conhecimento, as habilidades possuídas, as informações detidas, que correspondem ao conjunto das qualificações intelectuais produzidas e transmitidas por meio da família e das instituições escolares. O capital cultural adquire três formas: (1) o *estado incorporado*, como uma disposição durável do corpo (exemplo: falar outro idioma, a forma de se apresentar em público, talentos); (2) o *estado objetivo*, como a posse de bens culturais (exemplo: posse de obras de arte); e (3) o *estado institucionalizado*, que é o sancionado por instituições, como títulos acadêmicos (exemplo: diploma universitário);

c) **Capital social:** formado pela rede durável de relações (mais ou menos institucionalizadas) de interconhecimento e conhecimento mútuo, que corresponde ao conjunto de acessos sociais e redes de contatos que se possui (exemplo: círculo de amigos, colegas de faculdade, convites recíprocos). Um quantum social que determina a posição de um agente no campo, sendo que Bourdieu trata do capital social mais voltado para uma dimensão individual;

d) **Capital simbólico:** relaciona-se ao conjunto de rituais de honra e reconhecimento social, ou seja, trata-se do conhecimento e reconhecimento dos capitais anteriores segundo sua importância em cada campo, sendo, portanto, uma síntese dos demais capitais.

São essas formas de capital que estruturam o espaço social, e por isso ele se torna diferenciado e hierarquizado, devido à sua desigual distribuição (BOURDIEU, 1989, 1996a). Os capitais são, assim, tipos específicos de poder que são ativos em um dado campo de forças e de lutas, sendo simultaneamente instrumentos e objetos de disputa.

Sobre o capital simbólico, afirma-se que o mesmo “refere-se à acumulação de prestígio, honra, consagração” (CARVALHO; VIEIRA, 2007, p.28). São sinais de distinção, capitais que foram percebidos e reconhecidos como legítimos em um dado campo, distinguindo as posições relativas dentro do mesmo. Desta forma, “a noção de poder simbólico não se caracteriza pela posse de um recurso ou propriedade objetiva [...], mas pelo reconhecimento desse recurso, propriedade ou capital, pelos outros atores sociais” (CARVALHO ; VIEIRA, 2007, p. 28). Tal reconhecimento faz com que os vários tipos de capitais se convertam em capital simbólico, conversão esta que ocorre de forma particular em cada campo e, ainda, sob certas condições. Ainda, um capital é conversível no outro, podendo tanto haver, por exemplo, uma conversão de capital econômico em capital simbólico, quanto vice-versa (BOURDIEU, 2004c).

Como se afirmou, Misoczky (2003) ressalta que as lutas em um campo social mobilizam os diversos tipos de capitais por meio da existência de interesses em jogo. Carvalho e Vieira (2007), nesse sentido, afirmam que os diversos tipos de capital funcionam como trunfos em um jogo, ou seja, quanto mais capital o agente detiver, mais recompensas ele obterá do campo, e terá mais possibilidades de ocupar uma posição no campo de poder. Nessa perspectiva, os

autores afirmam que os agentes se diferenciam pelo tipo de capital predominante em seus recursos simbólicos, seja ele cultural ou econômico. Essa diferenciação acontece em duas dimensões: na primeira, é de acordo com o volume global do capital; na segunda dimensão, de acordo com a composição ou qualidade do capital (BOURDIEU, 1989, 2009a).

Como a análise de Bourdieu se refere ao social como um todo, é importante acrescentar que, a partir dessa diferenciação discutida, emergem três classes sociais que o autor chamou de (1) classes dominantes ou superiores, (2) classes intermediárias ou médias e (3) classes dominadas ou populares. As classes dominantes são aquelas detentoras de um maior volume de capital, possuem a habilidade de jogar o jogo de forma mais eficiente e podem definir a cultura legítima. As classes intermediárias, por sua vez, ocupam uma posição ambígua, pois se identificam com a cultura dominante, copiando-a, e almejam uma ascensão social. Por fim, existem as classes dominadas, que são caracterizadas pela quase ausência de capital e pela aceitação da dominação (BOURDIEU, 1989).

As lutas entre agentes e instituições se dão no que Bourdieu chama de campo de poder, que é “uma espécie de *metacampo* que regula as lutas em todos os campos e subcampos” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 40). É justamente a configuração deste campo de poder que determina “a estrutura de posições, alianças e oposições, tanto internas ao campo, quanto entre agentes e instituições do campo com agentes e instituições externas” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 40).

O direito de entrada no campo é dado pelo reconhecimento dos seus valores fundamentais, pelo conhecimento das regras do jogo, isto é, da história do campo, e pela posse do capital específico. Os agentes aceitam os pressupostos cognitivos e valorativos do campo ao qual pertencem. [...] A admissão no campo requer: a posse de diferentes formas de capital, o cacife (*enjeux*) na quantidade e qualidade do que conta na disputa interna e que constitui a finalidade, o

propósito, do jogo específico; e as disposições, inclinações e aprendizados, que conformam o *habitus* do campo (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 40).

Conhecendo então os conceitos de *habitus*, campo e capital, compreende-se que o que acontece dentro do campo é uma expressão simbólica e tradução de sua própria lógica interna, e não um reflexo de pressões externas, pois a história própria do campo, ou seja, o que compõe o *habitus*, acaba por funcionar como prisma para os acontecimentos exteriores (BOURDIEU, 2004c). Dessa forma, as influências externas a um campo, como fatores econômicos e políticos, por exemplo, são mediadas pela estrutura particular de cada campo, fazendo com que este seja *relativamente autônomo*, estabelecendo suas próprias regras, ainda que sofra até mesmo condicionamentos advindos de outros campos (BOURDIEU, 2004c, grifo do autor).

Após a compreensão de forma interrelacionada desses três conceitos, segue-se à discussão sobre o campo específico que se torna objeto de estudo na presente pesquisa. Optou-se por discuti-lo após a apresentação dos três conceitos (*habitus*, campo e capital), e não como uma subseção da seção sobre o campo na visão de Bourdieu, para que os pontos básicos da configuração de um campo e da dinâmica que nele se estabelece já tivessem sido discutidos previamente. Pois a compreensão dos três conceitos se torna fundamental para seu entendimento. Trata-se do campo científico, já que o contexto de estudo é um ambiente de pesquisa e interrelações estabelecidas entre pesquisadores com o intuito de produção de conhecimento científico.

2.4 O campo científico na visão de Bourdieu

Considerando que, para Bourdieu, o agente só se integra em um campo se agir com as armas desse próprio campo; e que é este campo que define a estrutura do *jogo*, vale aqui discutir algumas características ou propriedades do

que seria o campo científico na visão do autor. Contudo, ressalta-se que as considerações de Bourdieu sobre o campo, apresentada no item 2.1, também se aplicam ao modo como especificamente o campo científico é tratado pelo autor. Dessa forma, a presente seção esclarece apenas as peculiaridades de sua teoria em relação ao campo científico e as espécies de capital científico, apresentadas no item 2.4.1.

Diz-se que o universo da ciência se submete às mesmas leis gerais da teoria dos campos, assumindo ao mesmo tempo formas específicas no interior desse campo. De acordo com Bourdieu, o campo científico é

[...] o lugar e o espaço de uma luta concorrencial. O que está em luta são os monopólios da *autoridade científica* (capacidade técnica e poder social) e da *competência científica* (capacidade de falar e agir legitimamente, isto é, de maneira autorizada e com autoridade) que são socialmente outorgadas a um agente determinado (BOURDIEU, 2003, p. 112, grifo do autor).

E no qual os agentes seriam, nesse caso, desigualmente capazes de se apropriar do produto de um trabalho científico. Dessa forma, Bourdieu (2003) afirma que o *universo puro* da mais *pura* ciência é um campo social como outro qualquer, dotado de relações de força, lutas, estratégias, interesses e lucros, os quais se revestem, contudo, de formas específicas.

Não se poderia esperar outro tratamento dado ao campo científico por Bourdieu, já que o autor apresenta a visão de lutas e forças para todos os campos. Assim, “qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade”.

A diferença maior entre um campo e um jogo [...] é que o campo é um jogo no qual as regras do jogo estão elas próprias postas em jogo (como se vê todas as vezes que uma revolução simbólica [...] vem redefinir as próprias condições de acesso ao jogo, isto é, as propriedades que aí funcionam como capital e dão poder sobre o jogo e sobre os outros jogadores) (BOURDIEU, 2004b, p. 29).

Assim, considerar o campo científico sobre as *lentes* de Bourdieu implica em romper com uma imagem de concorrência pura e perfeita das idéias, em que as verdadeiras é que ganhariam o jogo. Implica, pois, em considerar que o funcionamento desse campo pressuponha uma forma específica de interesse e que, dessa forma, as práticas científicas sejam “*desinteressadas* apenas quando referidas a interesses diferentes, produzidos e exigidos por outros campos” (BOURDIEU, 2003, p. 113).

Dessa forma, assume-se que os interesses por uma atividade científica no campo têm sempre dupla face, haja vista que as práticas científicas são orientadas para a aquisição de autoridade científica, como prestígio, reconhecimento e celebridade. Conseqüentemente, as estratégias direcionadas para a satisfação de tais interesses também terão dupla face.

Como em outros campos, a importância desse reconhecimento também é destacada no campo científico, pois um pesquisador não é motivado apenas por sua satisfação intrínseca, pois “seu trabalho não deve ser interessante somente para ele, mas deve ser também importante para os outros” (BOURDIEU, 2003, p. 115). Assim, “o que é percebido como importante e interessante é o que tem chances de ser reconhecido da mesma forma por outros, aquilo com possibilidades de fazer aparecer aquele que o produz como importante e interessante aos olhos dos seus pares” (BOURDIEU, 2003, p. 115).

Nesse campo, a percepção social vai além de questões puramente técnicas por envolver julgamentos simbólicos, sendo que o próprio julgamento sobre a capacidade técnica de um pesquisador está *contaminado* pelo conhecimento da posição que este ocupa nas hierarquias instituídas, tais como as escolas e universidades pelas quais tenha passado ou esteja atuando (BOURDIEU, 2003).

Em se tratando de um campo científico no qual se integra uma universidade, é importante considerar que, também para este campo acadêmico

ou universitário, como outros campos simbólicos, Bourdieu (2004a) considera a existência de um campo de luta no qual se opõem interesses de ordem simbólica. Pois, segundo o autor, a “universidade também é o lugar de uma luta para saber quem, no interior desse universo socialmente mandatário para dizer a verdade sobre o mundo social (e sobre o mundo físico), está realmente (ou particularmente) fundamentado para dizer a verdade (BOURDIEU, 2004a, p. 116).

Outro aspecto considerado por Bourdieu (2004b) em relação ao campo científico é seu grau de autonomia, que estaria relacionado à sua capacidade ou poder de refração ou retradução dos fatores externos ao campo. Assim, o autor reconhece que não há nem uma *ciência pura*, livre de qualquer necessidade social, nem mesmo uma *ciência escrava*, que estaria sujeita a todas as demandas político-econômicas da sociedade. Pois

[...] o campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve. De fato, as pressões externas, sejam de que natureza forem, só se exercem por intermédio do campo, são mediatizadas pela lógica do campo. Uma das manifestações mais visíveis da autonomia do campo é sua capacidade de *refratar*, retraduzindo sob uma forma específica as pressões ou demandas externas (BOURDIEU, 2004b, p. 21-22).

Por esse motivo, torna-se relevante estudar as especificidades de um determinado campo, e o modo como este opera suas lógicas específicas. Importante ressaltar que, embora se reconheça o campo como de lutas e forças simbólicas, não se propõe aqui, entretanto, uma visão radical do campo científico como um campo única e exclusivamente de forças e lutas simbólicas. Pois “uma análise que tentasse isolar uma dimensão puramente *política* nos conflitos pela dominação do campo científico seria tão falsa quanto o

pressuposto inverso, mais frequente, de só considerar as determinações puras e puramente intelectuais dos conflitos científicos (BOURDIEU, 2003, p. 114).

Assim, torna-se mais apropriado ressaltar que o foco específico nessa dimensão simbólica para o estudo do objeto escolhido pode representar justamente a contribuição em potencial da presente pesquisa, já que a conquista de prestígio dentro do campo escolhido depende de aprovações de projetos de pesquisa, por exemplo. E para que tais aprovações ou publicações ocorram, torna-se necessário que os agentes estejam aptos a *jogar o jogo* e tentar a aquisição dos capitais que são valorizados dentro do campo para que os projetos de pesquisa sejam financiados. E é na perspectiva de Bourdieu que se encontram as ferramentas analíticas para o estudo sob esta ótica, considerando, portanto, que

como microcosmos, os campos (filosófico, literário, artístico, jurídico, religioso, **científico** etc.) constituem mundos sociais idênticos, dotados de concentrações de poder e capital, monopólios, relações de força, conflitos e, ao mesmo tempo, universos de exceção, quase miraculosos, nos quais as máscaras da razão se encontram entranhadas na realidade das estruturas e das disposições. Cumpre, assim, focalizar as formas específicas de interesse, de energia, de pulsão, de **investimento**, que orientam os agentes em suas lutas pela conquista das moedas correntes em cada um deles (MICELI, 2003, p. 72).

Na presente análise, tais moedas seriam os requisitos para que projetos de pesquisa sejam aprovados pelas instituições financiadoras. E, por intermédio desses requisitos, os capitais que são valorizados dentro do campo para que um pesquisador escolha outro parceiro de pesquisa, para que esse compartilhe, sendo o projeto aprovado, da legitimidade alcançada de se agir e de se falar no que se refere à produção de um conhecimento científico.

Sob uma perspectiva então, que não pretenda assumir uma filosofia idealista em que a ciência se desenvolveria de acordo com sua lógica imanente, os citados investimentos que orientam os agentes em suas estratégias dentro do

campo se organizam conforme uma antecipação consciente ou inconsciente das chances de lucro em função do capital acumulado (BOURDIEU, 2003). Como afirma Bourdieu (2003, p.123-124, grifo do autor):

[...] num determinado estado do campo, os investimentos dos pesquisadores se apóiam tanto na sua importância (medida, por exemplo, em tempo dedicado à pesquisa) quanto na sua natureza (particularmente no grau do risco assumido), na importância de seu capital atual e potencial de reconhecimento e sua posição atual e potencial no campo. Segundo uma lógica frequente, as aspirações – chamadas muitas vezes de *ambições científicas* – são tanto mais altas quanto o capital de reconhecimento é elevado: a posse do capital que o sistema escolar confere sob a forma de um título raro, desde o começo da carreira científica, implica e supõe [...] a busca de objetivos elevados, socialmente desejados e garantidos por esse título.

Assim, já que o autor afirma que, por exemplo, a escolha por problemas de pesquisa pelos pesquisadores, atende àqueles que são considerados mais importantes; nessa mesma lógica, a escolha por parceiros de pesquisa também pode se concentrar em uma decisão que propicie um lucro simbólico mais importante, podendo tal lucro estar relacionado a qualquer um dos tipos de capitais, desde que estes sejam efetivados como simbólicos dentro do campo. A busca por esse lucro, no caso específico, pode vir como resultado da manutenção de estratégias já presentes, em um campo no qual a competição se destaca (da forma como o campo científico é tratado por Bourdieu), mas que, contudo, demanda a formação de parcerias e a cooperação entre os pesquisadores.

O que provavelmente ocorre, no contexto estudado, é a tentativa de resguardar as mesmas características inerentes a um campo científico da forma como Bourdieu o descreve, porém, tendo que responder à demanda por cooperação. Pois a execução de pesquisas fica condicionada à formação de equipes de trabalho, à formação de parcerias que pareçam aos avaliadores de projetos referentes a editais, uma equipe consolidada em termos de capacitação para a execução do projeto.

Dessa forma, uma simples relação estabelecida por critérios de afinidade, por exemplo, aparentemente desinteressada, pode relacionar-se à existência, no campo, de uma valorização do capital social, o qual poderia ser um meio para a obtenção do próprio reconhecimento pelos pares. Dessa forma, “não há *escolha* científica [...] que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro científico, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes” (BOURDIEU, 2003, p. 116). Além do mais, “o pesquisador depende também de sua reputação junto aos colegas para obter fundos para pesquisa, atrair estudantes de qualidade, conseguir subvenções e bolsas, convites, consultas, distinções” (BOURDIEU, 2003, p. 121).

E para a compreensão das escolhas científicas realizadas pelos pesquisadores do campo, a noção do mesmo como uma estrutura de relações objetivas, em que a posição dos agentes influencia o modo como percebe o campo e direciona suas estratégias, se torna fundamental. Pois Bourdieu (2004b) afirma que para saber o que comanda os pontos de vista, as intervenções científicas, os temas e lugares de publicação escolhidos, os objetos pelos quais o pesquisador se interessa, é necessário que se compreenda exatamente a posição que ele ocupa no campo.

Em outras palavras, os agentes (indivíduos ou instituições) caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço. Mas, contrariamente, cada agente age sob pressão da estrutura do espaço, o que se impõe a ele tanto mais brutalmente quanto seu peso relativo seja mais frágil. Essa pressão estrutural não assume, necessariamente, a forma de uma imposição direta que se exerceria na interação (ordem, *influência* etc.) (BOURDIEU, 2004b, p. 24, grifo do autor).

Dessa forma, a noção de agência, da forma pela qual Bourdieu (2004b) trabalha com o campo científico, faz com que haja uma intermediação entre uma

situação de ações completamente determinadas pela estrutura do campo e outra situação extrema de construção idealista das ações por parte desses agentes. Ou seja, não há nenhuma dessas duas possibilidades, há, sim, uma agência que se faz presente por meio de uma ação intermediada, em que a posição ocupada pelo agente no campo é que determina suas possibilidades ou impossibilidades de ação.

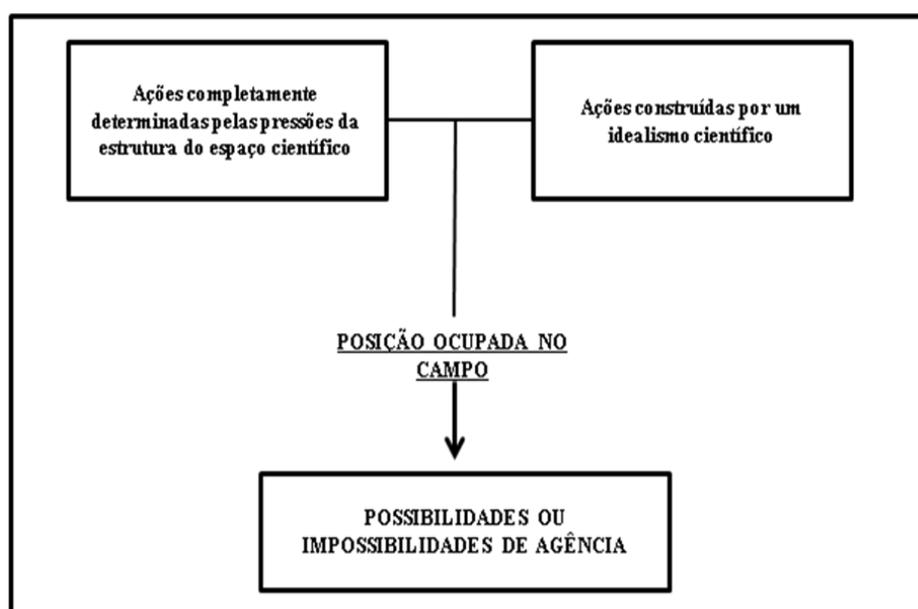


Figura 1 Capacidade de agência dentro do campo científico
 Fonte: elaborado pela autora com base em Bourdieu (2004b, p. 25).

Assim, assume-se que os agentes possam *fazer* os fatos científicos e, em parte, também o campo científico. Por exemplo, os pesquisadores podem definir quais serão os objetos de pesquisa e as questões importantes em um dado momento (BOURDIEU, 2004b). Contudo, suas possibilidades ou impossibilidades de ação, sua capacidade “de submeter as forças do campo aos seus desejos são proporcionais à sua força sobre o campo, isto é, ao seu capital de crédito científico ou, mais precisamente, à sua posição na estrutura da

distribuição do capital” (BOURDIEU, 2004b, p. 25). Segundo o autor, essa lógica só não ocorre em casos como quando há uma descoberta que revoluciona e questiona os fundamentos da ordem científica que está estabelecida em um dado momento. Nesses casos, há até mesmo, por parte do agente, uma redefinição da própria estrutura de distribuição de capital (BOURDIEU, 2004b).

Nesse contexto, tanto os interesses quanto as estratégias empreendidas pelos agentes para satisfazê-los dependem da posição que eles ocupam no campo, o capital científico que detêm, e o poder que este capital lhes confere em relação à produção e circulação científicas. Assim, como a posição influencia o tipo de estratégia, dominantes e aspirantes recorrerão a estratégias logicamente opostas (BOURDIEU, 2003). O seguinte esquema sintetiza a forma como Bourdieu (2003) trata as estratégias dos pesquisadores sob cada uma das lógicas:

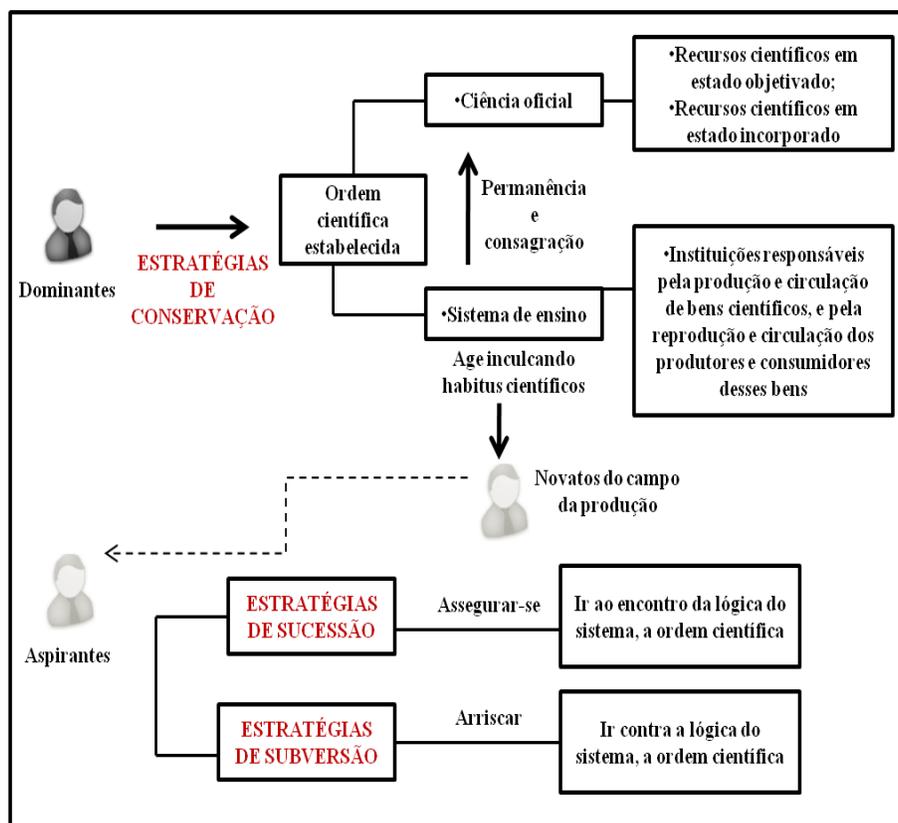


Figura 2 Estratégias dos pesquisadores em relação à ordem científica estabelecida
 Fonte: elaborado pela autora com base em Bourdieu (2003).

No esquema, demonstra-se que:

- os dominantes recorrem a estratégias de conservação para manter a ordem científica com que compactuam;
- a ordem científica é constituída pela ciência oficial e pelo sistema de ensino. A ciência oficial compreende os recursos científicos objetivados, como instrumentos, obras e instituições; e os recursos científicos incorporados, que são os *habitus* científicos, enquanto esquemas de percepção, apreciação e ação, que orientam as escolhas referentes às pesquisas. Já o sistema de ensino compreende o conjunto de instituições que

são responsáveis pela permanência e consagração da ciência oficial, inculcando, por meio de ação pedagógica, os *habitus* científicos aos novatos;

- esses mesmos novatos, ao se inserirem no campo de pesquisa, tomam a posição de aspirantes (em relação aos dominantes), assumindo uma lógica oposta de ação, podendo empreender estratégias de sucessão ou de subversão. As primeiras mais seguras, por meio da adoção do ideal de excelência científica já estabelecida pela ordem. Já as últimas são estratégias mais arriscadas e de altos investimentos, que vão contra a lógica do sistema.

O esquema, em que se demonstram as possibilidades dinâmicas de construção de estratégias por parte dos agentes, vai exatamente de encontro com as seguintes afirmações de Bourdieu (2004b, p. 29):

[...] os agentes sociais, evidentemente, não são partículas passivamente conduzidas pelas forças do campo [...]. Eles têm disposições adquiridas [...] que chamo de *habitus* [...] que podem levá-los a resistir, a opor-se às forças do campo. Aqueles que adquirem, longe do campo em que se inscrevem, as disposições que não são aquelas que esse campo exige, arriscam-se, por exemplo, a estar sempre defasados, deslocados, mal colocados, mal em sua própria pele, na contramão e na hora errada, com todas as consequências que se possa imaginar. Mas eles podem também lutar com as forças do campo, resistir-lhes e [...] tentar modificar as estruturas.

Diante dessa possibilidade de estratégias dos agentes, a agência continua, dessa forma, a se manter importante também para o campo científico. Além disso, as suposições de Bourdieu revelam aproximações dos próprios valores e tradições do campo com as estratégias dos agentes, o que seria um exemplo prático do interesse no aparente desinteresse. Dessa forma,

[...] o mercado dos bens científicos possui leis que nada têm a ver com a moral. Arriscamo-nos a utilizar na ciência das ciências (sob diversos nomes *eruditos*) aquilo que os agentes [...] chamam de **valores ou tradições da comunidade científica** se não soubermos reconhecer como tais as estratégias que (nos universos onde se tem interesse no desinteresse) tendem a dissimular outras estratégias. Essas

estratégias de segunda ordem, pelas quais *nos colocamos dentro das regras*, permitem acrescentar às satisfações do interesse bem-compreendido os lucros mais ou menos universalmente prometidos às ações cuja determinação aparente é a do respeito puro e desinteressado da regra (BOURDIEU, 2003, p. 122).

Com essa afirmação, pode-se empreender que até mesmo o *nomos* do campo seria também fruto de estratégias (des) interessadas dos agentes. O que provavelmente lhes dá o *status* de regra ou lei do campo é, não só o fato de ser compartilhado, ou de também já ter assumido algum caráter institucional, como também o fato de sua *determinação* preceder à entrada de novos agentes, por exemplo, que já estariam *submetidos* às regras e padrões já anteriormente criados. O que não implica, contudo, na não existência de estratégias dos agentes direcionadas para sua alteração, ou até mesmo manutenção. A diferenciação desses dois objetivos poderia ser obtida pela análise da posição que o agente ocupa no campo. Ou seja, dada a distribuição de capitais no campo, os valores já existentes favoreceriam ou não esse determinado agente?

Tais estratégias se relacionam também ao fato de existir, no campo, uma “retórica de cientificidade pela qual a *comunidade* dominante produz a crença no valor científico de seus produtos e na autoridade científica de seus membros” (BOURDIEU, 2003, p. 141).

Em seguida, serão apresentados os capitais especificamente descritos por Bourdieu (2004b), como sendo inerentes ao campo científico.

2.4.1 As duas espécies de capital científico

Já que se diz, então, que a posição ocupada em uma estrutura de distribuição de capitais é que determinaria as possibilidades ou impossibilidades de ação, e mesmo a orientação das estratégias empreendidas pelos agentes, como se pôde perceber nas Figuras 1 e 2, Bourdieu reflete sobre o que seria o capital

científico. Já que cada campo diz respeito a uma forma específica de capital, Bourdieu então afirma que “[...] o capital científico é uma espécie particular de capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado por atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo (BOURDIEU, 2004b, p. 26).

Como exemplos práticos desses capitais, índices de citações de trabalhos, prêmios, medalhas e traduções de produções para línguas estrangeiras. O capital científico pode, nesse sentido, assumir diversas formas e proporcionar poder a seus detentores.

Bourdieu (2003) discute a lógica da distinção presente no campo científico, em que acumular capital é fazer um *nome* conhecido e reconhecido, uma marca distintiva do pesquisador. Afirma até que tal lógica se mantenha no caso de assinaturas múltiplas em pesquisas. Pois o trabalho em equipe, nesse caso, reduziria o valor distintivo a ser atribuído a cada um dos integrantes. Como forma de manter a distinção, o autor enfatiza a estratégia dos agentes relacionada ao estabelecimento de uma ordem na qual os pesquisadores são citados, ou seja, em que seu nome consta na autoria de artigos científicos publicados, por exemplo. Tal ordem minimizaria, então, a perda de valor distintivo pelos pesquisadores.

Contudo, essa forma discutida de capital, baseada no reconhecimento dos pares-concorrentes, no prestígio e em fatores como a publicação, como foi mencionado, não é a única espécie de capital científico apresentada por Bourdieu (2004b). O autor especifica que há duas espécies de capital científico que, nesse caso, confeririam duas espécies também distintas de poder no campo, como se pode observar na Figura 3.

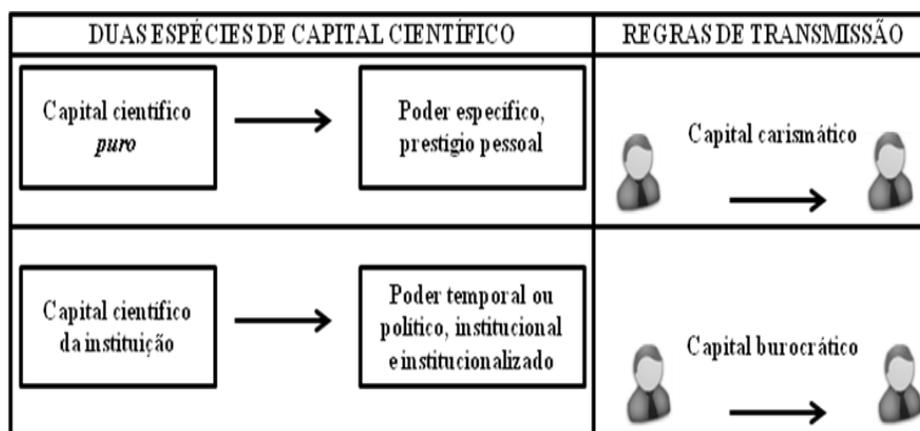


Figura 3 As duas espécies de capital científico

Fonte: elaborado pela autora com base em Bourdieu (2004b, p. 35-37).

Dessa forma, têm-se as seguintes espécies de poder (BOURDIEU, 2004b, p. 35-36):

- **Poder específico, prestígio pessoal:** relaciona-se a um reconhecimento (“pouco ou mal objetivado e institucionalizado”) pelos pares do campo;

- **Poder temporal ou político, institucional e institucionalizado:** relaciona-se à ocupação de posições que conferem poder nas instituições científicas, departamentos, comissões. Posições essas que assegurariam aos seus ocupantes o acesso a meios de produção e de reprodução dentro do campo científico, tais como: contratos, créditos e o poder de nomear e de fazer carreira.

E tais poderes relacionam-se, respectivamente, a duas espécies de capital científico. Em primeiro lugar, o **capital científico puro** (que é exatamente a noção de capital científico sobre a qual se discutia até o presente momento), o qual

[...] adquire-se, principalmente, pelas contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, as invenções ou as descobertas (as publicações, especialmente nos órgãos mais seletivos e mais prestigiosos, portanto aptos a conferir prestígio à moda de bancos de crédito simbólico, são o melhor indício) (BOURDIEU, 2004b, p. 36).

E, em segundo lugar, o **capital científico da instituição**, o qual, por sua vez, é adquirido

[...] essencialmente, por estratégias políticas (específicas) que têm em comum o fato de todas exigirem *tempo* – participação em comissões, bancas (de teses, concursos), colóquios mais ou menos convencionais no plano científico, cerimônias, reuniões etc. (BOURDIEU, 2004b, p. 36).

O autor afirma ainda que as regras de transmissão desses dois tipos de capitais, como se pode observar na Figura 3, obedecem a distintas lógicas. O capital científico *puro*, nesse sentido, recebe um caráter carismático. Em sua fase de acumulação inicial, é o que está mais exposto a críticas e contestação, podendo até mesmo ser combatido pelas instituições. A adjetivação de carismático advém do fato de relacionar-se à percepção que se tem de uma pessoa, de seus talentos pessoais. Desse modo, sua transmissão não ocorre de maneira facilitada, pois depende de um longo trabalho de formação e de colaboração com os receptores desse processo. O processo em que um pesquisador contribui para a formação de outro, publica conjuntamente, e o recomenda, por exemplo, é uma possibilidade de transmissão, em que um pesquisador pode consagrar outro que por ele é orientado e preparado (BOURDIEU, 2004b).

Já a transmissão do capital institucionalizado obedece a regras burocráticas, ou seja, “tem quase as mesmas regras de transmissão que qualquer outra espécie de capital burocrático, ainda que, em alguns casos, deva assumir a aparência de uma *eleição pura*, por exemplo, por meio de concursos” (BOURDIEU, 2004b, p. 37). Ou seja, o mesmo assume características burocráticas, por estar relacionado a um poder institucionalizado.

O que não implica, contudo, que não esteja sujeito a determinações aparentemente desinteressadas. Nesses processos, tornam-se evidentes conflitos existentes entre os dois tipos de capitais, no que se refere, por exemplo, à

organização dos procedimentos dos próprios concursos. Pois “os detentores do capital científico institucionalizado tendem a organizar [...] segundo a lógica da nomeação burocrática, enquanto os detentores do capital científico *puro* tendem a situar-se na lógica *carismática do inventor*” (BOURDIEU, 2004b, p. 37).

Dadas então as descrições das duas espécies de capital científico, Bourdieu (2004b) faz ainda algumas considerações sobre a ocupação de posições dentro do campo científico:

Por razões práticas, o acúmulo das duas espécies de capital é [...] extremamente difícil. E, podem-se caracterizar os pesquisadores pela posição que eles ocupam nessa estrutura, isto é, pela estrutura: de seu capital científico ou, mais precisamente, pelo: peso relativo de seu capital *puro* e de seu capital *institucional*: tendo, num extremo, os detentores de um forte crédito específico e de um frágil peso político e; no extremo oposto, os detentores de um forte peso político e de um frágil crédito científico (em especial, os administradores científicos) (BOURDIEU, 2004b, p. 38, grifo do autor).

Dessa forma, uma possível representação dessas posições seria:

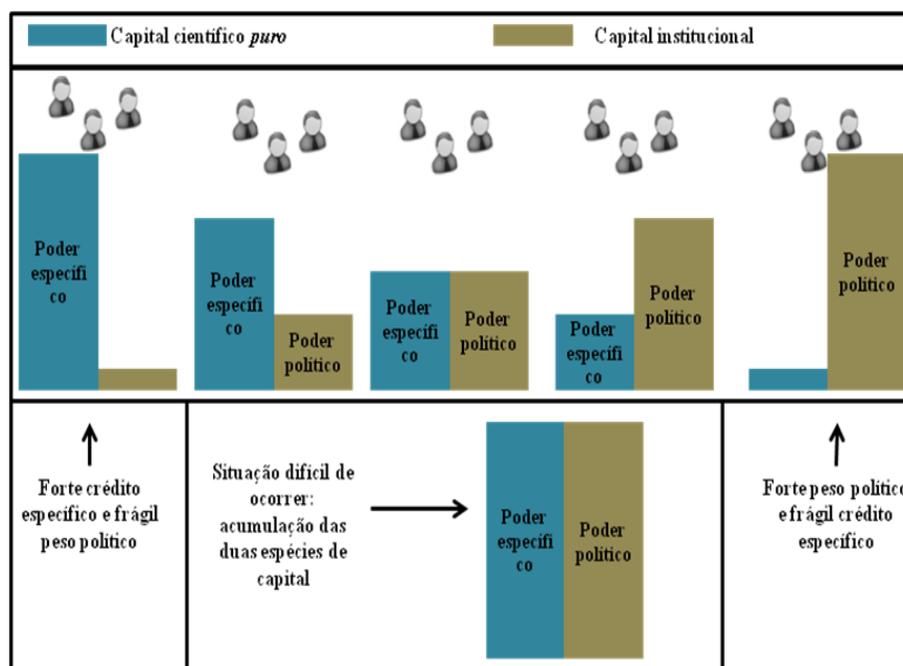


Figura 4 Ocupação de posições no campo científico

Fonte: elaborado pela autora com base em Bourdieu (2004b, p. 38).

Não há, contudo, uma relação igualitária entre a possibilidade de se obter poder específico por meio de poder político, e a situação inversa, obter poder político por meio de poder específico. Pois acumular um forte poder específico favorece sim, de modo contínuo, a obtenção de poder político. Porém, o que ocorre em geral tardiamente. Já o inverso, a obtenção de poder político por meio de poder específico (ou seja, a conversão de capital político em científico) ocorre de maneira mais rápida, já que quem ocupa posições institucionais tem mais condições de assegurar a ortodoxia e a ordem científica estabelecida, exercendo poder sobre a produção e reprodução, como participações em conselhos universitários e bancas de concursos, por exemplo, (BOURDIEU, 2004b).

Dessa forma, há uma dualidade de poderes dentro do campo científico que pode levar a duas reflexões. A primeira, de que a dinâmica estabelecida pela

mesma favorece a não existência de um poder *assustador* representado pela cisão completa dos dois tipos de capitais. Por outro lado, há também um favorecimento aos pesquisadores menos ativos e menos produtivos quando o poder político ou temporal está nas mãos de pesquisadores que nem sempre são os melhores do ponto de vista estritamente científico; o que pode incitar uma reflexão a respeito ou não do benefício dessa dualidade para o progresso da ciência (BOURDIEU, 2004b).

Encerrando a discussão do campo científico, após a apresentação da teoria do campo de poder de Bourdieu, bem como de seus conceitos subjacentes, tais como *habitus* e capital, este último especificamente relevante para a presente pesquisa, ressalta-se que a escolha pela perspectiva de Bourdieu tem como simples pretensão viabilizar uma forma diferente de se compreender os fenômenos a serem estudados, considerando, assim como Misoczky (2003) enfatiza, utilizando citação de Gadamer, que “[...] compreender não é compreender melhor, nem saber mais, no sentido objetivo, em virtude de conceitos mais claros [...]. Bastaria dizer que, quando se logra compreender, compreende-se de um modo diferente” (GADAMER, 1997, p. 444).

A seguir, será apresentada, então, uma síntese dos pressupostos teóricos de análise.

2.5 Síntese analítica

Segue-se uma síntese reforçando o modo como a perspectiva teórica utilizada dialoga com o fenômeno a ser estudado. Considera-se relevante, previamente à fase empírica da pesquisa, o esforço de descrição da perspectiva teórica de análise, já que Bourdieu trata o empírico, “desde o recorte do real a ser examinado até as formulações de questões, a partir de uma teorização prévia” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 46).

Assim, define-se que a perspectiva de análise empregada assume como proposições, que:

- o campo científico seja um espaço social de diferenciação dos agentes, enquanto campo resultante de relações de poder e disputas de interesses⁸, e seu funcionamento depende da existência de objetos de disputa (como a aprovação de projetos de pesquisa) e de pessoas prontas para disputar o jogo (pesquisadores);
- a posse de certos capitais (cultural, social, econômico e simbólico) e o conjunto de relações históricas (o *habitus*) de cada pesquisador condicionam seu posicionamento em um espaço de distinções simbólicas;
- as leis (*nomos*) que governam o campo científico como, por exemplo, as regras contidas em editais de pesquisa, influenciam o tipo de capital que será objeto de disputa entre os agentes;
- o *habitus* dos pesquisadores leva ao conhecimento e reconhecimento das leis imanentes no jogo bem como dos objetos de disputa;
- os pesquisadores internalizaram disposições e crenças de modo diferenciado, ou seja, sua forma de ser e de conhecimento do mundo são diferentes, ainda que estejam submetidos às mesmas condições estruturais do campo em que estão inseridos;
- as escolhas dos pesquisadores por parceiros são produtos da relação entre um *habitus* e as pressões e estímulos de uma conjuntura;
- os pesquisadores são agentes ativos e atuantes, e não simples fenômenos da estrutura, enxergando também sua ação a partir de um caráter intencional.

⁸ Com base nas implicações do uso das formulações de Bourdieu em estudos organizacionais descritas por Misoczky (2003).

A perspectiva teórica aqui utilizada, não sendo chamada de modelo porque a teoria que Bourdieu submete à análise empírica não é um modelo, mas sim um referencial de conceitos relacionais: o campo, o *habitus*, o capital, e estratégia e outros (THIRY-CHERQUES, 2006), reconhece também a importância da agência por meio da visão que Bourdieu possui a respeito do trabalhador, como um

[...] sujeito da estrutura estruturada do campo, dos seus códigos e preceitos. Mas, dentro de limites, de restrições inculcadas e aceitas, a sua conduta, a improvisação e criação são livres: conformam a estrutura estruturante do *habitus*. (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 32).

A perspectiva de análise implica também na consideração de que os resultados da pesquisa sejam válidos temporalmente, pois o próprio conceito de *habitus* considera que as disposições sejam duráveis, mas não eternas e nem estáticas, sofrendo alterações ou arbitrariedades (WACQUANT, 2007).

Além disso, os pesquisadores serão vistos dentro do campo científico como investindo seu tempo e trabalho no que se refere especificamente, neste estudo, à aprovação de projetos de pesquisa⁹. A perspectiva considera ainda, que os pesquisadores investem na formação de ligações e de projetos de pesquisas, sendo que alguns são mais bem sucedidos em seus esforços, o que lhes confere uma posição de maior *status* e poder, recebendo maior assédio dentro do campo.

A perspectiva utilizada rejeita ainda a *falácia* escolástica, a descrição de discursos e práticas teóricas como se estes fossem discursos e práticas efetivas (BOURDIEU, 2001a), reconhecendo que as proposições obtidas pelo quadro teórico utilizado são suposições de uma realidade que podem ser confirmadas ou não.

⁹ O que não quer dizer que não haja outros interesses em jogo. Apenas define-se este para foco de pesquisa.

Além disso, possibilidades de redefinições da perspectiva são consideradas, já que “ao seguir Bourdieu, tratamos de ir a terreno, proceder a observações, a entrevistas, fazer levantamentos e análises [...], mas sempre a partir de um quadro referencial que vai sendo corrigido, aperfeiçoado e retomado (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 46). Portanto, a perspectiva de análise apresentada pode sofrer algumas modificações ao longo da pesquisa empírica, em um constante processo reflexivo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção descreve os procedimentos metodológicos adotados na presente pesquisa.

3.1 Tipo de pesquisa

Diversos trabalhos que englobam a dinâmica de poder e influência em ligações entre indivíduos são de cunho quantitativo (BONACICH, 1987; BRAUN; GAUTSCHI, 2006; YAMAGISHI; COOK, 1990; PROVAN; BEYER; KRUYTBOSCH, 1980), seguindo a corrente dominante positivista, com a mensuração do poder e prestígio por meio do estabelecimento de fórmulas estatísticas. Buscando-se então, como Bourdieu, um rompimento, a presente pesquisa adotará uma metodologia qualitativa de pesquisa.

Quanto aos fins, em parte a pesquisa é descritiva, já que tem como objetivo descrever as características de um determinado fenômeno. E, em parte, também explicativa, ao ter como “preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 1989, p.46). Nesse caso, a pesquisa descritiva se constitui etapa prévia indispensável para que posteriormente sejam obtidas explicações científicas, pois “a identificação dos fatores que determinam um fenômeno exige que ele esteja suficientemente descrito e detalhado” (GIL, 1989, p. 46). Contudo, o caráter explicativo da pesquisa é efetivado com as devidas limitações das pesquisas em Ciências Sociais para o desenvolvimento de pesquisas rigidamente explicativas (GIL, 2008). Assim, não se pretende obter relações rígidas de causalidade, mas sim compreender o fenômeno em sua multicausalidade, o que leva mais à sua compreensão, propriamente dita.

3.2 Objeto de estudo

O objeto de estudo são os capitais em jogo para a escolha de parceiros de pesquisa por docentes/pesquisadores da Universidade Federal de Lavras (UFLA) que tiveram projetos aprovados em editais da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) no ano de 2009, sendo essa uma agência de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico de Minas Gerais. Trata-se de uma fundação pertencente ao Governo Estadual, estando vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Os recursos financeiros destinados às pesquisas são assegurados pela Constituição do Estado (MINAS GERAIS, 1994). A instituição atua induzindo e fomentando a pesquisa e a inovação científica e tecnológica dentro do Estado por meio de financiamento de projetos de pesquisa científica e tecnológica; incentivo à capacitação de recursos humanos para Ciência e Tecnologia, concedendo bolsas de estudo; contribuição para a fixação de grupos de pesquisa; promoção da integração entre o setor produtivo e instituições de pesquisa e desenvolvimento; apoio a eventos de caráter científico e tecnológico; realização de intercâmbios entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros; orientação de ações de patenteamento e comercialização de produtos e processos; e divulgação dos resultados de pesquisas (MINAS GERAIS, 1994).

A UFLA, por sua vez, é uma universidade pública localizada no interior de Minas Gerais, Brasil, que foi fundada em 1908, com o nome Escola Agrícola de Lavras, depois Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL) (UFLA, 2010a), até se tornar UFLA, por meio da Lei 8.956, assinada pelo Presidente Itamar Franco em dezembro de 1994 (BRASIL, 1994). A universidade manteve uma tradição preponderantemente direcionada para a área de Ciências Agrárias (UFLA, 2010a), embora haja uma diversidade de áreas de conhecimento

englobadas atualmente, em que se agregam cursos da área de ciências humanas, saúde, engenharia, ciências exatas e sociais aplicadas (MIRANDA, 2010).

De acordo com os resultados divulgados pelo MEC em relação aos Índices Gerais de Cursos das Instituições (IGC), a universidade possui o 5º melhor índice de qualidade entre todas as 178 universidades públicas avaliadas no Brasil, estando atrás da Universidade Federal de São Paulo (USP), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas Porto Alegre (UFCSPA) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, 2010).

A UFLA possui cursos de graduação, pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*. São atualmente ofertados 28 cursos de graduação, como se observa na relação abaixo:

Quadro 2 Cursos de graduação oferecidos pela Universidade Federal de Lavras

Cursos de Graduação Presenciais (total de 21)	Química (bacharelado e licenciatura)
Administração	Matemática (Licenciatura)
Administração Pública	Sistemas de Informação
Agronomia	Educação Física (Licenciatura)
Ciências Biológicas	Educação Física e Esportes
Ciência da Computação	Física (Licenciatura)
Engenharia Agrícola	Zootecnia
Engenharia Ambiental	Cursos de Graduação à distância (total de 7):
Engenharia de Alimentos	Administração
Engenharia de Controle e Automação	Administração Pública
Engenharia Florestal	Física
Filosofia (Licenciatura)	Filosofia
Letras (Português ou Inglês – Licenciatura)	Letras/Inglês (Licenciatura)
Medicina Veterinária	Pedagogia (Licenciatura)
Nutrição	Letras/Português (Licenciatura)

Fonte: UFLA (2010b)

Em relação aos programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, a universidade possui 20 programas de Mestrado e Doutorado. Todos os cursos

são vinculados a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, recebendo conceitos de 3 a 6 desta instituição, conforme sistema de avaliação ao qual se submetem periodicamente. De acordo com dados disponibilizados no site da instituição, os programas ofertados e seus respectivos conceitos são os seguintes:

Quadro 3 Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal de Lavras

Programa	Conceito CAPES
Administração (Mestrado e Doutorado)	4
Agroquímica (Mestrado e Doutorado)	5
Agronomia/Entomologia (Mestrado e Doutorado)	5
Agronomia/Fisiologia Vegetal (Mestrado e Doutorado)	4
Agronomia/Fitopatologia (Mestrado e Doutorado)	5
Agronomia/Fitotecnia (Mestrado e Doutorado)	5
Biotecnologia Vegetal (Mestrado)	4
Ciência do Solo (Mestrado e Doutorado)	6
Ciência dos Alimentos (Mestrado e Doutorado)	5
Ciência e Tecnologia da Madeira (Mestrado e Doutorado)	4
Ciências Veterinárias (Mestrado e Doutorado)	4
Ecologia Aplicada (Mestrado e Doutorado)	4
Engenharia Agrícola (Mestrado e Doutorado)	4
Engenharia de Sistemas (Mestrado)	3
Engenharia Florestal (Mestrado e Doutorado)	4
Estatística e Experimentação Agropecuária (Mestrado e Doutorado)	5
Genética e Melhoramento de Plantas (Mestrado e Doutorado)	5
Microbiologia Agrícola (Mestrado e Doutorado)	5
Zootecnia (Mestrado e Doutorado)	5

Fonte: UFLA (2010c)

Assim, trata-se de uma universidade que atua significativamente tanto no ensino de graduação quanto de pós-graduação.

3.3 Coleta de dados

A coleta de dados envolveu tanto dados secundários quanto primários:

a) Em primeiro lugar, realizou-se uma pesquisa documental compreendendo dados referentes aos editais de financiamento de pesquisa publicados pela FAPEMIG no ano de 2009, entre os quais houve a aprovação de projetos submetidos pelos docentes da universidade escolhida, visando à identificação das regras e normas estabelecidas nos mesmos; e dados contidos nos currículos *Lattes* dos docentes;

b) Em seguida, foram realizadas **entrevistas pessoais com uma amostra de pesquisadores** da universidade que tiveram projetos aprovados nos referidos editais na condição de coordenadores, a fim de identificar os capitais envolvidos na escolha de parceiros de pesquisa. Nas entrevistas com os pesquisadores, foi buscado, além da identificação dos capitais envolvidos na escolha de parceiros de pesquisa, tanto elementos da *doxa* e *nomos* do campo, quanto da *illusio* destes pesquisadores.

Quanto às **entrevistas**, que estão dentre as técnicas qualitativas utilizadas por Bourdieu (THIRY-CHERQUES, 2006), as mesmas foram realizadas por meio de roteiros semi-estruturados, contendo tópicos a serem abordados, em um processo flexível de condução, que permitisse adequação às especificidades do entrevistado. Segundo Alencar (1999),

[...] a finalidade do roteiro é orientar o pesquisador, evitando que tópicos relevantes deixem de ser abordados. O momento e o modo como os tópicos são transformados em questões decorrerão do desenrolar da entrevista. Não há nenhuma restrição ao aprofundamento dos tópicos por meio de questões que emergem durante a conversa entre o pesquisador e o entrevistado. Aliás, o desdobramento de questões é fundamental neste método por permitir descobertas e a compreensão de um fenômeno partindo de novas interpretações fornecidas pelo entrevistado (ALENCAR, 1999, p. 105-106).

Durante a realização das entrevistas, considerou-se ainda que

[...] Bourdieu entende que não há, no processo de construção da pesquisa, possibilidade de uma objetivação completa. Entrevistador e entrevistado, observador e

observado, questionador e respondente operam sob a coação de estruturas em que se inserem. Integram a partir da sua história pessoal, da sua vivência social, o que afeta o resultado da investigação, o que, por fim, pode se tornar um artefato, um fenômeno produzido pelo pesquisador ou, na melhor das hipóteses, pela interação. Ele toma cuidados extremos para evitar a imposição da problemática, para não inquirir sobre temas sobre os quais os indivíduos não têm nenhuma competência [...] (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 48).

Além disso, seguiram-se algumas recomendações de Bardin (2004), referentes à coleta de dados que antecede uma análise de conteúdo, já que este foi o tratamento dado às entrevistas com os pesquisadores. As recomendações são: (1) as entrevistas serem voltadas para o mesmo tema, (2) a mesma técnica de entrevista ser aplicada para todos os entrevistados, (3) ser empregado um mesmo entrevistador, e (4) uma seleção coerente dos entrevistados.

A preparação para as entrevistas consistiu não só na pesquisa documental, mas também na coleta de dados sobre os entrevistados escolhidos por meio da Plataforma *Lattes*. Foi utilizado gravador com autorização prévia dos entrevistados, pois segundo Triviños (1987), só com anotações pode-se incorrer no risco de restringir ou generalizar informações possivelmente importantes para a pesquisa. Já com a utilização destes equipamentos, tem-se o enunciado completo da entrevista, podendo ser usado inclusive para esclarecer pontos obscuros, eventuais dúvidas, e até mesmo comprovar afirmações feitas pelos entrevistados (TRIVIÑOS, 1987). Além disso, como foi utilizada análise de conteúdo, a transcrição fiel das entrevistas se mostrou fundamental.

Por fim, ressalta-se que a utilização das entrevistas se justifica porque se reconhece a relevância de se consultar os pesquisadores sobre suas escolhas, já que

[...] o indivíduo pode ver-se impelido a traçar suas próprias diretrizes de maneira cada vez mais consciente e reflexiva¹⁰ [...]. É possível considerar, pois, a configuração de um mundo objetivo pressionando para que o indivíduo assuma posições, faça suas escolhas (SETTON, 2002, p. 66)¹¹.

Considera-se, portanto, que há uma interconexão entre a prática social e a prática discursiva; entre fazer pesquisas e falar sobre pesquisas (ARAÚJO, 2008); entre escolher parceiros e falar sobre as escolhas. O que torna relevante a entrevista, ainda que se reconheça que o discurso dos pesquisadores provavelmente apresente “uma mescla incompleta de enunciados racionalizados bem como inconscientes, verdadeiros” (quando o pesquisador se confessa a si próprio) e também ajustados (quando o pesquisador reage ao entrevistador, aos interesses e às estratégias de entrevistas presentes) (ARAÚJO, 2008, p. 85).

Foram realizadas, assim, 12 entrevistas com duração média de 40 minutos. Tal número se demonstrou suficiente, já que as percepções e informações fornecidas pelos docentes começaram a se repetir. Todas as entrevistas foram realizadas no ambiente de trabalho dos docentes, seja em suas salas na universidade ou em laboratórios. O contato inicial foi feito por intermédio de telefone ou e-mail, seguido da entrevista propriamente dita.

Os sujeitos que participaram da pesquisa, tendo seus dados coletados por meio de Currículo *Lattes*, e concedendo as entrevistas foram docentes da Universidade Federal de Lavras pertencentes a departamentos e cursos diversos da instituição. Chegou-se aos mesmos por meio da relação cedida pela instituição dos projetos que foram aprovados em editais da FAPEMIG no ano de 2009, juntamente com o nome de seus coordenadores, docentes da universidade. Tal amostra foi selecionada aleatoriamente. Dessa forma, os docentes

¹⁰ Consideração esta permitida por meio de uma leitura contemporânea do *habitus*, como a empreendida por Setton (2002).

¹¹ Além disso, corroborando com este aspecto, Araújo (2008) identificou que pesquisadores de determinado contexto têm a capacidade de entender o que fazem e de justificar suas ações e omissões.

entrevistados foram os sujeitos da pesquisa, cujo universo foram os coordenadores de projetos selecionados pela FAPEMIG em 2009 na UFLA (92 projetos).

Em relação aos que foram, de fato, entrevistados, garantiu-se aos mesmos seu anonimato. Assim, optou-se por designar aos mesmos as expressões Pesquisador (a) 1, Pesquisador (a) 2, e assim por diante.

3.4 Análise e interpretação dos dados

Para a análise dos resultados, a reflexividade, ponto importante da postura epistemológica de Bourdieu e de suas inquietações, deve ser considerada. Assim, pretendeu-se a adoção de uma postura crítica em relação ao processo em que se desenvolveu a pesquisa. Pois, seguindo a própria lógica de Bourdieu, a total objetividade da análise só seria possível se houvesse a neutralização dos interesses econômicos, sociais, culturais e simbólicos do pesquisador (MATON, 2003). Assim, reconhecer essa limitação é um passo fundamental, pois Bourdieu

[...] leva em conta que a percepção do empírico é distorcida não só pelo *habitus* dos agentes, mas pelo nosso próprio *habitus*. Por este motivo, ao seguir Bourdieu, o que previamente devemos buscar é a análise das nossas próprias disposições, de modo a alcançar a universalidade mediante a identificação e a crítica da produção intelectual em que se dá a pesquisa. O cuidado com a reflexividade é essencial ao método porque Bourdieu partilha a posição construtivista de Saussure e do estruturalismo em geral, de que o ponto de vista cria o objeto (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 43-44).

A análise dos dados foi feita, como já dito, por meio de análise de conteúdo. A utilização da análise de conteúdo dos documentos e principalmente das entrevistas com os pesquisadores como ferramenta metodológica guarda coerência com a opção teórica desenvolvida no trabalho porque seguir Bourdieu

implica em se questionar sobre o que os discursos realmente revelam, em buscar a construção de explicações fundadas sobre variáveis não imediatamente notadas pelos agentes (que possuem suas percepções deturpadas política, social e institucionalmente), e em evitar a pretensão de se conhecer o fato social pela forma como é determinado pelos seus atores e testemunhas (THIRY-CHERQUES, 2006). “Entende que não se pode compreender a ação social a (somente) partir do testemunho dos indivíduos, dos sentimentos, das explicações ou reações pessoais do sujeito. Que se deve procurar o que subjaz a esses fenômenos, a essas manifestações (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 30).

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que, por meio de procedimentos sistemáticos, visa justamente obter indicadores que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens (BARDIN, 2004), ou seja, permitem revelar os sentidos do conteúdo (LAVILLE ; DIONNE, 1999). Triviños (1987), no mesmo sentido, afirma que é um meio para analisar a comunicação entre as pessoas enfatizando seu conteúdo e um conjunto de técnicas (como classificação, codificação e categorização) que permite maior flexibilidade e facilita o processo de inferência dos conteúdos das mensagens. Além disso, é um processo que considera que só se pode abstrair um determinado sentido de um conteúdo, se o mesmo partir da enunciação do sujeito de pesquisa ou fonte documental analisada.

Triviños (1987) considera que a análise de conteúdo se estrutura basicamente por três partes distintas, porém complementares: a) pré-análise, que consiste nos processos de classificação, ordenação e leitura *flutuante* de todo o material coletado, com vistas a obter um panorama geral do estudo e delimitar possíveis recortes e hipóteses de estudo; b) a descrição analítica, que começa com a delimitação do recorte a ser estudado, ainda na pré-análise, e tem o objetivo de focar o *corpus* que deverá ser estudado de modo aprofundado. Nessa

fase, aplicam-se os procedimentos de codificação, classificação e categorização do material coletado, por critérios de afinidade, como por exemplo, o perfil profissional, ou a atuação profissional, entre outros; c) já a fase de interpretação corresponde à análise do material baseado na reflexão e intuição, relacionando o conteúdo manifesto do texto (enunciado explícito) com o conteúdo latente (ou implícito, ou seja, aquele que não é dito/explicitado no texto) a fim de descobrir as ideologias, tendências, ou fenômenos sociais expressos no material coletado (TRIVIÑOS, 1987).

Utilizou-se uma análise categorial, em que se divide o conteúdo das transcrições das entrevistas em unidades – categorias – de análise¹², buscando também desvendar relações entre essas categorias. Conforme recomenda Flick (2004), nesse processo, os elementos da mensagem foram agrupados a partir de características comuns, sendo que a construção das categorias seguiu os seguintes critérios:

- a) Exclusão mútua: os dados são classificados em apenas uma categoria;
- b) Pertinência: as categorias definidas devem atender à questão e aos objetivos da investigação;
- c) Objetividade: os elementos de cada categoria são descritos sumariamente.

Os dados obtidos com a pesquisa dos documentos, por sua vez, forneceram subsídios para a adequada análise de conteúdo. Nesta, considerou-se,

¹² São várias as técnicas de análise de conteúdo: (1) *análise categorial temática*, em que se desmembra o texto em unidades, tentando descobrir os núcleos de sentido de uma comunicação; (2) *análise de avaliação ou representacional*, que mede as atitudes do locutor quanto aos objetos de que fala; (3) *análise da expressão*, que trabalha com indicadores para uma inferência informal, considerando uma correspondência entre o tipo de discurso e as características do locutor e do meio em que vive; (4) *análise das relações*, que extrai do texto relações entre elementos da mensagem; e (4) *análise da enunciação*, que utiliza as condições de produção da palavra com modalidades de discurso (BARDIN, 2004; CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003).

como Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1990), que o agente não tem total consciência das estruturas sobre as quais repousam seu pensamento e discurso.

Dessa forma, por meio de uma análise temática de grade mista, que permite a definição prévia de categorias de análise que podem se somar a outras categorias durante o próprio processo de análise (VERGARA, 2005), fez-se uma integração da perspectiva teórica utilizada, dos objetivos da pesquisa e do que foi apreendido no campo pela pesquisadora para a definição das categorias temáticas para a análise das entrevistas. Assim, chegou-se às seguintes categorias:

Quadro 4 Temas e subtemas utilizados na análise temática

1. Percepção dos docentes acerca das relações entre suas escolhas na pesquisa e as regras dos editais e do meio científico: a percepção da agência sobre a estrutura do campo científico
1.1. Percepções sobre o campo científico
Percepção dos docentes acerca das regras de funcionamento do meio científico
Percepção dos docentes acerca das condições para que a carreira de docente/pesquisador seja consolidada dentro da academia
Percepção dos docentes sobre as condições dos novos entrantes no campo
1.2. Percepções sobre o prestígio acadêmico
1.3. Percepções sobre as condições para aprovação dos projetos e escolhas por parceiros de pesquisa
Fatores que determinam a aprovação de um projeto de pesquisa em editais de órgãos de fomento
Fatores que contribuem para que um projeto não seja aprovado em editais de órgãos de fomento
Percepção sobre os fatores que influenciaram a aprovação do próprio projeto de pesquisa
Relações estabelecidas pelos docentes entre as regras dos editais e suas escolhas por parceiros de pesquisa
2. Capitais valorizados (em jogo) na escolha por parceiros de pesquisa
2.1. Capital econômico
2.2. Capital cultural
2.3. Capital social
2.4. Capital simbólico
2.5. Capitais envolvidos em parcerias interinstitucionais

Fonte: elaborado pela autora

Concluindo então com um esboço objetivo do modo como se elucidou o problema da presente pesquisa, segue-se um resumo das técnicas e métodos que

foram utilizados dentro de sua correspondência a cada objetivo específico definido:

Quadro 5 Esboço da metodologia em relação aos objetivos específicos da pesquisa

Objetivos específicos	Técnica de coleta de dados	Método de análise
a) Identificar regras e normas às quais os pesquisadores estão submetidos no contexto dos editais de apoio e fomento à pesquisa científica;	Pesquisa documental (editais de pesquisa).	Análise de conteúdo
b) Identificar o perfil dos docentes que tiveram projetos aprovados em editais de pesquisa da FAPEMIG em 2009, bem como o perfil das equipes formadas para sua execução;	Pesquisa documental (lista de projetos aprovados e currículo <i>Lattes</i> de coordenadores e membros da equipe).	
c) Analisar as estratégias dos docentes relativamente à percepção acerca das relações entre suas escolhas durante o desenvolvimento de projetos de pesquisa e as regras dos editais e do meio científico;	Entrevista pessoal com pesquisadores.	Análise de conteúdo
d) Analisar, por meio dos tipos de capitais propostos por Pierre Bourdieu (econômico, cultural, social e simbólico), quais são aqueles valorizados dentro do campo científico na escolha das parcerias dos projetos de pesquisa.	Entrevista pessoal com pesquisadores.	Análise de conteúdo

Fonte: elaborado pela autora

Assim, atendidos os objetivos propostos, chegou-se à resposta do problema de pesquisa, por meio da conjugação e confrontação de tais dados e análises. A seguir, então, serão discutidos os resultados da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A estrutura de discussão dos resultados obedece aos seguintes subtópicos: no item 4.1. são apresentadas as regras e normas às quais os pesquisadores estão submetidos no contexto dos editais de apoio e fomento à pesquisa científica; no item 4.2. é apresentado o perfil dos docentes que tiveram projetos aprovados em editais da FAPEMIG no ano de 2009, bem como o perfil das equipes formadas para sua execução; no item 4.3. é discutida a percepção dos docentes acerca das relações entre suas escolhas na pesquisa e as regras dos editais e do meio científico, o que pode ser interpretado como a percepção da agência sobre a estrutura do campo científico; no item 4.4. são discutidos os capitais em jogo na escolha por parceiros de pesquisa, englobando o capital econômico, o cultural, o social e o simbólico. Ao final deste item, é realizada uma síntese destes capitais em jogo, demonstrando quais são os capitais simbólicos do campo científico estudado.

4.1 Regras e normas às quais os pesquisadores estão submetidos no contexto dos editais de apoio e fomento à pesquisa científica.

A identificação das regras e normas às quais os pesquisadores estão submetidos no contexto dos editais de apoio e fomento à pesquisa se torna fundamental para o entendimento da presente pesquisa não só para compreender elementos da estrutura do campo científico em que se encontram tais pesquisadores, como também compreender as estratégias empreendidas pelos mesmos para a obtenção de reconhecimento dentro do campo, no que se refere especificamente à aprovação de projetos de pesquisa. Além disso, diz-se que as relações de força de um determinado campo, inserido em um campo de poder (BOURDIEU, 2001b), só podem ser descritas quando se conhecem as leis de um

dado campo, já que são exatamente estas leis que transformaram os diferentes tipos de capitais em capital simbólico (BOURDIEU, 2001b).

Assim, a análise das regras contidas nos editais de fomento à pesquisa, permitiu a constatação de elementos que fazem parte do *nomos* do campo científico, ou seja, de leis que o governam (THIRY-CHERQUES, 2006).

Dentre o recorte utilizado para o objeto de estudo, que compreende os docentes da universidade que tiveram projetos aprovados em editais da FAPEMIG, no caso da presente pesquisa houve três editais envolvidos, ou seja, tais docentes obtiveram aprovação em três editais lançados no ano de 2009.

Dessa forma, para a identificação das regras e normas às quais estão submetidos, julgou-se adequada a análise desses três editais. Trata-se do Edital 01/2009, de Demanda Universal; Edital 03/2009, Programa Pesquisador Mineiro (PPM III); e Edital 14/2009, Programa Biota Minas. O primeiro deles, Edital 01/2009, é um dos editais lançados pela FAPEMIG para o financiamento de projetos de diversas áreas do conhecimento, por esse motivo, intitulado Universal. Já o Edital 14/2009 – Programa Biota Minas refere-se ao edital lançado para área específica de conhecimento, não admitindo a generalidade de áreas de interesse para as propostas como o edital universal. O Edital 03/2009 – Programa Pesquisador Mineiro – PPM III – já é, por sua vez, um projeto de natureza diferente dos anteriores, pois visa ao auxílio a projetos de pesquisa a pesquisadores renomados em suas áreas de interesse, ou seja, o foco de avaliação se dá na capacitação, experiência e currículo do pesquisador que submete a proposta como coordenador.

Segue-se, então, à descrição de algumas peculiaridades dos três editais quanto a regras e normas.

4.1.1 Edital FAPEMIG 01/2009 – Demanda Universal

Como foi dito, o edital de demanda universal visa ao financiamento de projetos de pesquisa científica e/ou tecnológica de diversas áreas do conhecimento. O edital considera como propostas elegíveis aquelas oriundas de “instituições de pesquisa e desenvolvimento e/ou de ensino e pesquisa, sediadas no Estado de Minas Gerais e cadastradas junto à FAPEMIG” (FAPEMIG, 2009a, p. 01), que devem ser executadas em até 24 meses. Destina-se tanto a instituições de pesquisa públicas quanto privadas. O valor total destinado a financiamento pelo referido edital foi de R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), sendo que o valor para cada proposta individual seria de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) (FAPEMIG, 2009a).

O apoio às pesquisas ocorre por meio financiamento de itens como equipamentos e material permanente, material de consumo, material bibliográfico, softwares, despesas acessórias, serviços de terceiros e manutenção de equipamentos, consultoria, passagens e diárias, bolsas e mensalidades, despesas diversas e despesas operacionais (FAPEMIG, 2009a).

Os projetos submetidos são avaliados por um corpo técnico da FAPEMIG. Como principal requisito observado no edital, enquanto critério eliminatório está a adequação da proposta aos termos do edital, o que torna sua observância extremamente importante para os pesquisadores que submetem projetos.

Enquanto critérios gerais de seleção e julgamento, o que revelam as normas específicas às quais os pesquisadores se submetem, estão o “mérito técnico, científico, relevância, estruturação e adequação metodológica, orçamento e qualificação da equipe” (FAPEMIG, 2009a, p. 04). Já como critérios específicos, estão:

[...] originalidade e/ou caráter de inovação; resultados esperados e benefícios potenciais para a sociedade e para a respectiva área de conhecimento; coerência entre os recursos solicitados e os resultados prontos e esperados; adequação da metodologia; composição da equipe para execução do projeto; competência e experiência prévia do Coordenador na área do projeto de pesquisa; interdisciplinaridade e/ou multidisciplinaridade da proposta; relevância para o desenvolvimento científico e/ou tecnológico do Estado de Minas Gerais; adequação do orçamento aos objetivos do projeto; necessidade real dos recursos da FAPEMIG, face aos recursos obtidos de outras fontes; adequação do cronograma físico e qualidade dos indicadores do progresso técnico-científico do projeto; contribuição para a formação de recursos humanos; consistência entre a infraestrutura disponível e os recursos humanos envolvidos com a natureza da proposta; pedido de proteção à propriedade intelectual (patentes, programas de computador, cultivares e desenho industrial) requerido ou concedido nos órgãos governamentais competentes (FAPEMIG, 2009a, p. 04-05).

Já quanto aos projetos específicos, além de regras gerais semelhantes às regras do Edital 01/2009 – Demanda Universal, observa-se que os mesmos priorizam a adequação do objeto e objetivos de pesquisa ao edital. Como não se tratam de edital direcionado a diversas áreas de conhecimento, o conteúdo da proposta ganha relevância, exatamente por serem editais direcionados a demandas de pesquisa em áreas específicas para o Estado de Minas Gerais, o que se refere exatamente à natureza do Edital 14/2009 – Programa Biota Minas.

4.1.2 Edital FAPEMIG 14/2009 – Programa Biota Minas

O público-alvo do edital 14/2009 é o mesmo público-alvo do edital de demanda universal. O edital tinha como finalidade “financiar atividades de

pesquisa, mediante o aporte de recursos financeiros a projetos que visem promover o desenvolvimento científico, tecnológico ou de inovação sobre a biodiversidade em Minas Gerais, consolidando a implantação do Programa Biota Minas” (FAPEMIG, 2009c, p. 01). Ao contrário do edital de demanda universal, este estabelece linhas temáticas nas quais as propostas de pesquisa precisam se enquadrar, tendo sido duas as linhas temáticas estabelecida: “modernização e organização das coleções biológicas estaduais e consolidação de sistemas integrados de informações sobre biodiversidade” e “ampliação dos inventários de espécies em áreas consideradas prioritárias para conservação e/ou investigação científica segundo a publicação: Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para a sua conservação (FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS, 2005)” (FAPEMIG, 2009c, p. 01). Além disso, se estabelece também que as propostas digam respeito às áreas prioritárias de conservação da biodiversidade no Estado.

O valor total destinado ao financiamento das propostas foi de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo itens financiáveis equipamentos e material permanente, material de consumo, serviço de terceiros, passagens e diárias, bolsas, software, despesas acessórias e despesas operacionais (FAPEMIG, 2009c, p. 03).

Ao contrário do edital de demanda universal, este privilegiava a parceria interinstitucional, estabelecendo que “as instituições poderão estabelecer instrumentos que envolvam, preferencialmente, mecanismos de cooperação entre os possíveis parceiros, com vistas à utilização compartilhada dos recursos materiais, apropriação e uso dos produtos, processos e metodologias desenvolvidas” (FAPEMIG, 2009c, p. 06). Isso se deve ao fato de que este edital, sendo específico, demonstrou uma maior preocupação da FAPEMIG com a capacidade de execução do projeto não só no que se refere ao pesquisador, mas

também à instituição proponente, em termos de infra-estrutura necessária para a viabilização da pesquisa.

Dessa forma, pode-se observar que os critérios específicos de seleção e julgamento privilegiam tanto a capacidade do pesquisador quanto da instituição.

São critérios:

[...] adequação do pessoal, dos aparelhos, equipamentos e espaço físico disponíveis para o funcionamento e operacionalização efetiva da proposta; consistência, mérito e viabilidade do conteúdo da proposta; consistência dos cronogramas e justificativas apresentadas; orçamento detalhado dos itens imprescindíveis para a realização das atividades; experiência institucional e capacidade técnica da proponente, e parceira(s), e da equipe que desenvolverá a proposta; adequação dos procedimentos a serem adotados pelos proponentes para assimilar, difundir e explorar os resultados, produtos e processos a serem desenvolvidos; produtos e resultados esperados (FAPEMIG, 2009c, p. 06).

Ou seja, observa-se que há, por parte do órgão de fomento, uma preocupação com a capacidade da equipe e de suas instituições em executar as pesquisas de forma adequada, sendo que os indícios de potencial para tal são buscados em vários aspectos, seja na capacitação do próprio pesquisador, na qualidade de elaboração da proposta de pesquisa, e na infraestrutura disponível a este pesquisador para sua execução.

4.1.3 Edital FAPEMIG 03/2009 – Programa Pesquisador Mineiro (PPM III)

Por fim, está o Edital 03/2009 – Programa Pesquisador Mineiro (PPM III), analisado por último porque se trata de um edital de natureza diferente dos anteriores. Este tem como objetivo “apoiar, através da concessão de cotas financeiras mensais (*Grant*), os planos de trabalho inerentes a projetos de

pesquisa científica e/ou tecnológica em desenvolvimento, financiados por órgãos de fomento oficiais e coordenados por pesquisadores ou tecnólogos de reconhecida liderança na sua área” (FAPEMIG, 2009b, p. 1). Tais planos de trabalho envolvem o detalhamento de projeto em andamento, atividades a serem desenvolvidas, participação em eventos, orientação de bolsistas, infraestrutura disponíveis e apoios já obtidos (FAPEMIG, 2009b).

Ou seja, seu foco é, antes de apoiar uma proposta com mérito técnico e científico, apoiar um pesquisador que tenha liderança reconhecida em sua área de atuação, que seja vinculado à instituição de pesquisa e desenvolvimento e/ou ensino e pesquisa, a desenvolver seu plano de trabalho, que pode conter diversas atividades vinculadas a projetos que já estejam sendo financiados. A utilização dos recursos se dá de forma mais flexível do que o permitido pelos outros editais, o que garante aos pesquisadores contemplados uma maior liberdade, o que é ressaltado, de fato, pelos mesmos:

[...] isso é uma vantagem pra gastar com o que eu precisar... e isso é muito importante numa área como a minha porque muitas vezes você tem um inesperado acontecendo com um equipamento químico... então não dá pra prever que você vai comprar o equipamento. E aí isso acontece muito aqui... então a gente tem realmente essas dificuldades... então o PPM me ajudou...a gente tem trabalhado com ele de forma muito positiva, exatamente por ele ter me ajudado a desenvolver muitas dissertações e teses. [...] Então, ele me ajudou a conseguir recursos pra terminar uma... iniciar outra... eu estou resolvendo meus problemas com o PPM..isso é muito positivo. Sempre tem recursos dos editais universais... mas eles são muito carimbadinhos... e o PPM me deu essa possibilidade. (DOCENTE ENTREVISTADO)

Os recursos totais alocados no edital foram de R\$ 12.240.000,00 (doze milhões e duzentos e quarenta mil reais), sendo que cada pesquisador pôde ser beneficiado com valores de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) (para os

beneficiários do Adicional de Bancada do CNPq¹³) ou R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) (para os não beneficiários do Adicional), divididos em parcelas mensais durante o período de dois anos (FAPEMIG, 2009b).

Como regras, o pesquisador responsável deveria ser doutor, ter produção científica e/ou tecnológica de qualidade e relevância nos últimos cinco anos, liderança reconhecida em sua área, e deveria ser coordenador de um projeto de pesquisa que seja de interesse do Estado, e que, conforme já dito, já estivesse sendo financiado por órgão oficial de fomento. Só não se permitia a acumulação, pelo pesquisador, de recursos deste Programa com recursos dos editais de demanda universal ao mesmo tempo (FAPEMIG, 2009b).

Os parâmetros para avaliação e seleção das propostas estão demonstrados na Figura 5:

Pesquisador (*beneficiário ou não do "Adicional de Bancada", concedido pelo CNPq*)

PARÂMETROS	
<i>qualificação do solicitante</i>	<i>pontuação máxima atribuível</i>
produção científica e tecnológica nos últimos cinco anos	40
experiência compatível com o tema da proposta apresentada	20
<i>qualificação do plano de trabalho</i>	
consistência e perspectiva de melhorias da atividade de pesquisa	10
originalidade e/ou caráter de inovação da proposta	5
relevância da proposta para os interesses sociais, econômicos e tecnológicos do Estado de Minas Gerais	5
contribuição para formação de recursos humanos	10
indicadores, impactos e resultados esperados e benefícios potenciais para a respectiva área de conhecimento	10
TOTAL	100

¹³ O Adicional de Bancada é um recurso recebido por pesquisadores que são contemplados por bolsas de Produtividade em Pesquisa do CNPQ, devendo ser destinado a despesas de capital ou de custeio relacionadas a projetos de pesquisa. É um recurso que pode ser recebido, opcionalmente, por Pesquisadores Sêniores e por pesquisadores que recebem bolsa de pesquisa de categoria 1 (CNPQ, 2009).

Figura 5 Parâmetros para avaliação de propostas para o edital 03/2009 – Programa Pesquisador Mineiro.

Fonte: FAPEMIG (2009b, p. 9).

Assim, observa-se, de fato, que o foco está na qualificação do pesquisador proponente, já que 60% dos pontos em avaliação referem-se a este fator, enquanto 40% dos pontos dizem respeito à qualificação do plano de trabalho proposto.

Dessa forma, após uma análise das regras presentes nos três editais nos quais os pesquisadores da universidade tiveram projetos aprovados, pode-se afirmar que os mesmos estejam inseridos em uma lógica que privilegia, de forma conjunta, vários aspectos.

Em relação especificamente à relevância dada ao mérito das propostas de pesquisa nos dois editais que foram primeiramente analisados, tal aspecto pode direcionar os pesquisadores para uma lógica exatamente baseada na tentativa de pesquisarem aquilo que é considerado importante, já que, dentro do campo científico, “o que é percebido como importante e interessante é o que tem chances de ser reconhecido da mesma forma por outros, aquilo com possibilidades de fazer aparecer aquele que o produz como importante e interessante aos olhos dos seus pares (BOURDIEU, 2003, p. 115). Assim, o cenário configurado pelas regras analisadas justifica o fato de um pesquisador não ser motivado apenas por sua satisfação intrínseca, mas também pelo grau de importância que seu trabalho tem para os outros (BOURDIEU, 2003). Tal lógica se justifica, ainda, por seus projetos serem avaliados por uma comissão constituída pelos seus próprios pares.

Já os critérios que priorizam as pesquisas com relevância para o Estado de Minas Gerais, estes podem ser situados como os fatores externos ao campo científico, que são as demandas político-econômicas às quais o mesmo precisa atender em termos de pesquisas e inovação. Bourdieu (2004b), nesse sentido,

chama atenção para o fato de que tais demandas se impõem sim ao campo, mas não determinando, puramente, uma *ciência escrava*. Assim, não haveria nem uma *ciência pura*, livre das demandas sociais, nem uma *escrava*, que se sujeita a todas as demandas, já que o campo científico, assim como os outros campos, possui também seu grau de autonomia e sua capacidade de refração, retraduzindo as pressões ou demandas externas. Nesse sentido, caberia um questionamento, os pesquisadores elaboram suas propostas de pesquisa priorizando as demandas externas em detrimento de suas próprias motivações científicas? A análise dos resultados das entrevistas permitiu, como se irá observar, a apreensão de uma intermediação entre esses dois aspectos, ou seja, entre o atendimento do que o edital prioriza, e as motivações científicas de caráter pessoal dos entrevistados.

Mas, antes da descrição dos resultados da análise de conteúdo das entrevistas, a identificação do perfil destes docentes que tiveram projetos aprovados nos três editais analisados da FAPEMIG se torna necessária, para compreendermos não só as características dos sujeitos da pesquisa, bem como as características daqueles que conseguem obter sucesso na aprovação de seus projetos.

4.2 Perfil dos docentes que tiveram projetos aprovados em editais da FAPEMIG no ano de 2009 e perfil das equipes formadas para sua execução.

Antes de identificar o perfil dos docentes da UFLA (dados obtidos por consulta ao Currículo *Lattes* dos mesmos) que tiveram projetos aprovados nos editais da FAPEMIG no ano de 2009, e que correspondem ao universo amostral da presente pesquisa, torna-se necessário identificar a origem departamental dos coordenadores dos projetos aprovados. No Quadro 6, demonstra-se a distribuição absoluta e relativa dos projetos de acordo com o departamento de seu coordenador.

Quadro 6 Distribuição dos projetos por departamento do coordenador

	Departamentos dos Coordenadores dos Projetos	Incidência absoluta	Incidência Relativa
1	DBI - Departamento de Biologia	16	17%
2	DCA - Departamento de Ciências dos Alimentos	9	10%
3	DQI - Departamento de Química	8	9%
4	DEG - Departamento de Engenharia	7	8%
5	DAE - Departamento de Administração e Economia	7	8%
6	DCS - Departamento de Ciência do Solo	7	8%
7	DZO - Departamento de Zootecnia	7	8%
8	DEN - Departamento de Entomologia	6	7%

9	DAG - Departamento de Agricultura	5	5%
10	DCF - Departamento de Ciências Florestais	5	5%
11	DEX - Departamento de Ciências Exatas	5	5%
12	DFP - Departamento de Fitopatologia	4	4%
13	DCC - Departamento de Ciência e Computação	2	2%
14	DMV - Departamento de Medicina Veterinária	2	2%
15	DED - Departamento de Educação	1	1%
16	DEF - Departamento de Educação Física	1	1%
17	DCH - Departamento de Ciências Humanas	0	0%
	Total	92	100%

Fonte: dados da pesquisa

Assim, observa-se que o Departamento de Biologia foi o que apresentou o maior percentual dentre os projetos aprovados no referido ano, representando 17% do total. Em segundo lugar, está o Departamento de Ciência dos Alimentos, representando 10%. Observa-se que os departamentos que tiveram menor expressividade são exatamente aqueles que não possuem programas de pós-graduação *Stricto Sensu*. Os programas de pós são avaliados constantemente pela CAPES em termos de publicação de artigos científicos, que são oriundos muitas vezes de resultados de pesquisas financiadas ou não por órgãos de fomento. Trata-se dos Departamentos de Ciência e Computação, Educação, Educação Física e Ciências Humanas, sendo que este último não teve nenhum projeto aprovado. Como exceção entre os departamentos de menor expressividade, está o Departamento de Medicina Veterinária, que possui

programa de pós-graduação *Stricto Sensu*, oferecendo cursos de Mestrado e Doutorado. Porém, dados da pesquisa demonstram que se trata ainda de um curso recente, o que foi exatamente apontado por um dos entrevistados.

No Quadro 7, demonstra-se o perfil dos coordenadores que tiveram seus projetos aprovados:

Quadro 7 Perfil dos coordenadores dos projetos aprovados

Editais	Edital Universal	PPM	14/2009	Perfil geral
Número de projetos aprovados	49	35	8	92
Percentual entre os projetos aprovados	53%	38%	9%	100%
Formação acadêmica dos coordenadores:				
Doutores	64%	66%	75%	66%
Pós-Doutores	35%	34%	25%	34%
Tempo médio do coordenador na UFLA	9,3	10,8	6,4	9,6
Percentual de bolsistas de Produtividade	46,90%	74,20%	50,00%	57,50%
- Percentual de bolsistas categoria 2	56,50%	88,50%	75%	70,30%
- Percentual de bolsistas categoria 1	43,50%	11,50%	25%	29,70%
= Percentual categoria 1 - nível 1D	70%	67%	100%	71%
= Percentual categoria 1 - nível 1C	20%	0%	0%	14,30%
= Percentual categoria 1 - nível 1B	10%	33%	0%	14,30%
= Percentual categoria 1 - nível 1A	0%	0%	0%	0
- Percentual de bolsistas Seniores	0%	0%	0%	0%

Fonte: dados da pesquisa e Plataforma *Lattes*

O perfil geral dos coordenadores dos projetos aprovados, que pode ser observado no Quadro 7, revela uma maior expressividade de doutores, mas também de pós-doutores e um tempo médio dos mesmos na UFLA de 9,6 anos. Ou seja, não são, em sua maioria, docentes recém-contratados na universidade. Não são novos entrantes no campo científico, dada sua titulação média, tempo médio de universidade, e também o índice de bolsistas de produtividade. O que

faz com que se pressuponha que suas estratégias sejam inerentes às estratégias de pesquisadores já estabelecidos no campo.

Quanto ao índice de pesquisadores contemplados por bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, julgou-se relevante considerar tal aspecto já que essas bolsas são destinadas “aos pesquisadores que se destaquem entre seus pares” (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT, 2009, s/p), que devem ser doutores ou ter perfil científico equivalente (MCT, 2009). São bolsas que se constituem em instrumentos formais e institucionalizados de distinção do pesquisador dentro do campo.

O índice de bolsistas se mostrou significativo, sendo de 57,5% do total. Dessa forma, pode-se considerar que a maioria dos pesquisadores se enquadra entre aqueles dominantes no campo científico, em relação a uma ordem científica estabelecida (BOURDIEU, 2003). Pode-se atribuir também o índice de bolsistas de produtividade ao percentual de projetos que foram aprovados no Edital 03/2009 – Programa Pesquisador Mineiro (38%), já que este contempla pesquisadores com liderança reconhecida em sua área.

Em relação às categorias e níveis das bolsas de Produtividade em Pesquisa concedidas, observa-se, no Quadro 7, que há pesquisadores com bolsas de categoria 1 e 2. Pode-se dizer que tais categorias são mais uma ferramenta de distinção dentro do universo de todos os que já são bolsistas de produtividade, ou seja, é uma distinção dentro da própria distinção. São três as categorias de bolsa: (1) Pesquisador Sênior, destinada a pesquisadores que se mantiveram com bolsa de produtividade categoria 1, nível A ou B, durante 15 anos, no mínimo; (2) Pesquisador 1, destinada a pesquisadores que sejam doutores há 8 anos, no mínimo; e (3) Pesquisador 2, para pesquisadores que sejam doutores há 3 anos, no mínimo (MCT, 2009).

Ainda, a categoria 1 é dividida entre quatro diferentes níveis – A, B, C ou D – que dizem respeito a uma comparação entre os próprios pares que possuem a bolsa de categoria 1 (MCT, 2009). Mais uma vez, é uma distinção dentro da própria distinção, o que revela como a abordagem do campo científico como um campo de luta concorrencial se adéqua ao que se observa no campo estudado. Os critérios adotados para a classificação dos pesquisadores nos quatro diferentes níveis se relacionam aos níveis de produção científica do candidato, de formação de recursos humanos em Pós-Graduação, de contribuição científica e tecnológica para inovação, nível de coordenação em projetos de pesquisa e de participação em atividades de edição e de gestão científica em instituições e núcleos científicos e tecnológicos. Já na categoria 2, não há especificação de nível, e os critérios utilizados para a concessão dessa bolsa consideram a produtividade do pesquisador, que diz respeito, principalmente, aos trabalhos publicados e às orientações realizadas nos últimos 5 anos.

Nesse aspecto, então, observa-se que os docentes se enquadram, em sua grande maioria (70,3%), na categoria 2 de bolsistas de produtividade, o que representa 70,3% do total de bolsistas. Além disso, dentre os bolsistas com categoria 1, a maioria (71%) é de nível D, não havendo, ainda, nenhum pesquisador de nível A, nem mesmo algum que seja Pesquisador Sênior.

Outras decorrências da análise do perfil dos coordenadores revelam, ainda, o seguinte panorama:

- a) A maior parte dos projetos foi aprovada no Edital Universal da FAPEMIG, o que se justifica por sua amplitude em termos de áreas de conhecimento. Além disso, o Edital do PPM, por ser destinado a pesquisadores que tenham liderança reconhecida em sua área, faz com que o percentual de projetos aprovados no mesmo seja inferior ao percentual do

Edital Universal. Ainda, o Edital 14/2009 – Programa Biota Minas, por ser muito específico em termos de áreas temáticas estabelecidas, faz com que seu percentual de participação seja o menor;

b) o tempo médio dos pesquisadores na UFLA é maior em relação àqueles que foram beneficiados pelos recursos do Edital PPM, o que sugere que o tempo de carreira do indivíduo possa ser relevante para determinar uma liderança em sua área de conhecimento. Ou seja, eles estão mais distantes da condição de novos entrantes do que os demais pesquisadores.

c) como também já se poderia supor, o percentual de bolsistas de produtividade é maior entre os pesquisadores que tiveram projetos aprovados no Edital PPM, pois a própria concessão da bolsa já indica uma distinção do pesquisador no campo;

Além da identificação do perfil dos coordenadores dos projetos, analisou-se o perfil das equipes montadas para a execução dos projetos, já que se pretende compreender quais são os capitais em jogo na escolha de parceiros de pesquisa. Os dados da pesquisa documental revelam o seguinte perfil para as equipes:

Quadro 8 Perfil das equipes dos projetos aprovados

Características da Equipes formadas	Perfil geral	Percentuais
Número médio de membros nas equipes	4,20	
Composição da equipe:		
Número médio de doutores nas equipes	1,44	34,30%
Número médio de pós-doutores nas equipes	0,30	7,10%
Número médio de mestres nas equipes	0,02	0,50%
Número médio de estudantes nas equipes	2,44	58,10%
Número médio de estudantes de Pós-Graduação	1,23	50,40%

Número médio de estudantes de Graduação	1,21	49,60%
<u>Origem dos membros das equipes:</u>		
Número médio de membros da UFLA	3,70	88,10%
Número médio de membros de outras instituições	0,50	11,90%

Fonte: dados da pesquisa e Plataforma *Lattes*

A análise do perfil das equipes demonstra, como se pode observar, uma significativa participação de estudantes nos projetos de pesquisa. O percentual da média conjunta de estudantes de pós-graduação e de graduação é de 58,1% em relação ao total de membros, enquanto, em segundo lugar, o percentual da média de doutores é de 34,3% em relação ao total. A participação de pós-doutores e de mestres é a menos significativa. Uma investigação mais aprofundada do porquê a maior parte de membros são estudantes pôde ser obtida por meio das entrevistas com os coordenadores dos projetos, que são discutidas no capítulo 7.

Quanto à origem dos parceiros da equipe, observa-se uma maior expressividade de parceiros da própria instituição, sendo pouco expressiva a participação de parceiros de outras instituições, questões essas que também puderam ser analisadas de forma mais detalhada com as entrevistas dos pesquisadores.

Assim, descritos os resultados obtidos por intermédio da pesquisa documental, procede-se à análise dos resultados obtidos com as entrevistas, resultados estes que revelam, inclusive, relações significativas com as regras dos editais que foram analisados e com o perfil dos coordenadores e de suas equipes de projetos.

4.3 Percepção dos docentes acerca das relações entre suas escolhas na pesquisa e as regras dos editais e do meio científico: a percepção da agência sobre a estrutura do campo científico

Antes de proceder à investigação dos capitais envolvidos na escolha por parceiros de pesquisa, julgou-se relevante compreender a percepção dos docentes acerca das possíveis relações entre suas escolhas durante o desenvolvimento de projetos de pesquisa e as regras dos editais de órgãos de fomento, bem como as regras do meio científico em si. Tal compreensão pode revelar a forma como os docentes percebem o que seria um espaço de intermediação entre a estrutura e agência no contexto específico de análise. Ainda, considerar tal percepção se adéqua à consideração de Bourdieu (1996a) de que os indivíduos não são completamente livres e nem completamente determinados, podendo pensar e agir dentro de certa liberdade, que é dada pela lógica do campo e pela situação que nele ocupam.

Ainda, tal compreensão pôde revelar o que se poderia chamar de indícios dos *habitus* dos pesquisadores, já que se perceberam algumas crenças, valores e idéias dos pesquisadores que acabam por se tornar comportamentos aprendidos e estruturadores da ação, ou seja, princípios geradores e organizadores de práticas e representações e *esquemas de percepção e apreciação* (BOURDIEU, 1989, 2003; WACQUANT, 2002). Além disso, a tentativa de compreender elementos do espaço de intermediação entre estrutura e agência se justifica porque a noção de *habitus* surgiu exatamente da “necessidade empírica de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais” (SETTON, 2002, p. 62).

Porém, mais importante do que ressaltar que se pôde observar o que seriam indícios de *habitus*, é esclarecer que são apenas indícios. Pois a metodologia empregada não permite uma apreensão significativa ou completa do mesmo, já que o *habitus* é o “produto da experiência biográfica individual, da experiência histórica coletiva e da interação entre essas experiências” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 34). Para tal, julga-se que seria necessária a aplicação de métodos etnográficos e de história de vida, por exemplo, já que, conforme dito no referencial, os pesquisadores não seriam capazes de explicitar simplesmente por meio de seus discursos o *habitus* do campo estudado. O que vale ressaltar é, pois, a importância do conceito para a perspectiva adotada.

Ouvir os docentes a respeito de suas estratégias e as regras que conseguem reconhecer dentro do campo em que se encontram se justificou também porque a noção de *habitus* foi recuperada e retrabalhada por Bourdieu justamente com o intuito de trazer novamente a agência à antropologia estruturalista. Tal agência pode ainda ser definida como a capacidade inventiva dos agentes, o que se torna adequado ao contexto de produção e desenvolvimento de pesquisas (WACQUANT, 2007). Ouvir suas percepções individuais tornou-se relevante porque o *habitus* representa uma *interiorização da exterioridade* e uma *exteriorização da interioridade* (WACQUANT, 2007), ou seja, expressa o diálogo entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades (SETTON, 2002).

De modo específico, os pesquisadores explicitaram suas percepções, em primeiro lugar, sobre o campo científico, no que se refere a possíveis regras de funcionamento do mesmo, ou seja, o que era requisito para que se mantivessem dentro do campo da ciência e também quais as condições acreditavam ser importantes para que a carreira de pesquisador seja consolidada dentro do meio. Em segundo lugar, analisou-se qual era a percepção que os mesmos possuíam

sobre estar desenvolvendo estratégias para atuar ou sobreviver dentro desse meio.

Como conceito intrinsecamente relacionado ao campo científico de Bourdieu (2003), o termo prestígio foi explorado nas investigações, para saber qual é o posicionamento dos docentes em relação ao termo.

Considerando que a publicação seja uma das fontes de reconhecimento e prestígio dentro do campo científico, e que essa possa advir de pesquisas que possam ser viabilizadas por financiamento de órgãos de fomento à pesquisa, buscou-se a percepção dos docentes sobre os fatores importantes para que um projeto seja aceito em editais, sobre fatores que determinam sua reprovação e sobre o motivo pelo qual o próprio projeto tenha sido aceito. O foco específico na dinâmica de aprovação de projetos em pesquisa se revelou adequado pelos resultados obtidos com as entrevistas realizadas, já que, de fato, observou-se que a aprovação destes projetos é uma significativa fonte de prestígio dentro do campo.

Relativamente a parcerias, identificou-se também a percepção dos mesmos em relação à influência do parceiro para a aprovação de projetos de pesquisa em editais, bem como as possíveis relações entre suas escolhas ao formar uma equipe de pesquisa e as regras dos editais.

Segue-se, assim, à descrição das percepções dos docentes em relação ao campo científico.

4.3.1 Percepções sobre o campo científico

Em primeiro lugar, buscou-se analisar a **percepção dos docentes acerca das regras de funcionamento do meio científico** ao qual pertencem,

considerando que “o direito de entrada no campo é dado pelo reconhecimento de seus valores fundamentais, pelo conhecimento das regras do jogo” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 40). Quando questionados sobre as **regras que conseguem perceber**, observa-se que os docentes enfatizam preponderantemente a necessidade de publicações e, principalmente, publicações de qualidade em veículos de comunicação científica. O Pesquisador 6, por exemplo, disse “[...] eu tenho que publicar, e essa publicação é o resultado, mas é o que abre portas para que eu tenha mais possibilidades de aumentar a carreira de pesquisador [...]. A Pesquisadora 11 também enfatiza tal necessidade:

O prestígio hoje é publicar em revistas Qualis A, e não é fácil em função da demanda de trabalho que a gente tem, é muito difícil. O congresso assim, você tem o prazo que é limitado, aí você corre, vira a noite e faz. Agora a revista, você fica, eu vou fazer depois, aí você acaba não fazendo. Eu acho que essa sobrecarga de trabalho prejudica muito nesse aspecto. (PESQUISADORA 11)

Observa-se que a entrevistada, assim como a maioria dos docentes entrevistados, se sente pressionada para que o nível e a qualidade de publicações sejam adequados. O relato do Pesquisador 7, por exemplo, demonstra nitidamente o contexto de pressão em que estes docentes admitem viver, assim como uma possível estratégia de subversão ou de crítica ao sistema:

Olha... fazer pesquisa hoje em dia é maluquice. Eles colocam pra gente um objetivo que é muito alto... sabe? Eles querem sempre que a gente produza em um ritmo muito elevado. Pra mim, mais importante que produzir muito é produzir bem. Eu fico mais satisfeito quando eu sei que eu alguém citou meu artigo do que quando eu sei que eu publiquei o artigo sabe? Isso também é mais importante... então eu acho que regras...eu acho que esta questão toda aí...como é que se entra no sistema...como é que se sai do sistema...e como se mantém né...eu acho que o sistema tá cada vez mais uma loucura acadêmica que é produzir em quantidade e...e realmente fica meio...você acaba

percebendo que as pessoas estão publicando em uma quantidade que é impossível de assimilação do conhecimento dela mesma. Como é que uma pessoa consegue publicar 10 artigos... 12 artigos... igual um ano que eu publiquei 8 artigos...isso me custou alguma coisa...entendeu? E manter esse ritmo certamente vai me custar alguma coisa... vai me custar outras coisas... eu só vou viver e respirar isso. E aí vou perder qualidade de integração no meio em que eu vivo [...]. A coisa tem que ser natural [...], não pode ser uma pressão do sistema. (PESQUISADOR 7)

Pelo relato, verifica-se como o Pesquisador 7, assim como outros entrevistados, reconhece estar, no âmbito científico, dentro de uma dinâmica de existência de regras que devem ser observadas. As entrevistas demonstraram um contexto de forte pressão para a competição e uma meritocracia exacerbada. Mas a fala do Pesquisador 7 expressa não só a **pressão** que admite viver para atender às regras desse campo científico, como também sua possibilidade de resistir às mesmas, ainda que de forma pouco significativa. O Pesquisador 7 é um pesquisador que se preocupa não só com seu nível de publicação, considerado por ele uma regra para se integrar no *sistema*, mas também com seu nível de integração dentro do meio científico. Ou seja, ele pretende um equilíbrio entre o atendimento da regra **publicar** e sua necessidade de relacionamento dentro do meio.

A importância do relacionamento referido pelo Pesquisador 7 também pode ser considerada uma regra de funcionamento do meio percebida pelos entrevistados. O Pesquisador 7 considera a importância do relacionamento preponderantemente como desejo pessoal dentro do meio. Mas vários entrevistados citaram a necessidade de relacionamento com os pares propriamente como uma regra do meio científico, o que repercute diretamente na necessidade do estabelecimento de parcerias entre os mesmos, o que reforça a importância de uma habilidade política:

[...] a regra básica é ter dentro da minha área de atuação, primeiro, contato com outros pesquisadores que lidam naquele segmento [...] isso é imprescindível, [...] a sua capacidade pra trabalhar em grupo... a sua habilidade de adentrar nesses grupos né [...] (Pesquisador 9).

Eu acho importante essa questão do relacionamento com as outras pessoas, porque trabalhar sozinho é muito difícil. Então, a partir desse relacionamento você consegue fazer projetos maiores... então a questão da habilidade de cognição junto a outras pessoas [...]. E aí vai desenvolver habilidade de... de argumentação, de articulação de idéias, então isso eu acho que é uma competência importante pra quem quer se estabelecer nessa área. (Pesquisadora 11)

Assim, a regra **relacionar-se** apresenta-se também como diretamente relacionada à regra **publicar**, ou seja, o estabelecimento de parcerias se torna uma estratégia para o atendimento à necessidade de publicações. Ainda em relação à regra **publicar**, os docentes apontam a necessidade de obtenção de recursos para a realização das pesquisas. Como a instituição dos docentes não possui, assim como ocorre no contexto das várias instituições de ensino e pesquisa do país, recursos suficientes para o financiamento das pesquisas realizadas por seus docentes, os órgãos de apoio e fomento à pesquisa ganham destaque, de acordo com o relato dos entrevistados, no que se refere à viabilização de suas pesquisas. O Pesquisador 2, por exemplo, cita como regras tanto a publicação quanto **obter recursos** para as pesquisas, condição esta também apontada por outros entrevistados.

Regras basicamente é você correr atrás de recursos, sempre arrecadar recursos, para poder estar produzindo projetos. É uma regra que você tem que conseguir. Outra regra é publicar [...] outra regra é publicar dentro de questões éticas [...]. (PESQUISADOR 2)

[...] isso é uma regra, não tem produção não entra [...] “ah... eu não tenho produção”, [...] então você tem que tentar, e batalhar e insistir [...] Tem que prestar atenção nos editais [...]. (PESQUISADORA 3)

O reconhecimento da regra **obter recursos** se assemelha, ainda, ao resultado obtido por Araújo (2008), ao estudar uma rede colaborativa de pesquisa, em relação à existência, como regularidade, da visão do cientista como arrecadador de recursos. O autor descreve que

[...] as entidades de pesquisas [...] não asseguram os fundos para custeio das pesquisas, que devem ser buscados junto aos organismos de fomento. Como consequência, há valorização da habilidade de construir alianças e conceber projetos *competitivos* e alinhados com os Editais e políticas das agências financiadoras. Mesmo porque os projetos, além de custeio, embutem itens de capital fixo: equipamentos e obras, que ampliam as oportunidades de novos projetos (ARAÚJO, 2008, p. 189).

Assim, verifica-se que os docentes reconhecem que, para estarem dentro do campo científico e obterem sucesso dentro do mesmo, dependem de publicações que estão diretamente relacionadas aos resultados das pesquisas que realizam e, principalmente, às condições de viabilização destas pesquisas, a qual pode ser proporcionada pela aprovação de projetos em editais de órgãos de fomento. Mais especificamente, a publicação se torna o meio para um objetivo fim, que é a obtenção de prestígio e reconhecimento dentro do campo científico.

Ainda, ressalta-se que o reconhecimento da regra **publicar**, enquanto importante no meio científico, advém da noção de legitimidade sugerida por Bourdieu (2001b) em relação àquelas palavras que são publicadas no campo da ciência. Já que, de acordo com o autor, a crença na legitimidade se manifesta como elemento fundamental para se entender a cumplicidade dos que estão no poder. Pois "o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subvertê-la, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia" (BOURDIEU, 2001b, p. 15). Tal legitimidade seria, pois, obtida por meio das publicações, já que no campo científico algo que está em luta é a competência científica, enquanto "capacidade de falar e agir

legitimamente, isto é, de maneira autorizada e com autoridade” (BOURDIEU, 2003, p. 112). Assim, tal autoridade seria obtida por meio da aceitação de uma produção científica por um congresso/periódico. Quanto mais renomado for o veículo de publicação, mais autoridade conferida ao pesquisador para falar legitimamente.

Adicionalmente, nesse meio, pôde-se constatar uma significativa situação de **pressão** por parte dos docentes. A percepção desses agentes em relação às regras de funcionamento do meio científico está situada, em grande parte, na obtenção do capital científico puro descrito por Bourdieu (2004b), determinada pelas contribuições científicas do pesquisador, tais como as publicações. A pressão para **publicar** se mostra tão significativa na fala dos docentes que o Pesquisador 5, ao ser simplesmente questionado se consegue descrever quais são as regras de funcionamento do meio científico, refere-se prontamente à mídia científica, e não ao meio científico, como se pode observar no seguinte relato:

A mídia científica requer sua presença constante, isso requer que você publique em revistas nacionais, internacionais, de impacto, para isso você tem que ter conhecimento técnico científico para que você possa produzir bons trabalhos, profundos, para que a mídia científica possa aceitá-los, e isso é importante para que você tenha reconhecimento dos seus colegas e para que você esteja sempre na mídia.
(PESQUISADOR 5)

Pelo relato do Pesquisador 5, verifica-se sua percepção de que **publicar** seja condição para que o pesquisador tenha reconhecimento dos pares dentro do campo científico, reconhecimento este enfatizado por Bourdieu (2003; 2004b) enquanto objetivo de pesquisadores. A expressão mídia mostra, também, um sentido de publicar próximo ao de estar em evidência, aparecer, ou ser visto pelos pares. Ainda, o relato revela a ênfase justamente ao que seria o crédito específico do pesquisador dentro do campo, que é aquele adquirido por meio da

obtenção de capital científico puro, oriundo de contribuições à ciência, como as publicações (BOURDIEU, 2004b). Nesse sentido, verifica-se uma dinâmica em que as publicações se tornam um meio de legitimação. Porém, quando o pesquisador adquire certo *status* dentro do campo, ou possui uma habilidade política, tal como a capacidade de obter capital científico político, ele também adquire a capacidade de falar e agir legitimamente.

O Pesquisador 5 continua o relato anterior citando adicionalmente a já discutida regra **relacionar-se** também como condição para a obtenção do capital científico puro, reforçando os resultados aqui discutidos:

Participação em congressos... contatos em congressos... via email... via *Skype*, para que você possa manter o contato com pesquisadores de sua área de pesquisa... escrever livros, capítulo de livros, se manter na mídia científica com trabalho árduo, publicar com qualidade e em boa quantidade. Sou bolsista do CNPq e nós sabemos como é difícil hoje continuar tendo mérito e, sendo bolsista CNPq, cada vez mais a competitividade é maior e cada vez mais as exigências são aumentadas para que possamos estar aí nessa mídia científica e fazendo parte desse colegiado de pessoas que são reconhecidos por um órgão de fomento [...]. (PESQUISADOR 5)

Quanto à regra **publicar**, cita-se também a relevância de que, de fato, tal publicação esteja agregando algo em termos de conhecimento científico:

O levantamento bibliográfico... fazer um levantamento para não estar reinventando a roda é de extrema importância, para saber o que está acontecendo dentro da pesquisa [...]. Então precisa sempre agregar uma coisa a mais naquela pesquisa, para que ela sempre venha a crescer, a contribuir, para que se torne uma pesquisa de referência. (PESQUISADOR 1)

Assim, a dinâmica de referenciar outros pesquisadores e ser também referenciado torna-se um padrão dentro do campo, o que se relaciona a um poder

de caráter simbólico. A palavra referência dita pelo Pesquisador 1, assim como a palavra reconhecimento citada por vários entrevistados sugere como o fazer pesquisa se torna, assim como destacado por Bourdieu (2004a), uma dinâmica na qual está em jogo o reconhecimento daquele que está apto para falar a verdade. Reconhece-se que conseguir publicar em revistas renomadas, por exemplo, dá ao pesquisador certa distinção dentro do campo.

Como regra percebida pelos docentes, pode-se citar ainda, dentro da dinâmica de **publicar**, a necessidade de se **trabalhar focado**. Contudo, tal necessidade desponta mais como uma estratégia para atender à necessidade de **publicar** e **obter recursos**, do que propriamente uma regra. Trata-se da estratégia de especializar-se em uma temática para se tornar referência dentro da mesma.

E a gente trabalha numa linha só... eu trabalho numa linha só de lá pra cá... com essa linha de trabalho, de certa forma, eu tenho hoje reconhecimento internacional no que se refere à novidade dos meus trabalhos. Eu tenho conseguido publicar em boas revistas internacionais e tenho publicado em inglês... e tem sido um resultado de 10, 12 anos nessa linha de pesquisa. Então, de certa forma, eu tenho trabalhado muito coerente numa linha só. (PESQUISADOR 7)

Assim, a necessidade de disciplina para manter o foco de trabalho, mantendo uma linha coerente de pesquisa, que permita ao pesquisador se especializar e obter mais sucesso em uma área específica foi destacada pela Pesquisadora 11. Observa-se diretamente a percepção desses docentes de que tal estratégia possa, de fato, trazer o reconhecimento dentro do campo:

[...] eu conheço até um professor... que ele foi meu aluno [...], fez pós-doutorado já, foi meu aluno...então por quê? Porque ele é focado... eu só trabalho com isso, não quero nem saber do resto... precisa nem me convidar...precisa nem me falar que eu não vou. Então, e aí ele tem aquela disciplina, olha... só trabalho com isso... e ele é muito

bom...ele é bom...ele é mais novo que eu. E ele é bom naquela área e essa disciplina... eu só mando pra congresso bons trabalhos... eu só publico em revistas boas... e só trabalho com esse tipo de pesquisa...outra coisa, não precisa me procurar. Então, isso aí dinamiza o trabalho dele. Ele vai ser uma pessoa reconhecida logo, logo... já é de certa forma... por quê? Por causa de focar... e às vezes a gente fica querendo trabalhar e agradar todo mundo... você acaba se penalizando. Então, uma regra importante que eu vejo... eu acho que a gente tem que focar muito... pegar seu norte e seguir aquilo ali... não dá pra ficar fazendo muita coisa não. (PESQUISADORA 11)

Essa estratégia pode até representar uma contradição com as múltiplas exigências que o campo acadêmico impõe aos docentes/pesquisadores, que precisam se dedicar a diversas atividades. A ênfase em pesquisas e publicações é também criticada pelos docentes, ou seja, alguns deles assumem um posicionamento crítico em relação às regras que reconhecem dentro do ambiente científico. O Pesquisador 7 ressalta que não é só a pesquisa a atividade importante do meio acadêmico, defendendo que:

Mas a academia acha que só o pesquisador é uma pessoa valorizada. Eu acho que se eu sou pesquisador, eu acho que eu tenho alguma coisa que me ajuda a ser pesquisador [...] eu acho que você tem que ter o perfil. Nem todos os docentes tem o perfil... tem aqueles que tem mais perfil de administração... mais perfil de ensino...e não de pesquisa. E aí? Qual é o perfil do pesquisador? Eu não sei, eu acho que a pessoa tem que ser capaz de pelo menos de ter êxito [...] o pesquisador tem que ser capaz de estabelecer uma hipótese clara, e conseguir recursos pra trabalhar com aquela hipótese até o final de forma sistemática e coerente. Então, eu acho que é por aí. (PESQUISADOR 7)

O Pesquisador 7 chama atenção para um aspecto importante da pesquisa: os sujeitos entrevistados estão envolvidos dentro do ambiente específico de pesquisa, por estarem todos vinculados a programas de pós-graduação *Stricto Sensu*. Assim, suas percepções serão influenciadas por esse contexto específico, como se pode observar no seguinte trecho da entrevista da Pesquisadora 11:

Porque as regras hoje estão muito em cima de publicação e de qualidade dessa publicação. Não adianta muito... não importa se você dá aula... não importa as outras coisas...você tem que publicar...então em termos dessa área da pós (*pós-graduação*). Mas graduação no geral é... é importante quem só trabalha com graduação. Mas mesmo assim, a cobrança tá sendo cada vez maior. (PESQUISADORA 11)

Considera-se que a aula de graduação não coloque o pesquisador em evidência, não o tornando referência no meio científico. O relato da pesquisadora mostra uma visão crítica em relação às regras do campo. Pois há também docentes que direcionam suas carreiras para ensino e/ou extensão, e não tanto para a pesquisa em si. Dessa forma, a relevância e intensidade das regras publicar, obter recursos e relacionar-se podem ser atribuídas ao contexto específico desses sujeitos. Mais ainda, a pressão que sofrem no que se refere a pesquisas e publicações de qualidade. A necessidade de se ter um perfil específico para ser pesquisador é destacada não só pelo Pesquisador 7, mas também por outros entrevistados.

Assim que eu entrei na universidade como docente, eu já comecei a trabalhar com iniciação científica... então, pesquisa é uma coisa que quando você começa, você não para mais. Aquele profissional que para, é porque não tem perfil pra pesquisa. Mas, uma vez que você começa, você não para (PESQUISADORA 12)

Contudo, ainda que o foco destes entrevistados, em seus relatos, tenha sido a pesquisa, alguns também chamam a atenção para a não desvinculação com a missão da universidade, que seria o ensino. Ou seja, demonstram uma preocupação de que as regras e pressões para publicações e pesquisas não prejudiquem o ensino na universidade.

Olha... eu acho que é você se dedicar à pesquisa, aprovar projetos, obter recursos, publicar, mas sem deixar de lado o

ensino, porque essa é a missão da universidade. **Você acha que tem acontecido essa dinâmica de deixar o ensino de lado?** Olha... eu acho que não, porque acaba que, quando você entra em uma universidade, você tem que se dedicar ao ensino... tem uma carga horária que você tem que cumprir...então, as duas coisas tem que andar juntas. E também não adianta você se desvincular da extensão... acho que você pode fazer projetos de pesquisa que envolvam também a extensão. (PESQUISADORA 12)

[...] eu queria ter mais tempo para dedicar à vida acadêmica como professor, e tem me sobrado, eu confesso, pouco tempo em função de eu participar do programa de pós-graduação, [...]. Participo ativamente, dou todas as aulas, estou presente em sala de aula sempre, dou bastante conselho, tento ensinar realmente, tento melhorar, mas eu sinto que poderia melhorar mais. (PESQUISADOR 5)

O Pesquisador 5 explicita em sua entrevista, assim como alguns docentes, uma preocupação com o futuro da universidade. Ele se mostra chateado com o fato de ser um bom professor, e já ter recebido vários sinais de reconhecimento por parte dos alunos, como títulos de professor homenageado e paraninfo de formandos (títulos estes cujas plaquetas se encontravam todas dispostas em sua sala) e não receber, em contrapartida, sequer um comunicado da universidade o parabenizando pelos feitos.

Importante ponderar, contudo, o fato de que o ensino e a pesquisa podem representar dois campos que se relacionam, estão interligados, mas que são, também, diversos. As regras do MEC, por exemplo, direcionadas para o ensino, são diferentes das regras da CAPES, mais direcionadas para o contexto da pesquisa. Ambos os campos sociais estão dentro de um campo de poder maior, que os interliga.

Por fim, ressalta-se que todos os entrevistados tinham alguma percepção clara sobre as regras de funcionamento do meio científico. Apenas um dos

entrevistados declarou não enxergar tais regras: “não, eu acho que eu não vejo muito isso de regras, eu não sei, eu não sou muito novato para falar” (PESQUISADOR 4). Entretanto, o Pesquisador 4, ao longo da entrevista, reconhece as mesmas regras que foram citadas pelos outros entrevistados: a questão da publicação em periódicos renomados, por exemplo, foi algo bastante destacado pelo mesmo. Ou seja, sua recusa em falar de regras poderia advir do fato de não reconhecer as condições de inserção no meio científico como sendo regras ou, simplesmente, ausência de vontade de falar sobre o assunto.

Em segundo lugar, analisou-se a **percepção dos docentes acerca das condições para que a carreira de docente/pesquisador seja consolidada dentro da academia**, no que se referem a possíveis habilidades, competências, produtos, processos e/ou resultados necessários, o que também se relaciona diretamente à percepção sobre as regras do meio. Como condições mais citadas pelos docentes, estão a **publicação de qualidade**, a capacidade de **produzir resultados para a sociedade** com as pesquisas, a **disposição** para trabalhar e enviar projetos para editais de órgãos de fomento e o **exercício de uma boa influência sobre os alunos**.

Então, hoje o pesquisador não é único [...] então você tem que dar aula bem para você atrair aluno [...] e tem que pesquisar bem contando com os resultados para gerar publicação. E com a publicação você é valorizado [...]. Então, se você publica bem, vai aprovar um projeto bom, vai gerar recursos e você faz outro, e a roda vai girando. (PESQUISADOR 6)

Assim, ao falarem sobre as condições para a consolidação da carreira, observa-se uma priorização não só da **pesquisa**, como também do **ensino**. Até porque as duas áreas se mostram vinculadas, na medida em que, como relatou o Pesquisador 6, o ensino atrai alunos para a colaboração nas pesquisas e publicações. Interessante ainda a percepção de uma dinâmica que gira em torno

da pesquisa, pelo que se observa nos relatos dos docentes. O **ensino** provém pessoal para a realização da **pesquisa**, e esta pode gerar benefícios para a sociedade de forma direta ou indireta (o que favorece a **extensão**).

De forma mais específica, assim, podem-se observar relatos que priorizam condições relacionadas especificamente a estes três pilares da universidade:

A gente é muito questionado por isso [condições para a carreira ser consolidada]. Ser professor é dar oportunidade, acho que a gente sempre está dando oportunidade para o aluno, porque o professor influencia, e isso reverte numa importância muito grande, que é ética e comportamento [...]. [...] como, por exemplo, o meu orientador, me influenciou demais, uma pessoa ética, [...]. Outra característica também é pesquisa com resultado, é trazer uma contribuição para a sociedade e ela espera isso, porque é ela que nos mantém aqui dentro [...] não é só [...] formação de massa pública pensante, mas também de benefício. (PESQUISADOR 1) *[ensino, pesquisa e extensão]*

O principal hoje que tem é produzir material científico de qualidade, então publicação de resultados encontrados em periódicos reconhecidos [...] esses artigos vão ser lidos, citados e é uma forma de consolidar o pesquisador. (PESQUISADOR 2) *[apenas pesquisa, bem como a relação desta com o reconhecimento e o prestígio do pesquisado]*

Hoje, se você perceber, vamos supor, [...] eu já mandei várias vezes bolsa (*pedido de bolsa de produtividade*), mas eu ainda não estou em um nível qualificado para assumir... vamos pensar em bolsa de pesquisa do CNPq, eu preciso terminar um aluno de doutorado, e eu não tenho nenhum terminado e isso me joga lá embaixo e eu perco muito ponto... então, você tem que ser... se você pensar como é feito o edital de produtividade e pesquisa, ele assume várias áreas dentro da sua carreira, desde o ensino até sua formação e pesquisa [...]. (PESQUISADOR 6) *[ensino e pesquisa, sendo que o ensino afeta a capacidade de consolidação da carreira na pesquisa]*.

Assim, a carreira docente na universidade exige uma boa atuação nos três campos: ensino, pesquisa e extensão. Contudo, trata-se de campos com regras e normas distintas.

Ainda, para a consolidação da carreira de pesquisador, considera-se como condição a **disposição e vontade para trabalhar**. A Pesquisadora 3, que tem uma preocupação muito grande com a aprovação de projetos de pesquisa e, dessa forma, com o aproveitamento de todos os editais em que pode participar, ao ser questionada a respeito das condições para a consolidação da carreira, responde que:

Primeiro... vontade de trabalhar, porque eu já me deparei com colegas, não de departamento, mas de forma geral, e a pessoa fica lá: 'ah eu não consigo aprovar projetos', mas ela também não manda, não presta atenção ao edital, [...] então [...] com quem eu encontro, eu falo 'olha tem um projeto aí, a data é não sei quando', então é interesse, vontade de trabalhar [...]. (PESQUISADORA 3)

Ou seja, a postura do docente também é considerada como uma condição para a consolidação da carreira. Se as regras são a publicação e obtenção de recursos, a disposição para atingir tal objetivo se torna um elemento fundamental. Ainda no contexto de condições pessoais necessárias, os docentes enfatizaram bastante a capacidade e **habilidade de se falar outras línguas**, e de **escrever dentro das normas da comunicação científica**.

Hoje em dia, ele [o pesquisador] tem que ter capacidade de falar uma segunda língua e certamente uma terceira língua. Porque não se faz hoje pesquisa inovadora se não se tem uma boa leitura do que é publicado no mundo. Então, se alguém é pesquisador hoje, e não consegue ler artigos em inglês, ele não vai conseguir. Isso é até questão básica, se alguém quer iniciar nessa área, tem que ser capaz de ler. Agora, as outras aptidões, na verdade, a gente vai aprendendo, porque não tem curso pra ser pesquisador, sabe? E aí a gente vai aprendendo na marretada mesmo... aprendendo a escrever projeto... a escrever artigo...isso

significa ser capaz de comunicar com a comunidade acadêmica. Um pesquisador que não consegue se comunicar com a comunidade acadêmica... ele dificilmente consegue progredir. [...] Tem que ter publicação internacional. Mas não só dominar a língua, ele tem que dominar o protocolo de comunicação científica... porque é diferente comunicar um trabalho de extensão de um trabalho de pesquisa. É diferente a comunicação de uma revista que não é científica pra outra que é científica. A comunicação pra mim é a essência da... do pesquisador hoje... mas isso é nível básico. [...] (PESQUISADOR 7)

Dessa forma, observa-se uma vinculação da habilidade com outras línguas não só como requisito específico e direto para o sucesso enquanto pesquisador, como também como professor. Além disso, o quesito comunicação citado pelo Pesquisador 7 é bastante adequado para se indicar a finalidade da tão citada necessidade de publicação científica.

Ou seja, analisando de forma geral as condições percebidas pelos entrevistados para a consolidação da carreira como docente e pesquisador, observa-se, como disse o Pesquisador 6, que o docente não pode ser único, pois precisa se dedicar a diferentes atividades para o sucesso na carreira. Novamente, a questão da **pressão** para tal dedicação se demonstra relevante no relato da maior parte dos entrevistados.

Eu tenho um grupo hoje de 16 pessoas trabalhando conosco, eu ministro 2 disciplinas de graduação e 2 de pós-graduação, sou consultor de vários projetos de pesquisa, sou consultor do CNPq [...], sou consultor de vários periódicos, tenho que escrever meus artigos, colaborar com meus orientados, doutorado, na leitura das dissertações, tese, na participação ativa da escrita das publicações de seus artigos, [...] temos que aplicar a prova, elaborar a prova, corrigir a prova, e até nós mesmos professores temos que lançar a nota no sistema, sendo que nós podíamos ter uma secretaria que podia nos auxiliar com isso, para que nós pudéssemos ter mais tempo, para dedicar mais ainda à vida acadêmica, e eu confesso que

eu estou tendo... eu sou um privilegiado frente aos alunos, devido às honorarias que eu recebi ao longo destes 12 anos, e eu queria ter mais tempo para dedicar à vida acadêmica como professor, e tem me sobrado, eu confesso, pouco tempo em função de eu participar do programa de pós-graduação, onde nós temos que alimentar com publicações, cada vez mais somos pressionados a publicar em revistas de alto impacto e isso demanda mais tempo, e isso aí vem me preocupando muito, porque eu confesso que eu queria ter mais tempo para me dedicar ao alunato, principalmente de graduação. (PESQUISADOR 5)

Enfim, diante de todas essas exigências e pressões sofridas, observam-se os elementos integrantes da estrutura do campo científico, na percepção destes docentes. Mais especificamente, as regras observadas permitiram uma apreensão de elementos pertencentes à *nomos* e à *doxa* do campo estudado. O *nomos* seria as leis gerais que governam o campo, exatamente a noção de regras do campo científico, o que acaba refletindo também, ao pedirmos para os entrevistadores falarem, elementos da *doxa* do campo, que é o senso comum presente no mesmo. Quando os docentes falam, por exemplo, da importância de se publicar em periódicos de qualidade, periódicos internacionais e de se realizar pesquisas inovadoras, observam-se elementos da *doxa*, na medida em que esta representa o senso sob o qual todos os membros do campo estão de acordo, estando relacionada à determinação do “que é interessante ou não, o que é demandado ou não” (THIRY-CHERQUES, 2006, p.37). A mesma lógica se repete para a questão da escolha dos parceiros de pesquisa, a ser abordada no próximo capítulo.

Mais uma vez se justifica a consideração de que se observam indícios dos *habitus* dos docentes, embora não haja sua apreensão completa, porque o senso comum e as leis gerais do campo são também representativos do *habitus*, legitimando as relações de poder presentes entre agentes e instituições,

determinando polarizações ou não de poder. Ainda, a noção de campo de Bourdieu (1996a) como sendo um espaço de autonomia relativa, com suas regras e características próprias de funcionamento, justifica o porquê se questionar, na percepção destes agentes, quais são as regras de funcionamento que conseguem perceber no meio em que vivem.

Tal percepção revela ainda justamente como há a possibilidade de reconhecimento por parte dos agentes das pressões estruturais a que se submetem (ainda que não haja um total reconhecimento, pode-se supor que parte significativa dessas pressões seja reconhecida). Paralelamente, a possibilidade de agência se torna um elemento fundamental para que também se apreenda as percepções que tais docentes possuem acerca do campo científico. **Estes se vêem desenvolvendo estratégias para atuar ou sobreviver no meio científico?** Esta foi, pois, uma das questões norteadoras das entrevistas realizadas, bem como uma subcategoria da categoria de análise **percepções sobre o campo científico.**

Apenas três dos doze docentes entrevistados disseram não se ver desenvolvendo estratégias para sobreviver no meio em que vivem:

Eu acho que não é sobrevivência, é estar na pesquisa. A partir do momento em que você está sempre atualizado em artigos e periódicos da sua área, você está bem situado, você sabe o que está acontecendo, participa de eventos [...] e eu acho que isso não é sobrevivência, é estar atualizado. [...] Então não é sobrevivência, é crescimento pessoal, crescimento profissional. (PESQUISADOR 1)

O que eu almejo, visualizo, é a publicação, eu tenho que publicar, e essa publicação é o resultado, mas é o que abre portas para que eu tenha mais possibilidades de aumentar a carreira de pesquisador [...]. Mas, agora, não é uma estratégia de sobrevivência, mas eu colocaria como uma estratégia de aumentar minha carreira, pensar em publicar. (PESQUISADOR 6)

Olha... eu não acho que eu desenvolva estratégias pra sobreviver não. Acho que é trabalhar... eu faço as minhas pesquisas, faço minha parte, todo edital que eu posso participar, eu estou participando. O pesquisador tem que querer fazer as coisas. Acho que não é uma questão de sobreviver. (PESQUISADORA 12)

Vale ressaltar que, de acordo com Bourdieu (2004b), as possibilidades de estratégias dentro do campo dependem da posição ocupada pelo indivíduo dentro do mesmo. Contudo, no que se refere ao não reconhecimento de estarem desenvolvendo estratégias para atuar ou sobreviver no meio científico, observa-se que os três docentes, Pesquisador 1, Pesquisador 6 e Pesquisadora 12, ocupam posições relativamente distintas dentro do campo, ou seja, não é possível o estabelecimento de uma relação entre esse não reconhecimento com a posição ocupada. O Pesquisador 1 é docente da universidade há 22 anos, pesquisador há 20 anos e possui bolsa de produtividade do CNPq de nível 2. Já a Pesquisadora 12, seguindo a mesma linha, porém, com um destaque maior, é docente da universidade há 14 anos, pesquisadora há 20 anos e possui bolsa de produtividade de nível 1. Já o Pesquisador 6, em contrapartida, é docente na universidade há 4 anos, pesquisador há 6 anos e não possui bolsa de produtividade, podendo ser considerado ainda um iniciante no campo. Porém, em relação ao que seria, então, o tipo de estratégia declarado pelos mesmos (ainda que não reconhecida como estratégia), observa-se que ambos declaram as mesmas: pesquisar e publicar.

Partindo para aqueles docentes (maioria) que se vêm desenvolvendo estratégias para sobrevivência no campo, estão também perfis diversos. Algumas estratégias giram em torno do **aproveitamento de todos os editais no qual pode participar**:

A estratégia é sempre ter recursos, sempre ter recursos, ver os editais, quais os editais que vão atender determinadas demandas, sempre submeter a editais, editais universais, editais da FAPEMIG... planejamento é a sobrevivência com os editais, e, lógico, também, publicar a produção de pesquisa. (PESQUISADOR 2)

[...] sempre pro edital que dá para eu encaixar... eu sempre mando. Então, se tem algum projeto, eu estou em busca de financiamento, sempre pesquisando. Às vezes, o mesmo projeto... você consegue desmembrar e ser três. (PESQUISADORA 3)

Aí, foi nesse sentido, a partir do momento que eu submeti meu primeiro projeto para a FAPEMIG e fui aprovado, a gente fica com uma coisa quase que constante e sucessiva, a gente termina um projeto e vai submetendo outro, e foi assim. (PESQUISADOR 6)

Outras estratégias giram em torno da tentativa de se **manter um foco em linha de pesquisa para publicação:**

[risos] Então, a estratégia é mais ou menos por aí né... às vezes a gente até sabe a estratégia, já tem ela pronta, mas o difícil é operacionalizar essa estratégia em função de várias coisas. Eu estou tentando agora, no caso... nesse semestre, eu já fiz reunião com meus alunos... exatamente no sentido de focar essa questão da publicação e tentar focar uma área só. (PESQUISADORA 11)

Outras se relacionam a uma dimensão mais pessoal, como a postura a ser adotada dentro do meio:

Às vezes, é (pela) sobrevivência mesmo, às vezes as pessoas, de acordo com a formação, ou o temperamento, ou a própria origem dentro do Brasil, as pessoas tem maneiras diferentes de enfrentar problemas. E eu, como sou uma pessoa muito franca, então eu falo o que eu penso, às vezes incomoda um pouco. Então, às vezes, pra sobreviver, eu

tenho que ficar de boca fechada, não emitir a minha opinião.
(PESQUISADORA 8)

Mesmo sendo uma estratégia de dimensão mais pessoal, a Pesquisadora 8 revela claramente como sua postura está em uma intermediação entre sua vontade (o que seria a agência) e as pressões da estrutura. A mesma se vê claramente desenvolvendo estratégias para sobreviver no campo, **não emitindo sua opinião** em alguns casos. Seguindo a mesma linha de estratégia em uma dimensão mais pessoal, a Pesquisadora 10 ressalta o fato de que a estratégia acaba sendo também uma definição individual de cada pesquisador: “ah... estratégia em si eu acho que cada um tem a sua... o seu delineamento de percepção [...] o que você almeja... então eu acho que é característico de cada pesquisador” (PESQUISADORA 10). Ou seja, a capacidade individual dos agentes acaba por se tornar um elemento importante na determinação das suas estratégias, assim como sua posição, na medida em que o que ele almeja pode ser diferente do que os outros almejam dada a posição que ocupa no campo científico.

Já na mesma linha da reconhecida regra relacionar-se do campo científico, o Pesquisador 9 ressalta, ainda, a estratégia de se **manter um relacionamento adequado com os pares dentro do meio**:

Assim, sem dúvida nenhuma... [a estratégia é] a participação em eventos, em congressos, em simpósio, mantendo contato permanente com os pesquisadores que militam naquela área, isso é importantíssimo. Os trabalhos em parceria... então, são estratégias que a gente vem propondo pra se inserir, pra se manter mesmo dentro desse meio. (PESQUISADOR 9)

Pode-se dizer que tal relacionamento seja um aspecto importante para a garantia do reconhecimento do pesquisador por seus pares. Ou seja, é um meio para que tais pares conheçam e reconheçam suas contribuições para a ciência, na medida em que este relacionamento leva ao conhecimento da produção alheia.

Mais uma vez, a situação de **pressão** vivenciada pelos docentes fica enfatizada ao discorrerem sobre as estratégias que desenvolvem para sobreviver no campo:

Eu me vejo a todo o momento, a todo instante [desenvolvendo estratégias], minha cabeça fica girando sem parar, eu critico meu trabalho, eu critico minhas pesquisas, eu sempre me cobro mais e mais, e isso às vezes... isso me faz mal, porque aí eu tenho que eu mesmo conversar comigo, para entender que nós temos nossos erros, ninguém é perfeito, eu estou sempre buscando algo de diferente nas minhas pesquisas, [...] aonde eu quero chegar com as minhas pesquisas, o que fazer para melhorar, como eu posso mudar, e hoje penso no meu pós-doutoramento, [...] estou tentando, [...] faço curso de inglês, [...] às vezes eu me questiono se é essa a saída, se é isso que vai ser importante e de peso para a melhoria dos meus trabalhos ou não, [...] a todo instante eu estou [...] tentando fazer mudanças para que eu possa produzir uma pesquisa que [...] colabore com a sociedade, para a resolução de um [...] problema [...]. Eu me cobro como docente, [...] como estão minhas aulas, se eu estou sendo maleável, se eu estou sendo muito taxativo com o estudante, [...] se eu estou cobrando meus pós-graduandos, se eu estou sendo um bom orientador para eles, se eu estou dando oportunidade realmente para eles crescerem juntos comigo no departamento, se eu estou sendo bom pesquisador, [...] e sofro por isso. (PESQUISADOR 5)

A fala do Pesquisador 5 é extremamente adequada para se encerrar a discussão sobre as percepções dos docentes acerca das regras e estratégias a serem empreendidas dentro do campo científico. Além de demonstrar a abrangência das pressões estruturais reconhecidas por estes docentes, situadas nas mais diversas áreas, como a necessidade de pesquisa inovadora, de capacitação profissional, de relevância da pesquisa para a sociedade, de qualidade no ensino e de formação de pesquisadores; a fala demonstra como se sentem a maioria dos entrevistados diante de tais regras do campo científico. A dinâmica do necessário conhecimento e reconhecimento dentro do campo

destacado por Bourdieu (2003) se torna fonte de angústia significativa para estes docentes. Aqueles que desejam se integrar a uma elite de pesquisadores, o que demonstra ser o desejo da maioria, acaba por se submeter a tais pressões. Não só o objetivo do ingresso e da continuidade de atuação na pós-graduação, que se submete a significativas regras institucionais, é o fator motivacional apresentado por estes docentes para sua submissão às regras do meio. Pois o algo mais, ou seja, a busca por prestígio e reconhecimento se faz presente na maioria dos relatos. Tal fator significa que tais docentes não buscam somente o básico para se integrar no meio, mas buscam também a obtenção de reconhecimento dentro do campo. Em termos operacionais, observa-se que a busca por bolsa de produtividade se torna um alvo para estes pesquisadores, não só no que se refere à obtenção de mais recursos para a realização de suas pesquisas, mas também à distinção no campo que a obtenção de tal bolsa confere a estes pesquisadores. O perfil dos coordenadores dos projetos aprovados nos editais da FAPEMIG no ano analisado demonstra justamente o índice significativo de bolsistas de produtividade entre os docentes que tiveram projetos aprovados. Ainda, dentre os 12 docentes entrevistados, 4 possuem bolsa de produtividade nível 2 (Pesquisador 1, Pesquisadora 3, Pesquisador 7 e Pesquisadora 8), 3 possuem bolsa nível 1 (Pesquisador 5, Pesquisadora 10 e Pesquisadora 12) e 5 não possuem bolsa de produtividade (Pesquisador 2, Pesquisador 4, Pesquisador 6, Pesquisador 9 e Pesquisadora 11).

Contudo, vale ressaltar que, dadas as diferenças de ocupação de posições dentro do campo, não se observou diferenças significativas de estratégias empreendidas, como sugeridas por Bourdieu (2004b), pelo menos não no nível do discurso. A única diferenciação relevante de estratégia foi observada em relação à escolha por parceiros de pesquisa, o que ocorreu de forma significativa em relação ao Pesquisador 9, que é integrante de um programa de pós-graduação

que ainda iniciante no meio, que ainda busca seu espaço distintivo. Tal diferenciação será ainda discutida quando a questão das parcerias for abordada.

Porém, as diferenças de condições de acesso a novos entrantes no campo científico foram claramente abordadas pelos docentes entrevistados. Ou seja, ainda que não tenham sido observadas distinções relevantes nas percepções sobre as regras do campo científico e nas estratégias empreendidas pelos agentes em relação à posição ocupada no campo, tais docentes reconhecem a existência de maiores dificuldades para que iniciantes conquistem seu espaço no campo e a diferenciação existente entre estes iniciantes e aqueles que pertencem a uma elite de pesquisadores. Tal aspecto permite uma análise da **percepção** que os mesmos possuem **sobre as condições dos novos entrantes no campo.**

Se você tem um bom currículo, é porque você conseguiu captar recursos e ter publicação [...]. E é uma coisa muito...é um círculo muito fechado, e é difícil para o novo pesquisador iniciar este ciclo...é sempre muito difícil. (PESQUISADOR 7)

[...] pesquisadores que ainda não tiveram a oportunidade de produzir... nunca produziram... de alguma forma, não tem produção, embora muitas vezes estejam dispostos a produzir, mostrar trabalho, eles não tem esse... não atendem a esse pré-requisito, que é a produção. Eles não conseguem esse projeto pra ser aprovado, essa realmente é uma limitação que eu acho que é bastante séria. É... acho que é uma questão que poderia ser repensada. (PESQUISADOR 9)

O interessante é que, dentre os docentes que, como o Pesquisador 7 e o Pesquisador 9, chamaram atenção para a questão da dificuldade de inserção dos novos entrantes no campo, apenas uma pode ser considerada iniciante no campo, que é a Pesquisadora 11. Ou seja, aqueles já estabelecidos dentro do campo é que estão levantando a causa dos novos entrantes. A Pesquisadora 11 não é, especificamente, uma iniciante no campo científico, pois já é pesquisadora há 16

anos e possui um bom nível de publicação científica. Porém, se formos considerar o contexto dos entrevistados, não possui ainda bolsa de produtividade, e tem pouco tempo na UFLA, estando na instituição há aproximadamente três anos apenas. Enquanto iniciante na instituição enfrenta, ainda, algumas dificuldades no que se refere a um adequado estabelecimento no ensino, que a permita também uma boa inserção em termos de atração de estudantes para a participação em suas pesquisas.

Assim, a Pesquisadora 11, sendo a única nesta condição a chamar atenção para a dificuldade de novos entrantes, afirma que:

E a questão também do projeto... ah, tem que ter tantos projetos publicados, tem que ser aquilo..então, assim, separa uma elite que pode participar. Se você não é doutor, você não pode. Se você não tem tantos artigos publicados, você não pode. E isso aí atrapalha... evita que pessoas que não tenham isso possam entrar nesse grupo. Acaba sendo uma coisa meio *seletista* na verdade. (PESQUISADORA 11)

Porém, não só as dificuldades para inserção destes iniciantes no campo são relatadas, pois os docentes também indicam possíveis estratégias a serem adotadas por parte destes iniciantes:

[...] você tem que submeter seu projeto para o edital adequado, porque hoje os editais são muito específicos. E tem editais que são pra novos pesquisadores... e tem editais que são pra uma elite de pesquisadores. Então, se você é iniciante, não adianta você concorrer com pesquisadores que estão na elite. Então, você tem que saber o que você está fazendo. (PESQUISADORA 12)

[...] alguns editais são específicos para jovens pesquisadores e a competição é menor. (PESQUISADOR 6)

Mas o que acontece com esses professores [iniciantes], eu acho, e ate já conversei, o que eles tem que fazer, começar de alguma maneira, e eles não conseguem entrar no programa de pós, porque eles não tem produção e se a gente permitir essa entrada, nosso conceito cai muito e nosso programa não vai funcionar. Então, que funcione bem, não

pode abrir exceções, isso é uma regra, não tem produção, não entra, e se não tiver inserido no ensino, também não, não adianta ter produção e não dar aula para a graduação, então tem uma serie de regras mesmo, regras de credenciamento para orientadores para a universidade. “Ah... eu não tenho produção”, [...] então você tem que tentar, e batalhar... e insistir, porque não adianta, eu mandei um projeto para a FAPEMIG no ano 2000 e não foi aprovado, e eu não vou mandar nunca mais? Tem que prestar atenção nos editais [...]. (PESQUISADORA 3)

As estratégias giram em torno, então, da submissão de projetos de pesquisa a editais adequados com a condição e a posição ocupada pelos docentes. Ainda, a disposição para tentar e insistir para que se obtenha sucesso. Observa-se que a discussão de tais estratégias possíveis, bem como a discussão da própria dificuldade de inserção dos iniciantes no campo pelos docentes não se dá de uma forma competitiva, ou seja, não fica evidente uma luta de interesses, no que se refere especificamente a esta discussão. Nesta, fica evidente que a preocupação com a possibilidade de inserção de mais pesquisadores dos departamentos nos programas de pós-graduação do qual fazem parte, que pode garantir o seu fortalecimento, é mais forte do que a natureza competitiva inerente ao campo científico enquanto espaço de uma luta concorrencial (BOURDIEU, 2003).

Discutidas então as percepções dos docentes sobre o campo científico, segue-se à discussão da percepção que estes possuem acerca do significado e da importância do prestígio no meio acadêmico, já que, quando se aborda o campo da ciência sobre a perspectiva de Bourdieu (2003, 2004b), a questão do prestígio e do reconhecimento se torna importante elemento de análise.

4.3.2 Percepções sobre o prestígio acadêmico

Fazer com que os docentes digam o que pensam a respeito do significado do prestígio acadêmico, tanto em um nível pessoal quanto em relação ao meio científico de forma geral, se relaciona à consideração de que o pesquisador depende de sua reputação junto aos colegas para “obter fundos para pesquisa, atrair estudantes de qualidade, conseguir subvenções e bolsas, convites, consultas, distinções” (BOURDIEU, 2003, p. 121).

Ao serem questionados, em primeiro lugar, sobre o que o prestígio acadêmico representa para eles, os docentes, em sua maioria, se demonstraram surpresos com a pergunta, questionando a entrevistadora sobre o que ela entende como prestígio acadêmico, ou que sentido está querendo dar à palavra. Além disso, houve uma significativa preocupação em demonstrar que não se preocupam com o prestígio dentro da academia. Tal reação pode dar indícios de que suas respostas possam estar enviesadas por essa tentativa de não parecerem profissionais que se preocupam com o prestígio. Para os docentes que questionaram em que sentido a entrevistadora estava querendo aplicar o conceito de prestígio, a mesma apenas citou a palavra reconhecimento, deixando os entrevistados livres para que pudessem dar à palavra outras atribuições.

Duas foram as questões realizadas a respeito do prestígio. A primeira foi: **“o que o prestígio acadêmico representa para você?”** e a segunda, **“e o que ele representa dentro do meio acadêmico?”**. Quanto à primeira questão, houve pesquisadores com opiniões totalmente diversas:

Representa tudo... entendeu? A partir do momento que você conhece... que você é um profissional respeitado, a sua vida está calcada em cima disso aí. Isso aí pra gente é tudo, [...] você passa a ser referência, não só na sua família, mas na sua profissão...pros seus orientados...pros seus alunos, né?
(PESQUISADOR 1)

Pra mim, não representa nada. Eu não acredito que haja prestígio acadêmico, na verdade, a gente trabalha muito, a gente tenta produzir alguma coisa em prol da educação

desse país, e da ciência e tecnologia do Brasil.
(PESQUISADOR 2)

O Pesquisador 1 mantém uma postura coerente com sua consideração a respeito do prestígio acadêmico, mantendo ao longo da entrevista uma postura de valorização do mesmo desvinculada de uma dimensão mais egoística. Já o Pesquisador 2, que diz achar não haver prestígio acadêmico e que alega que o mesmo não representa nada para si, se contradiz ao longo da entrevista, pois demonstra, em outras respostas, reconhecer a importância do prestígio acadêmico, principalmente em termos de reconhecimento do pesquisador dentro do campo no que se refere a publicações de alta distinção.

Entre aqueles que se demonstraram surpresos com a questão, o que foi a maioria, há relatos como o seguinte:

Eu nunca pensei por esse lado não, de ser prestigiado academicamente, eu acho que isso vem como consequência do seu trabalho, se você faz o seu trabalho, não vou falar perfeito, mas se você busca fazer o melhor. Mas eu nunca pensei em ser pesquisador para ter um prestígio, para eu ganhar com isso, você vai ganhando e vai desenvolvendo, você quer fazer o melhor. Não é que eu vou mandar um projeto para falar que eu aprovei, é porque eu tenho interesse na pesquisa, eu me considero um cientista, é a única forma de eu conseguir recursos para disponibilizar dentro do laboratório, mas eu nunca pensei em prestígio acadêmico. (PESQUISADOR 6)

Pra mim? Nossa, que pergunta difícil.... É...olha, eu acho que pra mim...o prestígio acadêmico vem quando você consegue olhar pra trás e ver que é...você conseguiu fazer um projeto acadêmico coerente. É... que você não ficou pulando de um lado pra outro, mas conseguiu estabelecer uma linha de trabalho que é extremamente coerente...e que você consegue olhar para todas as suas publicações e dizer...isso eu sei fazer, isso eu fiz, eu sei o resultado, eu consigo debater. [...] Então, é você olhar pra trás e ver que sua vida acadêmica foi coerente, eu sinceramente não tenho assim é... necessidade de ser reconhecido pelos outros, entende? Mas, mais pela minha satisfação de ter olhado pra

trás e verificado que eu não... eu não estou aqui por acaso, [...] você vê que todos os tijolinhos foram colocados por você [...]. (PESQUISADOR 7)

O que você diz que é prestígio acadêmico? *Em termos de reconhecimento do pesquisador dentro da academia.* Olha... eu acho que o prestígio...ele vem com muito trabalho. Eu não vejo essa coisa assim de prestígio não, eu acho que você tem que trabalhar, tem que correr atrás, eu não penso nessa coisa de prestígio. O pesquisador... ele tem que correr atrás...tem que buscar financiamento pros seus projetos, porque, senão, ele não tem recursos pra realizar suas pesquisas, e assim, ele não avança. Eu não vejo essa coisa de prestígio não. (PESQUISADORA 12)

Tais relatos demonstram que há uma negação diante da palavra prestígio por terem uma visão negativa do mesmo. Tem medo de que reconhecer a importância do prestígio seja o mesmo que reconhecer que querem manter um status elevado diante de outros pesquisadores. A Pesquisadora 12, por exemplo, que diz não ver *essa coisa de prestígio*, teve uma reação de negação tão significativa ao ser questionada a respeito do prestígio acadêmico, que a pesquisadora optou por não fazer a segunda questão sobre o tema à mesma.

Contudo, alguns dos docentes reconheceram a importância do prestígio em um nível pessoal em um sentido mais próprio de reconhecimento dentro do campo e, principalmente, de algo que é fruto de seu próprio trabalho, não enxergando o conceito como algo negativo:

Prestígio? Eu não estou sabendo o que seria prestígio. - *Reconhecimento.* Eu acho muito interessante você ser reconhecido pelo seu trabalho. Então, a partir do momento em que você vai desenvolver pesquisa, ou quando você publica alguma coisa, [...] porque quando você publica tem uma visibilidade muito grande, principalmente agora com a internet, quando eu comecei não tinha, mas agora com a internet é muito rápido, então na hora que seu trabalho é

publicado, daqui a pouco alguém manda e-mail perguntando sobre sua pesquisa, ou alguma empresa interessada, tem sempre alguém interessado. É o prestígio que eu vejo, [...] eu [...] acho muito interessante. (PESQUISADORA 3)

O prestígio acadêmico para mim é muito importante, porque a minha vida profissional tem um peso muito grande na minha vida, minha atividade profissional, seja toda ela, eu sou homem e profissional, então quando a gente recebe retribuições, apoio e honrarias, o nosso ego é muito alimentado, e isso nos estimula ainda mais a tentar melhorar... a ser mais participativo desse sistema de formação do alunato, seja isso em nível de graduação e de pós-graduação. (PESQUISADOR 5)

Olha, pra mim, ser pesquisadora representa uma continuidade de uma meta de vida, eu estabeleci que eu queria ser pesquisadora e hoje eu sou uma pesquisadora e consegui alcançar...vamos dizer...a meta que eu pretendia, ou seja, sou uma pessoa que tem prestígio dentro da minha área de pesquisa, tenho contatos internacionais, sou convidada pra conferências tanto no exterior quanto no Brasil...então é...isso me deu um prestígio bastante grande dentro da minha área e eu sou bastante reconhecida. (PESQUISADORA 10)

Ou seja, o significado que estes docentes dão ao prestígio depende da forma como o consideram, como sendo algo positivo ou negativo. O Pesquisador 6, por exemplo, demonstra claramente tal possibilidade de distinção:

Eu colocaria [o prestígio] como reconhecimento, ele vem pelo seu trabalho. Ele vem como reconhecimento ao que você prestou à comunidade. Mas se você busca isso... se ele tá vindo como uma primeira opção...não é legal...você quer por você. Quando você faz um trabalho e divulga e publica, você está mostrando à comunidade científica. Então, acho que é o contrário...eu acho que ele acaba sendo como o reconhecimento do trabalho bem feito, e mesmo academicamente. (PESQUISADOR 6)

Assim, o prestígio, dentro de um campo de lutas de interesses, pode, de fato, ser assumido como algo positivo, já que o pesquisador depende de sua reputação e seu reconhecimento para uma continuidade mais efetiva de seu trabalho, como também em um sentido negativo, que seria o mesmo que considerar que as motivações do pesquisador estejam unicamente relacionadas ao ego e à vontade de se destacar no ambiente científico. Pode-se refletir que não haja, entre os docentes, formas puras dessas duas considerações, no que se refere à postura que demonstraram ao longo da entrevista. Há, sim, combinações entre essas duas perspectivas.

Já procedendo aos resultados obtidos com a segunda questão: “e o que ele representa dentro do meio acadêmico?”, o Pesquisador 9 negou a questão do prestígio em um nível pessoal, dizendo que “[...] honestamente, [o prestígio representa] pra mim muito pouco. Faço até questão de ficar no anonimato... não é uma questão de prestígio” (PESQUISADOR 9). Mas, ao ser questionado sobre o que o mesmo representa dentro do meio acadêmico, diz que:

Dentro do meio acadêmico é forte... de estarmos produzindo... conduzindo, no caso, as atividades de pesquisa, porque, com isso, a gente tem um contato maior com os pares... com os pesquisadores que militam naquelas áreas em que a gente definiu como área de prioridade pra nossa atividade de pesquisa, então eu acho interessante. Acho interessante a produção e... a produção é a forma de nos inserirmos dentro do grupo. Só fica dentro do grupo, só participa dos grupos, quem realmente produz. (PESQUISADOR 9)

Ou seja, o Pesquisador 9 não só reconhece o prestígio dentro da academia, como também dá sua opinião sobre o que considera ser as fontes deste prestígio, que estão, mais uma vez, relacionadas às reconhecidas regras publicar e relacionar-se. Nesse sentido, observa-se um posicionamento crítico dos docentes em relação ao que é considerado prestígio dentro da academia:

Ah... dentro do meio acadêmico, é mais complicado, o prestígio acadêmico [...] ele representa a sua capacidade de

captar recursos, entendeu? Acho que é isso [...]. Se você consegue captar recursos, é porque você tem um bom currículo. Se você tem um bom currículo, é porque você conseguiu captar recursos e ter publicação [...]. (PESQUISADOR 7)

Hoje em dia, o prestígio tá na publicação, infelizmente. Porque às vezes você vai até num congresso, você tem um trabalho bom de pesquisa, você tem um trabalho de extensão, e não é valorizado. O prestígio hoje é publicar em revistas Qualis A, e não é fácil em função da demanda de trabalho que a gente tem, é muito difícil. (PESQUISADORA 11)

Mais uma vez, a sensação de pressão por parte dos entrevistados fica evidente. Além dessas considerações de que o prestígio esteja baseado nas já discutidas regras publicar e obter recursos, observa-se que as percepções dos mesmos acerca da importância do prestígio estejam também baseadas em um nível de satisfação pessoal e profissional, o que pode ser exemplificado com os relatos que demonstram a associação que fazem do prestígio com a capacidade de exercer uma boa influência sobre alunos:

Ah... é muito grande. Eu recebo os alunos aqui de outros departamentos que vem me procurar [...]. A gente dá muito curso por aí, a gente viaja muito... e com isso, é muito importante... não só pessoal, mas profissionalmente também. (PESQUISADOR 1)

Bom, eu acho que o prestígio é muito importante, e muito satisfatório e de certa forma é uma grande realidade o prestígio, por que você diretamente é um formador de opiniões, e isso colabora para que de certa forma você possa influenciar positivamente no direcionamento da vida acadêmica do estudante. (PESQUISADOR 5)

Bom se você tem o prestígio acadêmico baseado no seu trabalho você ganha credibilidade. Ganhando credibilidade, você vai ter mais acesso às agências de fomento, vai ter mais acesso, vai ser mais procurado por bons alunos, você vai poder desenvolver um melhor trabalho. (PESQUISADORA 8)

A Pesquisadora 8 revela claramente a dinâmica descrita por Bourdieu (2003) em relação ao que ocorre no campo científico, referente a um ciclo de que o maior reconhecimento pode levar também a um maior acesso às condições para desenvolver seu trabalho, como as bolsas concedidas pelos órgãos de fomento, o que também é destacado por Araújo (2008, p.217), ao reconhecer que

[...] junto com as verbas, há a possibilidade de contar com bolsas de pesquisa, muito valorizadas e disputadas. As bolsas permitem o pesquisador contar com pós-graduandos, que são mão-de-obra qualificada e multiplicadores da ação do cientista. Executando os projetos, aumentam-se as chances de publicação, e com elas a possibilidade de obtenção de bolsas de produtividade (agora diretamente retidas pelo cientista), em paralelo com o aumento de sua visibilidade. Colaborando com os colegas, conseguem acesso a conhecimentos (explícitos e tácitos), equipamentos e recursos, inacessíveis de outra forma. Pode, com isso, se dedicar a uma técnica, especializar-se, torna-se uma estrela privilegiada no seu campo de conhecimento, reforçar a sua visibilidade, ser convidado para novos projetos, em um circuito virtuoso auto-reforçante. Com isso, [...], ele constrói um ativo (reputação), que lhe concede status (no sentido de distinção dos elementos de um grupo, [...]) e prestígio (no sentido de reconhecimento entre os pares) (ARAÚJO, 2008, p. 217).

Dessa forma, o prestígio, no sentido de reconhecimento, sentido este, como já dito, esclarecido pela entrevistadora aos docentes que o questionaram, se torna um aspecto fundamental para que o pesquisador possa ter o desenvolvimento de suas pesquisas de forma adequada, na medida em que se observa que tal prestígio garante ao mesmo acesso a recursos para a realização das pesquisas, sejam estes recursos de natureza humana ou financeira. A partir do momento que se assume tal sentido para o prestígio, a dimensão do poder ganha um enfoque não relacionado estritamente ao ego dos indivíduos, mas, principalmente à garantia de acesso à infra-estrutura para pesquisa por aqueles que ocupem posições distintas dentro do campo. Por fim, vale ressaltar que a

satisfação em ser reconhecido e ter o trabalho reconhecido é algo demonstrado pelos docentes, não só neste nível de acesso a recursos, mas também em um nível de satisfação pessoal e profissional.

Outra decorrência da análise da percepção dos docentes em relação ao prestígio é a distinção reconhecida entre as fontes de crédito específico – capital científico puro – e de crédito político – capital científico institucional – dentro do campo científico (BOURDIEU, 2004b). A Pesquisadora 11, ao ser questionada sobre o prestígio, demonstrou exatamente a percepção da distinção que Bourdieu (2004b) faz em relação a estes dois capitais. Ao responder à primeira questão, **“o que o prestígio acadêmico representa para você?”**, responde que “hoje em dia, o prestígio tá na publicação, infelizmente. Porque às vezes você vai até num congresso, você tem um trabalho bom de pesquisa, você tem um trabalho de extensão, e não é valorizado. O prestígio hoje é publicar em revistas Qualis A [...]”. Ou seja, em um nível pessoal, reconhece o prestígio no sentido de obtenção de capital científico puro, que confere ao pesquisador um poder específico, um prestígio pessoal, sendo este capital especificamente relacionado, como cita, às publicações (especialmente nos órgãos mais seletivos, como as publicações Qualis A que a Pesquisadora 11 cita), além de outras contribuições à ciência (BOURDIEU, 2004b).

Já ao ser questionada sobre **“o que o prestígio representa dentro do meio acadêmico”**, responde que:

Em termos de universidade pública, conta muito, e até nas particulares também, a questão das outras atividades administrativas... os contatos que você tem. Então, prestígio tá muito envolvido nessa questão da sua posição dentro da instituição e aquelas coisas que você faz tanto em termos de pesquisa quanto em termos administrativos. Às vezes é muito mais interessante ser um pró-reitor ou ser um chefe de departamento do que trabalhar com pesquisa. E aí tem uns que preferem o prestígio mais em termos é... de pesquisa,

outros já buscam este status em termos de posição, ou conhecimento pela atividade administrativa, então eu acredito que tem esses dois viés, aquele mais acadêmico e o outro mais administrativo, mesmo para os professores, que já são pesquisadores. (PESQUISADORA 11)

Neste segundo nível, então, a pesquisadora não só reconhece o outro capital científico, que é o institucional, que confere ao pesquisador um poder temporal ou político, institucional ou institucionalizado (BOURDIEU, 2004b), relacionado à ocupação de posições que lhe conferem poder nas instituições científicas (como as citados cargos de pró-reitor e chefe de departamento, dentre vários outros), como também faz uma distinção entre os interesses nos dois tipos de capitais.

Além disso, de acordo com o que Bourdieu (2004b) descreve, a obtenção de capital científico institucional exige do pesquisador seu tempo, como participação em reuniões, comissões etc. que pode como consequência, influenciar em seu tempo disponível para dedicação à pesquisa, levando à já citada dificuldade de acumulação, de forma significativa, dos dois tipos de capitais simultaneamente. Tal dificuldade de conciliação é citada pelo Pesquisador 7 e pela Pesquisadora 12:

[...] infelizmente tive que assumir a coordenação do curso... infelizmente, porque isso tá tomando um tempo danado meu...e eu já tinha feito planos de não ficar com cargos nada...só me dedicar à pesquisa [...], porque nós conseguimos a aprovação de um projeto [X]...e a construção desse projeto [X] tem me exigido muito porque eu sou coordenador desse [projeto] e tenho muitos alunos nele. (PESQUISADOR 7)

[...] a diferença [de estar ocupando um cargo administrativo] é que agora eu trabalho à noite. Eu me dedico à pesquisa à noite, porque durante o dia, eu estou fazendo coisas normalmente ligadas ao cargo e também ao ensino. Essa noite... por exemplo, eu fui dormir era 3 e pouca porque eu

tinha que fechar uma tese...e é assim. (PESQUISADORA 12).

Ou seja, a garantia de acumulação de ambos os capitais exige do pesquisador um esforço maior.

Após esta discussão, importante destacar que, paralelamente à perspectiva do prestígio, observou-se um importante indício do reconhecimento, pelos pesquisadores, do campo científico como um campo movido também por lutas de interesse em um sentido mais negativo, sem que se remetesse diretamente, nas entrevistas, à questão. Ou seja, importante deixar claro que não houve questões que visassem o direcionamento para esta visão do campo científico, o que poderia comprometer a confiabilidade da pesquisa. Contudo, em momentos diversos, houve relatos que demonstraram tal visão e tais relatos não foram dados em resposta às questões sobre o prestígio acadêmico, mas em outros momentos. Quando se discutiu os fatores que contribuem para a aprovação dos projetos em editais de órgãos de fomento, alguns docentes indicaram a possibilidade de vieses nas avaliações dos projetos determinados por questões desvinculadas do mérito da proposta, como a concorrência no campo e questões, definidas pelo Pesquisador 7, como políticas:

Considerando apenas a questão técnica, porque a política é complicada, [o que determina a aprovação de um projeto] é... é a coerência do projeto. O projeto...ele não pode ser um protocolo de intenções....ah, eu vou tentar fazer isso, eu vou tentar chegar a isso, olha...como é que você vai chegar? (PESQUISADOR 7)

Olha... infelizmente, nem sei se eu devo falar isso, mas infelizmente existe ainda muitas...ah...contradições científicas. Então, o sistema de *ad hoc* nem sempre funciona, desde que você tenha... escreva um projeto, mas é uma pessoa que vai avaliar e é um competidor direto daquele mesmo projeto. Às vezes a gente consegue umas

recusas um pouco estranhas ou evasivas [...].
(PESQUISADORA 8)

O interessante é que a Pesquisadora 8 também é consultora *ad hoc* de projetos, ou seja, está inserida diretamente no sistema de avaliação das propostas. E o fato de reconhecer a possibilidade de recusas de projetos submetidos a editais em virtude de competição dentro do campo reforça a visão do campo científico como o “lugar e o espaço de uma luta concorrencial” (BOURDIEU, 2003, p. 112). A Pesquisadora 11, por exemplo, ao responder à questão “por que você acha que seu projeto foi aceito?”, reforça a visão de que outras questões desvinculadas do julgamento do mérito técnico e científico das propostas podem ocorrer:

Acredito e espero que seja a qualidade do projeto [risos], mas não tenho nem certeza. Porque a gente não tem um contato certinho assim pra saber, a gente acaba não sabendo quais os projetos que foram aprovados, porque a gente não tem tempo de olhar. [...] Mas eu espero que seja a qualidade da proposta, os objetivos, as questões de pesquisa, o referencial que é utilizado, eu espero que seja dentro desse padrão (risos). (PESQUISADORA 11)

Bom, eu espero que seja pelo mérito do trabalho porque eu vim pra cá há pouco tempo, eu tinha uns trabalhos aprovados [em outro Estado] tenho várias orientações de mestrado. Então, tinha uma trajetória, [...] eu fiz o projeto buscando uma qualidade técnica em termos assim das questões de pesquisa, dos objetivos, problemas, eu fiz uma pesquisa abrangente [...] assim, eu acho que foi pelo mérito, eles viram que era um projeto que ia trazer um resultado significativo [...] eu acredito que foi realmente pelo mérito, foi o primeiro projeto que eu apresentei pra FAPEMIG e foi logo que eu vim pra cá... então, por essa razão. (PESQUISADORA 11)

Ou seja, ainda que reconheçam a possibilidade de vieses nos julgamentos das propostas de pesquisas, observa-se que tais docentes tentam seguir acreditando que o que impera, acima de tudo, seja ainda a capacidade técnico-científica de seus projetos. Seguindo a mesma postura da Pesquisadora

11, o Pesquisador 7 também afirma acreditar que seja apenas esta capacidade o determinante para o sucesso de sua proposta:

Por mais que você sofra às vezes dificuldade de aprovar um projeto, a gente nunca imagina que o fato do projeto não ser aprovado tenha tido outro motivo que não o simplesmente técnico... mas é...muitas vezes por mais que você tenha dificuldade de aprovar um projeto, aí sempre acreditando na questão técnica, que não tenha qualquer tipo de política envolvida nisso, você consegue então mesmo não aprovando, você aprova outros [...]. (PESQUISADOR 7)

Tais relatos demonstram um possível reconhecimento implícito por parte destes docentes de que, conforme defende Bourdieu (2003), a percepção social vai além de questões estritamente técnicas, pela existência de julgamentos simbólicos. O autor defende que o próprio julgamento sobre a capacidade técnica de um pesquisador pode ser contaminado pelo conhecimento da posição que este ocupa no campo. Conforme esclarecido no referencial teórico desta pesquisa, considerar o campo científico sobre a ótica de Bourdieu implica justamente em romper com uma imagem de concorrência pura e perfeita das ideias, em que as verdadeiras é que sempre ganham. Porém, vale esclarecer que se buscou a imersão no campo estudado, por meio do contato estabelecido com os pesquisadores, sem julgamentos prévios no que diz respeito às considerações presentes nos últimos relatos demonstrados do Pesquisador 7, Pesquisadora 8 e Pesquisadora 11. Ou seja, os relatos destes docentes é que remeteram a pesquisadora à perspectiva teórica utilizada em relação à possível existência de julgamentos simbólicos contaminados.

Em seguida, serão discutidas as percepções dos docentes em relação particularmente às regras dos editais de órgãos de fomento à pesquisa e suas escolhas por parceiros, diante de tais regras.

4.3.3 Percepções sobre as condições para aprovação dos projetos e escolhas por parceiros de pesquisa

A análise das percepções dos docentes acerca das regras que precisam atender para que seus projetos de pesquisa sejam aprovados, bem como as possíveis estratégias envolvidas na submissão de propostas de pesquisa pode permitir a apreensão da forma como estes desenvolvem estratégias para a escolha de seus parceiros de pesquisa, o que é o foco da presente pesquisa. Mais uma vez, permite revelar características do espaço de intermediação entre a estrutura do campo científico e as estratégias dos agentes nele envolvidos.

Em primeiro lugar, questionou-se aos docentes: “em sua opinião, **quais são os fatores que mais determinam a aprovação de um projeto de pesquisa em editais de órgãos de fomento?**”, para analisar a percepção dos mesmos acerca das adequadas estratégias para sua aprovação.

Dentre os fatores citados, o mais significativo, de acordo com a percepção destes docentes, foi a **adequação do projeto ao edital**, o que chamaram de indução do projeto ao edital. Nesse aspecto, observa-se, então, como é importante a observância das especificações dos editais na elaboração de suas propostas. Alguns relatos como os seguintes demonstram claramente tal percepção:

[...] leia o edital e veja o que o edital está pedindo... se ele pede pra falar A, B e C, não escreva A, B, C e D (PESQUISADOR 6).

A partir do momento que surge o edital... a primeira coisa é ler o edital pra adequar o projeto ao edital. [...] Porque se ele não tiver adequado ao edital, você não consegue aprovar o

projeto. [...] Recurso... tem muito...tem muito recurso...e a gente tem que procurar se adequar dentro do edital...porque...projeto você consegue aprovar se ele tiver muito bem induzido...redondinho, como o pessoal fala sabe? (PESQUISADOR 1)

A sua pesquisa estar dentro do tema do edital. [...] eu sou avaliadora do CNPq... e muitos projetos...pedido de bolsa produtividade mesmo, tem coisa que você lê, tem que ler 3 vezes os objetivos para entender o que a pessoa quer, então eu acho que a maneira da pessoa escrever... ela tem que ler o edital e tem que responder cada coisa, eu acho que a produção nem seria tão importante, tão fundamental, por que há editais para pesquisadores iniciantes. [...] Então você atender ao seu edital. Então às vezes não adianta você querer mascarar, é meio complicado. (PESQUISADORA 3)

[...] outra coisa é observar bem o edital... ler bem o edital, porque um bom projeto não é feito da noite pro dia, então, você tem que se adequar bem ao edital. (PESQUISADORA 12)

Ou seja, adequar-se às regras torna-se um elemento fundamental para que as propostas sejam aceitas, na percepção dos docentes. A Pesquisadora 3, por exemplo, cita, ainda, a teimosia de alguns alunos que são seus orientados em submeter propostas que não se adéquam a alguns editais, o que ela já considera como tentativa antecipadamente frustrada.

[...] e eu acho que é isso, casar o edital com o projeto. Porque já aconteceu da pessoa querer mandar pro edital... já aconteceu de eu falar, se a pessoa tem experiência do aluno mesmo, ou algum egresso mesmo, já aconteceu comigo e eu falei “você vai pensar... não vai pro edital não”, mas se você quiser tentar pensar... mas eu não vou gastar minha energia escrevendo não, é ate para a experiência da pessoa, “então você escreve”... até teve de não ser aprovado e eu já sabia, mas de teimosia para a pessoa também, e pra ela ver, se não obedece ao edital, eu não aprovaria também. (PESQUISADORA 3)

A lógica de adequação ao edital, nesse sentido, revela um importante elemento da escolha dos temas de pesquisas pelos pesquisadores. Pela perspectiva do campo científico de Bourdieu (2003), pode-se considerar a escolha dos temas de pesquisas como um aspecto central no que se refere às práticas interessadas dentro da ciência. Como o autor defende, “o que é percebido como importante e interessante é o que tem chances de ser reconhecido da mesma forma por outros” (BOURDIEU, 2003, p. 115), principalmente pelos pares.

O aspecto mais citado, em segundo lugar, foi o **caráter inovativo do projeto**, ou seja, o potencial de inovação dos resultados esperados, o que se relaciona ao critério de avaliação dos projetos divulgados pelos editais, conforme se pôde perceber no estudo documental destes, que priorizam a “originalidade e/ou caráter de inovação; resultados esperados e benefícios potenciais para a sociedade e para a respectiva área de conhecimento” (FAPEMIG, 2009a, p. 04).

Acho que hoje tem se priorizado muito o caráter *inovativo*...a inovação do projeto. Hoje um projeto dificilmente vai ser aprovado se não for inovador. [...] hoje a gente percebe... quando eles divulgam os critérios de avaliação dos projetos...é que a inovação tá muito forte nesse sentido. (PESQUISADORA 12)

Se a proposta for inovadora, se é original, inédita se possível, se ela busca certo aprofundamento da pesquisa e não se consiste de uma *repetibilidade* de outros trabalhos realizados até mesmo pelo próprio proponente, se a proposta existe uma integração, se é uma proposta interinstitucional ou interdisciplinar, (PESQUISADOR 5)

Outros fatores citados, ainda, em menor escala pelos entrevistados se relacionam exatamente àqueles encontrados nos critérios de avaliação divulgados nos editais, o que demonstra uma assimilação significativa por partes destes docentes das *regras do jogo*. Alguns deles são “composição da equipe para execução do projeto; competência e experiência prévia do Coordenador [...]; adequação do orçamento aos objetivos do projeto; [...] pedido de proteção à propriedade intelectual” (FAPEMIG, 2009a, p. 04-05), como patentes:

Primeiro a originalidade e o mérito científico, segundo o currículo do coordenador, esses são os dois principais pontos. (PESQUISADOR 2)

E a outra coisa é o currículo da equipe... tem que ter boas publicações, porque eles não avaliam só o currículo do coordenador, mas também de toda a equipe envolvida. (PESQUISADORA 12)

[...] o amadurecimento do proponente e da própria equipe, o orçamento da proposta tem que estar sempre coerente com o objetivo da proposta [...] outra é [...] a geração de patentes... hoje é muito bem visto a geração de patentes em produtos gerados dentro da universidade, financiado por órgãos de fomento, [...] isso é muito bem visto, o amadurecimento do proponente e da própria equipe, o orçamento da proposta tem que estar sempre coerente com o objetivo da proposta e uma coisa que é também, a exequibilidade da proposta no período vigente, são os principais fatores que eu julgo importantes para a aprovação de uma proposta junto aos órgãos de fomento. (PESQUISADOR 5)

Neste relato do Pesquisador 5, observa-se como ele repete a expressão *é muito bem visto*, o que demonstra sua consciência de que precisa fazer aquilo que seja considerado importante para os outros, e não só para si mesmo. Após o questionamento acerca dos fatores que mais contribuem para a aprovação do projeto, julgou-se relevante questionar: **“em contrapartida, quais são aqueles fatores que mais contribuem para que um projeto não seja aprovado?”**,

para que se pudesse explorar a possibilidade de que outros fatores diferentes fossem citados. Alguns fatores reconhecidos como mais determinantes para sua reprovação se relacionaram justamente àqueles citados em resposta à questão anterior:

[...] muita das vezes é aquele pesquisador que não tem produção científica... principalmente de artigos bem qualificados dentro do Qualis. [...] E a gente quando vai analisar um projeto... você vai ao Currículo *Lattes*... vê se tem produção científica...como é a pesquisa que vem desenvolvendo... se ele tá dentro da área do projeto...sabe? E... é o papel do consultor *ad hoc* né... ele dá uma vasculhada na vida acadêmica do indivíduo...na vida profissional...vê se ele tem titulação...se você tem parceiros à altura como membros do projeto. [...]. (PESQUISADOR 1)

Eu participei quatro anos nas câmaras da FAPEMIG... então, a gente avalia a capacidade de pesquisa do coordenador...mas também a formação de recursos humanos. Se ele orienta projetos com 10 alunos... mas não tem 10 publicações...então alguma coisa tá errada. Tem que ter alguma coerência aí de pesquisa com formação de pessoal e publicação. (PESQUISADORA 8)

Ah... não ser aprovado hoje eu acho assim muito difícil hoje porque as pessoas estão bastante empenhadas que seus projetos sejam aprovados, de maneira que você não vai submeter um projeto que simplesmente não tenha qualidade, não tenha um determinado objetivo, não tenha um...um cunho científico de que vá ser aplicado, entendeu? Então hoje acho que as pessoas primam por isso e dificilmente elas fazem o projeto que... que é um projeto feito sem uma perspectiva de que aquilo vá ter um resultado importante. (PESQUISADORA 10)

Mas, em relação a essas condições para reprovação, observou-se uma maior ênfase ao **nível de qualidade de elaboração do projeto**, fator este muitas vezes determinado pelo tempo dedicação a esta elaboração, como se pode perceber nos relatos:

[...] o projeto... você tem que...não é esperar o edital abrir pra fazer o projeto...sabe...porque você faz muitas vezes um projeto muito atabalhado...muito rápido e você se peca numa séria de coisas. Eu sugiro que a pessoa tenha... em fase de detalhamento...um projeto. (PESQUISADOR 1)

O que atrapalha mesmo são os projetos mal elaborados [...]. Às vezes os projetos são feitos correndo, de ultima hora, e não fica bom, a concorrência hoje é alta, o recurso é impraticável, esse é o maior erro. (PESQUISADOR 2)

[...] eu sou consultor da CNPq e de fomentos de pesquisa, e muitas vezes tem ideias boas, propostas interessantes, mas a metodologia não está clara, está truncada, a forma como foi elaborada a proposta não está clara, muitas vezes nós observamos na metodologia verbos no passado... dando a impressão de que o trabalho já foi realizado [...]. Mas nós sabemos que muitas das vezes esses projetos são realizados a toque de caixa, no ultimo momento, na ultima instância, mas o proponente infelizmente não pode deixar essas falhar cronológicas, de metas, de orçamento, que podem comprometer a aceitação pelo órgão de fomento. (PESQUISADOR 5)

Tais questionamentos até então discutidos, a respeito das condições para aprovação/reprovação dos projetos de pesquisa, foram feitos de forma geral. Mas, em seguida, houve o desejo, por parte da pesquisadora, de questioná-los: **“por que você acredita que seu projeto tenha sido aprovado no edital da FAPEMIG?”**. Ou seja, objetivou-se uma análise de tais docentes acerca do que determinou a aprovação de seus próprios projetos. Nesse quesito, a maioria dos docentes destacou o **mérito do conteúdo de suas propostas**, principalmente no que se refere à **relevância para o estado de Minas Gerais**, bem como uma possibilidade de **aplicação prática dos resultados**, como se pode observar nas respostas do Pesquisador 5 e da Pesquisadora 10:

Esse projeto foi aprovado por se tratar de um projeto para o estado de MG inovador [...] existe uma pressão muito grande da nossa comunidade para que nós façamos o uso

menor de produtos químicos, os chamados pesticidas, no caso os pesticidas químicos, que se sabe trazem muitos problemas ambientais, contaminação do homem, contaminação do alimento consumido pelo homem, então existe uma busca cada vez maior de métodos alternativos ao método químico. (PESQUISADOR 5)

Ah... justamente por esse fator, porque eu sempre primei pelas minhas pesquisas. No caso aí, eu tenho aprovado... tenho, até agora, todos os meus projetos... foram aprovados pela FAPEMIG porque justamente são projetos que tem fundamento teórico bastante embasado e ele tem uma aplicação prática..ele é voltado pra um resultado que tem uma aplicação que vai acontecer...uma aplicação prática (PESQUISADORA 10)

Outro docente, o Pesquisador 1, não só reforça a relevância da aplicação prática das pesquisas, como também demonstra uma postura de rejeição a pesquisas cuja temática não tenham uma aplicação prática direta:

Bom... o meu projeto...ele...ele foi aprovado por algumas características. Primeiro, uma demanda da sociedade... Então, isso é importante... então, o projeto...ele se revestiu de uma série de...de questões envolvidas principalmente em nível de estado de Minas Gerais...foi aonde que eu mandei pra FAPEMIG. [...] E tá terminando... nós já temos resultados válidos...o produtor teve uma aceitação muito grande. [...] Então, isso é muito importante pra gente... quer dizer, uma pesquisa com resultado. Não é uma pesquisa pra ficar dentro da biblioteca. É o que eu vejo muito aí... discutir sexo de anjos...discutir uma série de coisas que não vem trazer um benefício pra sociedade...principalmente imediato né? Mas é isso aí, então são projetos induzidos, projetos que tem uma demanda dentro da sociedade [...]. (PESQUISADOR 1)

Se considerarmos o caráter de luta concorrencial presente no campo científico, baseado em escolha por temas que sejam interessantes para os pares, observa-se no relato do Pesquisador 1 uma visão baseada em certo pré-conceito em relação a pesquisas que não objetivem uma aplicação direta e imediata de

seus resultados para a sociedade. Como exemplo, a utilização do termo *discutir sexo de anjos* pode indicar certa rejeição às temáticas de pesquisas de outras áreas científicas. O relato dos entrevistados demonstra uma consideração de que suas próprias pesquisas sejam relevantes não só em termos de resultados para a área do conhecimento em si, como também em relação a resultados que se estendem à sociedade, o que adiciona um novo elemento à percepção das condições para que projetos sejam aprovados nos editais.

Um aspecto que merece atenção relativamente aos resultados desta percepção dos docentes em relação às condições para aprovação dos projetos, é o fato de que alguns deles são também consultores *ad hoc*, ou seja, já fizeram ou fazem parte do processo de avaliação dos projetos na condição de tomadores de decisões. Este fato faz com que não tenham somente o ponto de vista daqueles que submetem os projetos, o que pode contribuir para um conhecimento mais claro e detalhado dos mesmos em relação às condições para aprovação e/ou reprovação dos projetos submetidos. Ou seja, pode-se dizer que, além de contarem com crédito específico dentro do campo, possuem também um poder institucionalizado, pois ocupam posições que conferem relativo poder nas instituições científicas (BOURDIEU, 2004b). Contudo, observa-se que a percepção daqueles que não fazem parte do sistema de avaliação se aproxima de forma significativa da percepção daqueles que não fazem.

Além disso, o fato de se ter observado, no perfil de todos os docentes que tiveram projetos aprovados, que os mesmos se encontram na UFLA há um tempo médio de 9,6 anos, permite a suposição de que tais docentes tenham maiores possibilidades de reconhecimento das *regras do jogo*, tanto no que se refere às que são próprias do meio científico, quanto às regras envolvidas na aprovação dos projetos.

Seguindo a mesma linha de pensamento, partiu-se para a tentativa de compreensão das **relações estabelecidas por estes docentes entre as regras dos editais e suas escolhas por parceiros de pesquisa.** Ou seja, **tais escolhas são determinadas pelas regras dos editais?** Até que ponto? Além disso, **eles acreditam que o parceiro possa exercer influência sobre a aprovação dos projetos e para o acesso a recursos e financiamentos?**

Uma das questões então realizadas foi: **“existe relação entre as regras dos editais e sua decisão por um parceiro de pesquisa? Qual (s)?”**. Observou-se que os docentes declaram a existência de tal relação apenas para exigências muito específicas referentes aos editais como, por exemplo, pré-requisitos mínimos para que se possa ser membro de equipe. Nesse sentido, houve aqueles que responderam positivamente à questão, reconhecendo a influência dos editais em sua escolha, como também aqueles que responderam negativamente, mas fazendo a ressalva para o atendimento de tais pré-requisitos.

Claro [...], tem que ser um projeto bem induzido de acordo com o edital. (PESQUISADOR 1)

Sem dúvida... a minha escolha pelos parceiros é motivada sim pelas regras dos editais de pesquisa, porque hoje em dia os editais estão muito específicos (PESQUISADORA 12)

Não... não. *Não considera?* Não... nem imagino isso. É claro, se tem um edital que quer trabalhar financiamento de empresa, bom eu tenho que achar uma empresa pra trabalhar com ele, mas fora disso não (PESQUISADOR 7)

No caso do edital universal não, porque ele é totalmente aberto. Mas no edital da FAPEMIG agora, por exemplo, o edital de emergência, que aí são a necessidade que tenha pesquisadores com mais de 10 anos de doutorado, que tenha pesquisadores doutores, que seja de outra instituição, aí a gente acaba adotando outro critério [...]. (PESQUISADOR 2)

Na discussão anteriormente realizada a respeito da percepção dos docentes em relação às regras presentes no campo científico e nos editais de pesquisa em si, observou-se uma percepção extremamente adequada àquelas regras que estão de fato presentes nos editais analisados no capítulo 4, o que faz com que tais pesquisadores conheçam as leis do jogo. Assim, a escolha por parceiros de pesquisa adequada a tais leis pode expressar exatamente uma dinâmica, adequada à teoria de Bourdieu, de que tais pesquisadores se situem em uma condição em que “a liberdade não reside numa independência sonhada em relação às leis da natureza (aqui a sociedade), mas no conhecimento dessas leis e na possibilidade dada por aí mesmo de colocá-las em operação para fins determinados” (QUINIOU, 1996, p. 59).

Além ainda desta possibilidade de utilização das leis do jogo, a partir de seu conhecimento, observa-se que tais docentes podem empreender estratégias que o permitem extrapolar as limitações dos editais, o que reforça a importância de se considerar a agência dentro do campo. O Pesquisador 6, por exemplo, relata que quando quer trabalhar com algum parceiro que, devido às regras dos editais, não pode fazer parte do projeto, trabalha com o mesmo por meio de prestação de serviços:

[...] se determinado edital não permite que você tenha... vamos supor...se você for elaborar, vamos pensar num projeto, aquela pessoa não tem capacidade de participar...por algum motivo não tem possibilidade de participar, mas como prestador de serviço tem [...]. *Então você utiliza esta estratégia de prestação de serviço quando não consegue colocar o parceiro?* Sim, tenho usado isso sim. (PESQUISADOR 6)

Nesse sentido, a vontade de trabalhar com determinado parceiro pode extrapolar a questão da necessidade de inserir seu nome no projeto, por exemplo, como possível influência positiva à sua aprovação. O reconhecimento dessa

influência se dá preponderantemente em virtude das próprias exigências do edital, que sejam relativas ao currículo e à experiência dos membros da equipe de um projeto. Mas não há, de forma significativa, a demonstração de reconhecimento de influências de outra natureza, pois a maioria dos docentes acredita que seu próprio currículo, enquanto coordenador, seja o critério mais importante, em detrimento do currículo dos outros membros da equipe:

Digamos que nesse ponto que, 70% foram devido ao currículo do coordenador, que sou eu no caso, e 30% o restante da equipe [ao responder se acredita ter havido influência da equipe para a aprovação do projeto] (PESQUISADOR 2)

Eu acho que não tanto [influência da equipe para a aprovação do projeto]... assim, teve em termos só...o que precisa...o mínimo..precisa tá em tal período...então isso são critérios...é...operacionais mesmo e que...foi só isso. Não teve mais nada em termos de influência não porque nesse projeto não tem aluno de mestrado, não tem de doutorado, é um projeto mais simples porque na época eu nem estava no mestrado e doutorado [como docente da instituição]. (PESQUISADORA 11)

Além do que foi observado, importante destacar que há uma recusa, por parte de quase todos os docentes, de escolha de parceiro simplesmente por acreditar que seu nome vá garantir acesso a recursos e financiamentos. Apenas o Pesquisador 5 dá indícios que se aproximam da consideração de que pesquisadores renomados possam favorecer a aprovação dos projetos:

Então... colabora [se há influência do parceiro para acesso a recursos e financiamentos] se você tem um parceiro forte e reconhecido na área do projeto, é lógico que outro consultor ao ver mais um na equipe...vai ser mais favorável, sabendo que vai ter um parceiro de apoio com renome na área proposta. (PESQUISADOR 5)

E, apenas a Pesquisadora 12, entre os docentes entrevistados, ressaltou, de forma mais significativa, a influência dos membros da equipe para a aprovação do projeto:

Sem dúvida, houve influência da composição da equipe pra aprovação do projeto... sem dúvida. Porque não se considera apenas o currículo do pesquisador, e porque a equipe tem que ser boa, e não só pra você montar o projeto, mas principalmente depois pra elaborar os relatórios... prestar conta dos resultados, então a equipe tem que ser boa. E essa coisa do estudante de pós-graduação, é muito boa porque eles têm um prazo pra terminar o curso... então, isso acaba sendo bom pro projeto...eles tem que terminar...tem que cumprir o prazo. (PESQUISADORA 12)

Além de ressaltar a importância da experiência da equipe, a Pesquisadora 12 revela como a participação de estudantes de pós-graduação pode ser estratégica em termos de contribuir para a viabilização da pesquisa, em termos de fechamento de seus resultados no tempo necessário. Além do que foi comentado, observou-se considerações a respeito da importância da colaboração interinstitucional para projetos considerados maiores, o que poderia, na percepção destes docentes, favorecer o acesso aos recursos e financiamentos:

Isso em termos... se você pegar de parceiros de outras instituições, um projeto maior de pesquisa, com certeza facilita [a escolha do parceiro] [...]. Com certeza, fica mais fácil, você tem o poder das duas instituições... a qualidade das duas instituições pra você buscar esse tipo de coisa. Quanto mais só, pior é né, por isso a importância das redes hoje em dia. (PESQUISADORA 11)

Tais análises a respeito da possível relação entre a escolha de parceiros, a aprovação de projetos e o acesso a recursos e financiamentos iniciam uma discussão fundamental para a presente pesquisa, que se relaciona à compreensão de quais capitais estão em jogo na escolha por parceiros de pesquisa por parte dos docentes estudados. Os resultados discutidos no capítulo anterior e neste são

importantes para tal compreensão dado que os indícios de *habitus* neles descritos fazem parte da justificativa dos gostos e preferências dos agentes estudados (ALVES, 2008).

O que se observou neste item 4.3. foram elementos integrantes da percepção dos agentes em relação a uma troca constante entre o mundo objetivo que os cercam e o mundo subjetivo de suas próprias individualidades (SETTON, 2002). De uma forma geral, os pesquisadores possuem percepções que se assemelham dentro de um espaço compartilhado de regras, no qual há uma *convivência* em relação às regras do meio científico, às condições para que sejam bem sucedidos no campo, e às condições para aprovação de projetos de pesquisa; convivência esta que faz com que estejam ligados aos outros indivíduos no campo (BOURDIEU, 2001a). Contudo, observou-se que tais percepções podem também se diferir, dadas a individualidade relacionada à agência destes pesquisadores.

Assim, segue-se à discussão que é central para a presente pesquisa, que são os capitais em jogo.

4.4 Capitais valorizados (em jogo) na escolha por parceiros de pesquisa

Considera-se que a admissão de um indivíduo dentro de um campo dependa da posse de diferentes formas de capital (THIRY-CHERQUES, 2006), e que os campos sejam espaços de jogo nos quais surgem tipos característicos de capital que são tanto instrumentos quanto objetos de disputa (BOURDIEU, 1996a). Ainda, que cada campo possua capitais – objetos e interesses, bem como particularidades (BOURDIEU, 2004c). Dessa forma, cada campo terá o que se pode chamar de capitais em jogo, cuja posse determina o acesso aos benefícios

específicos que estão, por sua vez, em jogo no campo (BOURDIEU; WACQUANT, 2006). Neste sentido, questiona-se: quais são os capitais em jogo na escolha por parceiros de pesquisa por pesquisadores da UFLA que tiveram projetos aprovados em editais da FAPEMIG do ano de 2009, e que se inserem dentro do campo científico? O que é interessante enquanto atribuição de um parceiro (questionamento este que se relaciona ao que é interessante ou não dentro do campo, semelhante à noção de *doxa*).

Supôs-se que as escolhas por parceiros de pesquisa pudessem ser motivadas por uma lógica de conhecimento e reconhecimento inerente à teoria do campo de Bourdieu (2003), em que os campos, sendo campos de poder, se inserem em uma lógica na qual a posse de um recurso ou propriedade objetiva, por si só, não determina um poder simbólico, mas sim, o reconhecimento deste recurso ou propriedade por outros atores sociais (CARVALHO; VIEIRA, 2007), ou seja, quais são os capitais reconhecidos e valorizados pelos pesquisadores ao escolherem seus parceiros?

Com os resultados da pesquisa, a suposição acima descrita se confirmou, na medida em que, ao responderem às questões: “quais critérios **objetivos e subjetivos** você utiliza para escolher sua equipe para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa? Por favor, especifique uma ordem dos mais importantes aos menos importantes” e “em relação ao projeto aprovado em edital da FAPEMIG em 2009, fale, por favor, de cada membro envolvido no projeto. Como se deu a inclusão de cada um ao projeto?”; os pesquisadores relataram critérios que se adéquam significativamente à perspectiva dos capitais de Bourdieu (1996a), considerando, para tal, os capitais econômico, cultural, social e simbólico. Importante ressaltar que não foram realizadas quaisquer questões que remetesse, particularmente, a cada tipo específico de capital, o que poderia induzir os pesquisadores a responderem de acordo com a perspectiva teórica que

se quer adotar, no que se refere aos capitais. O desejo foi analisar se os critérios espontaneamente descritos diziam respeito aos capitais descritos por Bourdieu (1996a).

Antes da apresentação dos resultados referentes aos capitais valorizados na escolha por parceiros, discute-se qual é, para os entrevistados, “a importância da parceria” em projetos de pesquisa, para analisarmos se, de fato, se trata de um fator importante para o estudo dos capitais valorizados dentro do campo científico analisado.

Por unanimidade, a parceria foi considerada como fundamental para a realização das pesquisas. Se tais pesquisas são o caminho para as publicações, que são objetos de desejo dos pesquisadores dentro da dinâmica simbólica do campo científico, as estratégias dos docentes relativamente a tais parcerias, é o foco de estudo, como já destacado. As seguintes opiniões dos docentes são exemplos da importância que é dada à parceria:

[...] hoje eu considero que você não faz pesquisa sozinho [...] aquele que anda sozinho pode chegar mais rápido em determinado local, mas o que anda em conjunto, ele pode até chegar depois, mas ele chega mais longe. E é isso que eu considero, uma pesquisa feita com parceria, você alcança resultados melhores do que sozinho. (PESQUISADOR 6)

É fundamental... um projeto de pesquisa não funciona sem parceria. (PESQUISADORA 8)

Essa [...] capacidade de trabalho em grupo, acho que isso é primordial [...] a gente não domina tudo, então pra gente produzir trabalho de qualidade...pesquisa de qualidade tem que ter certa...determinação com relação àquelas questões que a gente não domina plenamente...isso aumenta a massa crítica do grupo né...isso melhora a qualidade dos projetos e a qualidade do trabalho [...]. (PESQUISADORA 12)

Para a apresentação dos resultados, a análise baseada em cada um dos tipos de capitais será apresentada a seguir.

4.4.1 Capital econômico

As escolhas por parceiros de pesquisa são motivadas pelo reconhecimento, no parceiro, da posse de capital econômico? Ou, ainda, o critério de escolha utilizado proporciona acesso ao capital econômico? O capital econômico é um capital valorizado no campo? É instrumento de desejo dos pesquisadores estudados? Ou seja, **o capital econômico é um capital em jogo na escolha por parceiros de pesquisa?**

O capital econômico é aquele que mais se assemelha ao sentido original de capital, que foi derivado por Bourdieu (1996a) da teoria econômica. A definição básica deste tipo de capital é que se trata daquele formado por fatores de produção, tais como terra, fábrica e trabalho; e por recursos econômicos, como renda, patrimônio e bens materiais (BOURDIEU, 1996a). Trazendo para o contexto da escolha por parceiros de pesquisa, pode-se considerar uma escolha que seja baseada na possibilidade de acesso a recursos e infraestrutura para a pesquisa, sendo que tais recursos podem ser tanto físicos quanto humanos, motivações estas de fato encontradas no discurso dos entrevistados.

Ainda, poder-se-ia supor a existência de escolhas de parceiros baseadas no conhecimento do nível de apropriação, pelo pesquisador, de verbas de pesquisa; pelo conhecimento da facilidade do pesquisador em obter acesso a recursos e financiamentos; bem como com base nos recursos detidos pela instituição do mesmo. Em relação a estas três hipóteses, observou-se apenas, de forma declarada, a última, que seriam as escolhas baseadas nos recursos detidos pela instituição do pesquisador, mas aspecto este encontrado de forma não tão significativa quanto se encontrou a declaração de escolhas baseadas no acesso a recursos.

Entre os capitais considerados, ressalta-se que as escolhas baseadas no capital econômico foram as mais significativas, juntamente com o capital cultural, o que demonstra que este é um dos capitais em jogo dentro do campo estudado. Além disso, o mesmo estaria relacionado a uma lógica de mobilização baseada em dependência de recursos, lógica esta encontrada por Araújo (2008) ao estudar a possibilidade de agência e, em decorrência, as lógicas de mobilização dos agentes em uma rede colaborativa de pesquisa.

Diz-se que o capital econômico, juntamente com o cultural, foi o mais encontrado enquanto capital em jogo para a escolha por parceiros, principalmente dentro da lógica de participação de estudantes de graduação e pós-graduação nos projetos de pesquisa, participação esta que se demonstrou de fato relevante ao discutirmos o perfil das equipes dos projetos. Mas, por que a escolha por estudantes seria motivada por uma lógica baseada no capital econômico?

Tal enquadramento se deu devido aos relatos dos entrevistados, que acabaram por enfatizar a participação dos estudantes principalmente por esta representar um recurso para a realização da pesquisa, se assemelhando ao que seria a importância da mão-de-obra para o trabalho. A questão de não terem tempo para executar diretamente várias das atividades envolvidas na pesquisa faz com que busquem parceiros que possam cumprir esse tempo necessário. Importante ressaltar que não se julgou previamente à pesquisa a participação dos estudantes sob a lógica de capital econômico, sendo este, de fato, um resultado obtido por meio da análise de conteúdo das entrevistas. Os seguintes fragmentos das entrevistas permitem a apreensão de tal lógica:

Todos os meus projetos de pesquisas estão vinculados à pós-graduação, geralmente geram uma dissertação de mestrado ou uma tese de doutorado. Não há nenhum projeto onde não tenha um de mestrado ou doutorado envolvido. E os da graduação também trabalham em atividades vivenciais. [...]

sem eles eu não faria os projetos. Sem eles não tem condição e nem tempo para trabalhar, para conduzir [...]. (PESQUISADOR 2)

Muitas vezes eu não tenho tempo de ficar dentro do laboratório [...] uma das funções deles é essa participação dentro do projeto... é de tá ali na frente [...]. (PESQUISADOR 1).

A participação dos estudantes de pós-graduação é vital para a execução dos projetos porque a gente não tem tempo de ir pra bancada... então, a participação do meu...o executor do projeto na verdade é o aluno de pós-graduação [...] ele tem tempo de ir pra bancada que a gente não tem... a gente tem limitação de técnico...então [...] sem ele, a gente não tem nada. (PESQUISADOR 9)

A importância da participação destes estudantes se demonstra tão fundamental para os projetos que vários dos entrevistados declararam que todos seus projetos contam com a participação de estudantes, assim como a Pesquisadora 3: “todos os projetos aprovados são aprovados ou para desenvolvimento de pesquisa de mestrado ou de doutorado, e geralmente quando o edital permite, eu incluo uma bolsa de IC, mesmo sem ser IC, remunerado, também tem bolsistas voluntários [...]” (PESQUISADORA 3). Além disso, observa-se que a ausência destes pode até impedir ou limitar as possibilidades de execução das pesquisas, o que reforça a busca por estes dentro de uma lógica de dependência por recursos, que seria, neste caso, o capital econômico. O Pesquisador 9, por exemplo, declara ter um projeto aprovado, com recurso já liberado, mas cuja execução não está caminhando adequadamente devido à falta de estudante de pós-graduação envolvido:

Então, na verdade, eu tenho um projeto aprovado exatamente no edital de 2009, como não tem um aluno de pós-graduação, esse projeto, ele tá ainda né... engatinhando...embora o recurso já tenha sido liberado há

quase um ano. Então, eu to na expectativa agora de receber um aluno de pós-graduação pro ano que vem pra tocar esse projeto né [...]. (PESQUISADOR 9)

A Pesquisadora 11, dentro da mesma lógica, ressalta, ao longo da entrevista, sua dificuldade em ter acesso a estudantes de graduação que sejam da sua área de pesquisa para serem seus orientados nos projetos, já que é uma iniciante na instituição, o que reduz suas possibilidades de elaboração de projetos juntamente com os mesmos:

Bem, eu comecei aqui há pouco tempo né. Então, assim, não tenho muito envolvimento [com os alunos] porque esse projeto da FAPEMIG... esse que eu tenho aprovado, ele não tá diretamente ligado ao que eu to trabalhando na pós [...]. Então, não tenho assim muito contato. Eu até tentei integrar os alunos em termos assim de fazer reuniões com os alunos da Iniciação Científica e os meus alunos do Mestrado, Doutorado, só que não funcionou muito bem não. A esperança é que agora com o núcleo de pesquisa, eles comecem a vir. Mas não funcionou muito bem não. (PESQUISADORA 11)

Demonstrando, ainda, a importância destes estudantes para a viabilização das pesquisas, o Pesquisador 6 compara a universidade com a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, argumentando que, embora os profissionais da EMBRAPA possam dedicar seu tempo integralmente à pesquisa, ficam limitados em termos de produção acadêmica exatamente por não contarem com a participação de estudantes:

[...] vamos pegar um exemplo prático, o pessoal da EMBRAPA, eles são pesquisadores, o nível de publicação deles se você observar, eles não conseguem publicar tanto, porque eles não têm mão de obra, você entendeu, mão de obra aí... é o aluno de graduação, IC e mestrado e doutorado [...]. Pode ser que a ideia pode partir de mim, mas quem vai elaborar e trabalhar é o grupo de pesquisa [...]. (PESQUISADOR 6)

Além desta consideração, pode-se observar que a utilização da expressão *mão-de-obra* demonstra claramente a lógica de participação dos estudantes dentro do que seria o capital econômico. O Pesquisador 1, por exemplo, ao justificar uma parceria com uma instituição privada, relata o potencial papel da universidade pública em auxiliar as instituições privadas, mas acaba revelando, também, uma lógica de parceria baseada na atração de mais estudantes para as pesquisas:

Dentro do projeto nós temos também [...] a [uma universidade privada], que é importante. Embora seja uma instituição privada, eu acho que é o papel da instituição federal colaborar com as outras instituições de menor porte, sabe? [...] que muitas vezes não tem recurso para desenvolver a pesquisa... tem o aluno apto para contribuir, mas não tem a demanda de recursos pra desenvolver uma pesquisa...então aí eu acho que é o papel da universidade... pra capacitar esse aluno...criar esse lado...ou desenvolver esse lado de pesquisa...de pesquisador... que acaba depois...que ele termina o curso de graduação lá...vem fazer uma pós-graduação...isso é muito importante. (PESQUISADOR 1)

Ou seja, demonstra-se uma parceria baseada em trocas de recursos. A universidade pública tem o recurso financeiro para desenvolver a pesquisa, e a privada tem alunos aptos para trabalhar, que podem, ainda, vir a ser estudantes de pós-graduação da instituição pública.

Além do que foi discutido, o caráter de treinamento na parceria entre os docentes e os estudantes é significativo, na medida em que estes podem ser considerados ainda iniciantes na pesquisa científica:

[...] os alunos que já estão mais orientados... uma das funções deles é essa participação dentro do projeto...é de tá ali na frente...no dia a dia com o aluno de graduação mostrando o que ele faz...o que ele não deve fazer...o comportamento que ele deve ter no laboratório...da forma como a gente gosta (PESQUISADOR 1).

[...] a gente faz os projetos pensando nos estudantes da pós para tocar o projeto, então tem muito aluno de pós-graduação. [...] foram alunos que acabaram entrando na pesquisa, eles não tem muita experiência, eles entram e a gente acaba modelando os alunos. (PESQUISADOR 5)

Tal processo se assemelha também a processos de treinamentos realizados para capacitação e treinamento de pessoal em empresas. O que é natural, já que tais estudantes precisam de uma adequada orientação para a condução das pesquisas. Além do treinamento, observa-se também um recrutamento destes estudantes que busque o perfil adequado para a pesquisa: “[...] nosso processo seletivo aqui, [...] na primeira parte temos a parte da entrevista, e quando no início, você não conhece o candidato, [...] então na entrevista já tento perceber a intenção dele, então eu já tento buscar pessoas interessadas” (PESQUISADORA 3).

Porém, neste quesito, o aspecto que se demonstrou mais significativo no discurso dos docentes foi o conhecimento prévio do estudante, ou seja, há uma preferência em selecionar aqueles que já foram seus orientados de Iniciação Científica, por exemplo, para ingresso na pós-graduação, o que sugere uma lógica também baseada em capital social, além do aproveitamento do próprio treinamento que já foi concedido a este aluno. Além, também, do conhecimento prévio das qualificações e talentos deste estudante, dentro de uma lógica baseada em capital cultural.

A importância dos estudantes como parceiros se revela tão significativa que, ao falarem sobre suas trajetórias como professores e pesquisadores, a maioria dos entrevistados situa seu ingresso na pesquisa científica a partir do momento em que iniciaram orientações de Iniciação Científica, o que demonstra que o acesso aos estudantes é também uma forma de inserção significativa do docente na pesquisa:

Assim que eu entrei na universidade como docente, eu já comecei a trabalhar com iniciação científica... então, pesquisa é uma coisa que quando você começa, você não para mais. (PESQUISADORA 12)

[...] entrei aqui na UFLA e já começou... com a carreira docente, tanto na parte de ensino, pesquisa e de extensão e durante todo esse tempo venho trabalhando intensivamente é...com os alunos...principalmente com o pessoal da pós-graduação, e com o pessoal da graduação na parte de pesquisa e desenvolvimento de produtos biológicos. (PESQUISADORA 10)

[...] na universidade, desde o ano que eu entrei, de certa forma eu tenho atuado em pesquisa. No primeiro ano, a gente entra meio como um cachorro que caiu em algum lugar... mas depois você vai se acertando. [...] E desde o início, eu tenho alunos de Iniciação Científica [...]. (PESQUISADOR 7)

A Pesquisadora 11, por exemplo, ainda ressaltando sua dificuldade de acesso a estudantes de sua área, por ser uma iniciante na instituição e, por isso, estar dando aulas de sua área de conhecimento para estudantes de cursos diversos, demonstra como tal dificuldade afeta suas condições para a pesquisa:

[...] o ideal seria eu trabalhar com alunos da [de sua área] na verdade. Mas aí tem um viés em termos da pesquisa exatamente porque como eu não tenho acesso a esses alunos, como que eu vou escolher esses alunos? [...] Eu poderia até colocar um chamado, por exemplo, que eu quero bolsistas e tal, por exemplo, eu já vi aqui algumas vezes pra projetos. Mas são professores muitas vezes que já dão aulas, os alunos já conhecem os professores, e vem. Agora no meu caso os alunos da [de sua área] não me conhecem... aí como que eles vão falar..eu vou fazer projeto com a Pesquisadora 11. Eles não me conhecem, não sabem que aula eu dou. [...] se você não tem aquele contato com os alunos, fica difícil. [...] Então isso aí é super importante pra pesquisa, se você não tiver contato com os alunos, aí tanto da pós quanto da graduação, fica difícil você escolher esses parceiros (PESQUISADORA 11).

Ou seja, os discursos revelam não só a essencialidade da participação dos estudantes como parceiros nas pesquisas, bem como a natureza desta essencialidade, que se encontra em uma lógica preponderantemente baseada em capital econômico. Uma diferença que merece atenção em relação à participação destes estudantes é se a mesma se dá em um nível apenas de execução dos projetos, ou se estes também participam na elaboração das propostas e de uma forma mais aprofundada nas pesquisas, considerando que este último tipo de participação seja o mais adequado para sua capacitação profissional.

Nesse sentido, houve docentes que ressaltaram a participação dos mesmos apenas na fase de execução dos projetos, enfatizando que as ideias e a elaboração das propostas sejam feitas por eles mesmos, e não com a participação dos estudantes, o que acaba por reforçar a lógica do capital econômico:

Não... eles são o elemento fundamental porque através deles é que as minhas ideias...o desenvolvimento da minha pesquisa...ela flui né. Ela vai fluindo porque existem esses alunos que... ao mesmo tempo em que eles estão aprendendo, eles também estão sendo preparados e essa preparação envolve que eles desenvolvam estas pesquisas que...vamos dizer...sai da minha linha de pesquisa... da minha cabeça, das minhas ideias e isso vai concretizar...tornar prática essa pesquisa.
(PESQUISADORA 10)

Ela [a participação dos estudantes] é fundamental, como a gente está vinculado aos programas de pós-graduação, o envolvimento dos estudantes é natural. O estudante... quando ele chega, ele raramente tem uma ideia pronta. Então, eu sempre busco um projeto pra esse estudante que está chegando...e aí sempre foram ideias minhas. Até hoje, eu não tive nenhum projeto pra estudante de pós-graduação que tenha vindo de uma ideia dele. Então, é uma relação de dependência mútua, a gente precisa deles e acho que em termos de redação ainda, os estudantes são muito dependentes dos orientadores. Acho que pra redação do projeto, eles ainda dependem muito de nós.
(PESQUISADORA 12)

A Pesquisadora 12 reforça, ainda, que elabora propostas de pesquisas, com idéias suas, de acordo com a demanda dos alunos. Ou seja, ainda que algum estudante precise trabalhar em alguma linha de pesquisa com características diferentes da sua, a idéia sai dela mesma, e a elaboração do projeto é feita por ela, não contando com a participação do aluno:

[...] [eu elaboro os projetos] quanto às necessidades dos estudantes também, porque, por exemplo, havia um aluno que veio pro mestrado... pra fazer mestrado mais na área [X], então, eu tive que adequar um projeto pra área dele...juntando com o que eu faço. (PESQUISADORA 12)

Mas, em contrapartida, há aqueles docentes que enfatizam também a participação dos alunos não só em nível de execução das propostas, o que poderia indicar a aproximação de sua participação não apenas baseada em uma lógica de capital econômico, mas também de capital cultural:

Enorme [a participação dos estudantes em seus projetos], grande, todos. Tanto pós quanto graduação. - *E a participação tem sido positiva?* Muito, muito. - *E eles contribuem mais em que sentido?* Comigo, eles contribuem desde o início, desde a elaboração da proposta, da execução e da publicação, em todo o processo. (PESQUISADOR 6)

Ah, em todos os níveis, mesmo na iniciação científica, mestrado e doutorado, eles tem a participação no projeto de execução, e, mas não só execução, dentro de cada projeto eu separo parte do projeto que cada estudante possa ter uma pesquisa de começo meio e fim, o quê que eu digo com isso? Ele tem, eu não dou um projeto pronto pra ele, apesar de eu já ter o projeto financiado, ele tem que fazer o projeto, elaborar a pergunta, a hipótese, ir pro laboratório, executar, e depois prever e discutir os dados. Hoje a gente tem forçado bastante o pessoal, principalmente a discussão de resultados, tem sido um dos maiores desafios pra eles. (PESQUISADORA 8)

Como se indicou, há uma aproximação, neste sentido, da escolha deste parceiro também sob uma lógica de acesso a capital cultural, no sentido de busca de parceiros com qualificações, talentos, títulos e/ou experiência que possam contribuir para a pesquisa. Mas, por que, então, não se enquadrou, nesta análise, a participação dos estudantes dentro de uma escolha baseada em capital cultural? Porque, além das aproximações com a lógica do capital econômico que puderam ser observadas nos fragmentos das entrevistas, tal escolha não se demonstra, a priori, ser baseada em uma lógica de acesso a capital cultural, pois se faz, na verdade, uma espécie de investimento no potencial intelectual destes estudantes. Os mesmos podem contribuir no sentido de representar um recurso que permita a viabilização da pesquisa, mas apenas acredita-se no potencial intelectual dos mesmos, pois são ainda iniciantes no campo, o que faz com que a participação dos mesmos não seja, em primeira mão, baseada em suas qualificações e talentos, que, muitas vezes, ainda não são conhecidos pelos docentes, até que sua participação seja iniciada na pesquisa. Em termos mais práticos, a participação dos mesmos é fundamental para a viabilização da pesquisa, em uma lógica de dependência de recursos. Dada a necessidade desta participação, busca-se, evidentemente, a escolha de alunos que tenham o perfil adequado:

[...] nosso processo seletivo aqui [para ingresso de estudantes de pós-graduação], [...] na primeira parte... temos a parte da entrevista, e quando no início, você não conhece o candidato, [...] então na entrevista já tento perceber a intenção dele, então eu já tento buscar pessoas interessadas.
(PESQUISADORA 3)

Contudo, no momento desta escolha, apenas supõe-se o potencial dos mesmos, que será confirmado ou não na prática, diferentemente de uma escolha de parceiro, por exemplo, que seria baseada previamente no conhecimento das qualificações e dos talentos dos parceiros, o que pode ocorrer, por exemplo, na escolha de pares para serem parceiros nas pesquisas.

Considerando, agora, as considerações de que a colaboração em pesquisas ocorre quando há alguma coisa para ganhar (MELIN, 2000) e que no campo descrito por Bourdieu (1996b) em sua teoria há o fenômeno do *common knowledge*, que é uma informação, como descrita no referencial, “[...] que todos sabem que todos sabem que todos possuem essa informação”, ou seja, “sei que sabes que, quando te dou algo, sei que retribuirás” (BOURDIEU, 1996b, p. 169); observa-se que há, de fato, uma expectativa de contrapartida pela orientação dos estudantes. Os docentes, nesta relação de troca, esperam que sua orientação vá trazer retornos para si mesmo em termos de pesquisas e publicações, por exemplo. Não só esperam tal contrapartida, como também se observa uma cobrança para que tal contrapartida ocorra, como se observa no relato da Pesquisadora 3:

Agora... uma coisa que a gente tem dificuldade...não sei se os outros departamentos também tem, é que ele [o estudante] entra na pós..há necessidade de publicar o artigo, e às vezes a pessoa tenta publicar e não consegue, ou a revista retorna, ela não faz as correções, mas como ela já tá indo embora, e ela consegue um trabalho, e não há um retorno, as vezes você tem muitos dados, muita pesquisa, e você só vai ter a tese ou dissertação, e não a publicação. Então no meu caso... você vai ter que cobrar muito e antes... às vezes eu não to tendo retorno disso. E pra mim isso é ruim, porque eu tenho muitos orientados e a minha publicação poderia ser muito maior, e eu como professora envolvida em outras comissões aqui dentro da UFLA, eu não tenho tempo para eu mesma escrever e eu acho que seria uma colaboração junto com o aluno... essa parte não está boa, eu to puxando a orelha [...] há carência e sinceramente eu não tenho tempo...e isso pra mim é uma coisa negativa. (PESQUISADORA 3)

Contudo, observa-se que esta cobrança pelo retorno e pela contrapartida não é simplesmente baseada em uma relação de troca na qual o docente se insere buscando, “voluntariamente”, o retorno adequado do investimento que faz ao orientar os estudantes. Na verdade, esta se constitui muito mais em uma

estratégia dos docentes para lidar com as pressões e com as exigências que o sistema lhe faz. Ou seja, é a agência respondendo às pressões estruturais. Pois os relatos dos docentes apontam para o fato de que o próprio sistema de avaliação de seus currículos, no momento da elaboração das propostas de pesquisa em editais de órgãos de fomento, busca uma coerência entre a quantidade de alunos que orienta e seu nível de publicações, ou seja, eles são cobrados, pelo sistema, por essa coerência.

[Falando sobre os fatores que contribuem para a não aceitação de um projeto submetido] Um projeto mal redigido não é aprovado. Segundo... você tem que cuidar do currículo, no currículo...eu acho que...eu participei quatro anos nas câmaras da FAPEMIG...e a gente avalia a capacidade de pesquisa do coordenador, mas também a formação de recursos humanos, se ele orienta por exemplo dez alunos, mas não tem dez publicações, então alguma coisa tá errada. Tem que ter uma coerência entre pesquisa, formação de pessoal e publicações. (PESQUISADORA 8)

Assim, tal cobrança se torna, também, em efeito cascata, uma cobrança para os alunos que orientam. Importante ressaltar, ainda, que a escolha por estudantes como parceiros não envolve apenas uma motivação baseada em dependência por recursos para a realização das pesquisas, pois envolve também uma satisfação pessoal dos docentes no sentido de se verem como influenciadores e como profissionais que podem contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional de outrem.

[...] os projetos são deles.... quase que eu trabalho pra eles hoje...é como um filho né. A gente quase que vive por conta dos alunos. O que eu sempre tento me policiar é que eu... é deixe tudo pra eles e não faça nada. Então, muitas coisas são minha responsabilidade no projeto [...] ajudo com a minha participação diária [...]. (PESQUISADOR 7)

E eu não abro mão das minhas aulas da graduação, embora isso tome bastante tempo da gente. São três disciplinas, mas ao mesmo tempo a gente tem um relacionamento com o

pessoal que tá tentando iniciar a sua vida como... na área de pesquisa... então, a gente tem uma participação grande de iniciação científica, tanto como voluntário como quanto...de aluno bolsista... do CNPq, FAPEMIG.....é a vida da gente, faz parte da vida da gente. (PESQUISADOR 1)

Os estudantes de doutorado, além dessa parceria com o nacional, os meus estudantes tem saído pra fora nas minhas parcerias de pesquisa fora, então dois estudantes foram pra Portugal, uma ta indo pra Dinamarca e outra pra Austrália. Eu to distribuindo pra eles também... não só pra aproveitarem o conhecimento..mas crescerem na vida profissional em outros laboratórios (PESQUISADORA 8).

O Pesquisador 5 é, entre os docentes entrevistados, aquele mais demonstra tal satisfação e elo com os estudantes, sendo exatamente aquele que diz se preocupar com o futuro da universidade, pelo foco do sistema nas publicações e pesquisas de qualidade, em detrimento de outras questões, opinião esta já discutida anteriormente. Vários fragmentos de sua entrevista demonstram sua ligação com os alunos dentro de uma satisfação em ser influenciador:

[...] eu sempre procuro dar conselhos e bons conselhos para os estudantes, para que eles possam viver o momento de forma adequada, vivendo sua vida, mas também trabalhando, estudando, namorando, [...] eu tento ensiná-los a organizar o seu tempo, para que eles possam gozar desse momento único maravilhoso na vida deles, que é a vida acadêmica [...] (PESQUISADOR 5)

Os alunos de graduação e pós, a participação do alunato é ativa, tanto a gente trabalha com... a gente tem uma equipe muito grande de pessoas entre alunos de graduação e pós, umas 14 pessoas [...] é um grupo dinâmico, um grupo que a gente ta sempre colaborando no sentido de orientar, no sentido de se interagir, e crescer e amadurecer no âmbito da pesquisa e por que não falar no pessoal e profissional. (PESQUISADOR 5)

[...] eu me identifico muito com o aluno de graduação e pós, nesses 12 anos de carreira e magistério nos tivemos a honra de participar de 10 formaturas, sendo que 8 delas fomos professor homenageado do curso de agronomia, 2 delas como patrono, e agora na próxima turma de janeiro, [...] eu

fui honrado como o convite para representá-los como paraninfo, e para nos é uma honra muito grande que eu divido com a minha família e com todos os colegas aqui do departamento, ressaltar esse momento [...] eu ministrei cerca de 6 aulas da saudade para os estudantes de agronomia e isso me enche meu ego, de certa forma isso mostra que eu estou como docente no caminho certo, não que eu seja de ser perfeito, estou longe da perfeição, mas eu confesso que eu gosto de estar com o estudante, eu gosto de dedicar pouco ou grande parte do meu tempo como professor e eu tenho recebido retribuições por parte do alunato [...]. (PESQUISADOR 5)

Esta perspectiva não podia deixar de ser citada, pois se relaciona também à dinâmica de transmissão de capital científico puro, descrita por Bourdieu (2004b), que ocorre por meio da transmissão de capital carismático, muitas vezes ocorrida durante o processo em que um pesquisador contribui para a formação de outro, publica conjuntamente, tendo a possibilidade de consagrar outro que por ele é orientado e preparado (BOURDIEU, 2004b).

Continuando, então, a discussão a respeito das escolhas baseadas dentro de uma lógica de capital econômico, além das considerações já realizadas a respeito da participação dos estudantes de graduação e de pós-graduação nos projetos de pesquisa, observaram-se também algumas escolhas baseadas em acesso a recursos que não dizem respeito a tais estudantes. Os docentes demonstraram também escolhas motivadas pela necessidade de acesso a equipamentos e recursos necessários para a pesquisa, porém, em menor relevância que a escolha pelos estudantes. Nesse sentido, o Pesquisador 1 afirma que “[...] você tem outros departamentos que acabam contribuindo é... às vezes outros professores tem equipamentos que você não tem [...]”. E a Pesquisadora 10, que “[...] se eu tenho uma parceria com o agricultor, isso é importante porque ele me fornece a minha área pra fazer também os meus testes e as minhas pesquisas. A Pesquisadora revela, assim, a importância da parceria com os agricultores não só por questões de possibilidade de aplicação prática dos

resultados da pesquisa, mas também porque estes agricultores possuem a área necessária para o desenvolvimento de sua pesquisa experimental. O Pesquisador 1, dentro da mesma lógica, relata sua parceria com um centro de pesquisas de outra instituição motivada por acesso a equipamentos que não possui, e que precisa para suas pesquisas:

Outra característica que... da escolha do parceiro...é com relação a..aos objetivos também. Por exemplo, eu trabalho às vezes com o [centro de pesquisas X] lá na UFMG... que é um instituto de radiação [...]. Por quê? Aí você me fala... mas, por que o [centro X]? Porque ele tem uma fonte de radiação...a fonte de radiação...se ela é usada ou se ela não é usada...ela vai se perder...ela vai se desgastando...a fonte de radiação. [...] ele tem lá o equipamento, sabe trabalhar, entendeu...com o equipamento. Então isso só vem agregar valor ao seu...a uma produção científica internacional bem qualificada...um *paper*...uma revista aí indexada...uma revista que vai te trazer visibilidade ao projeto...e aos artigos que serão gerados. (PESQUISADOR 1)

Além disso, faz desta escolha não só uma estratégia para obtenção do equipamento necessário, como também para aumentar suas possibilidades de publicações de qualidade em virtude dos resultados da pesquisa. Ou seja, tais indivíduos desenvolvem estratégias visando sua sobrevivência no campo, ainda que estas estratégias se tornem até imperceptíveis para si mesmos, na medida em que se tornam ações naturais dentro do campo ou, ainda, formas de agir que os indivíduos incorporam de tal forma que já não tem consciência (BOURDIEU, 1996a). Provavelmente por este motivo, alguns não se viram desenvolvendo estratégias para estar dentro do campo, quando foram questionados a respeito.

Em seguida, partiremos para a discussão da possível existência de escolhas baseadas em capital cultural, o segundo capital descrito por Bourdieu (1996a).

4.4.2 Capital cultural

Juntamente com o capital econômico, estritamente no que se refere aos estudantes de pós-graduação, as escolhas por parceiros motivadas pelo interesse dos pesquisadores em capital cultural são as mais significativas. Ou seja, o capital cultural é um capital significativamente em jogo no campo estudado, assim como o capital econômico.

O capital cultural compreende o conhecimento, as habilidades possuídas, as informações detidas, que correspondem ao conjunto das qualificações intelectuais produzidas e transmitidas por meio da família e das instituições escolares. Este adquire, ainda, três formas: (1) o *estado incorporado*, como uma disposição durável do corpo (exemplo: falar outro idioma, a forma de se apresentar em público, talentos); (2) o *estado objetivo*, como a posse de bens culturais (exemplo: posse de obras de arte); e (3) o *estado institucionalizado*, que é o sancionado por instituições, como títulos acadêmicos (exemplo: diploma universitário) (BOURDIEU, 1996a).

Trazendo para o contexto de escolha por parceiros de pesquisa, se poderia dizer que as escolhas baseadas no interesse por capital cultural seriam aquelas, por exemplo, baseadas em:

- a) Estado incorporado de capital cultural: escolhas baseadas nos conhecimentos, habilidades e experiência do pesquisador não objetiváveis, mas conhecidas pelo pesquisador que o escolhe, que podem, principalmente, estar relacionadas à habilidade do pesquisador em determinada área de conhecimento ou em determinada técnica de pesquisa;

b) Estado objetivo de capital cultural: escolhas baseadas nas informações detidas pelo outro pesquisador (não em nível de conhecimento), livros escritos, artigos, produções técnicas, patentes detidas etc.

c) Estado institucionalizado de capital cultural: escolha baseada nos títulos obtidos pelo pesquisador seja pelas qualificações intelectuais representadas pelas titulações acadêmicas que possui, bem como quais titulações objetivamente possui em instituições renomadas ou não etc.

Poder-se-ia supor, ainda, escolhas baseadas nas qualificações da instituição do outro pesquisador, dentro da lógica de capital cultural. Porém, tal motivação não foi encontrada no discurso dos entrevistados.

Foram encontradas de forma significativa escolhas baseadas nas qualificações intelectuais e experiência dos pesquisadores, principalmente motivadas por duas necessidades: garantia de viabilização da pesquisa e complementaridade de competências.

As escolhas por capital cultural que objetivavam a viabilização da pesquisa dizem respeito a uma preocupação com a capacidade da equipe para desenvolver o projeto, preocupação esta significativamente demonstrada. Já as escolhas baseadas em complementaridade de competências são aquelas que visam parceiros com qualificações e experiência em áreas na qual o próprio coordenador da equipe não possui capacitação suficiente, e que será uma qualificação demandada para a execução da pesquisa.

Dessa forma, observam-se tanto escolhas motivadas por um capital cultural incorporado quanto institucionalizado, na medida em que se considera tanto a competência quanto a formação do parceiro em determinada área. Os docentes não falam diretamente da consideração do currículo do pesquisador, com estes termos, mas na consideração de sua área de pesquisa, de interesse e titulações.

Os diversos fragmentos a seguir demonstram a significativa consideração do capital cultural para a escolha dos parceiros:

Outra característica importante pra escolha do parceiro é se ele tá inserido dentro das necessidades do projeto, dentro de objetivos e métodos que serão traçados. Por exemplo, uma determinada... procedimento ou análise que você...então, você olha se o parceiro faz esse tipo de análise...se ele tem experiência naquilo né? (PESQUISADOR 1)

Parceria dentro da instituição é fundamental, não dá pra você ser responsável por todas as áreas que a pesquisa engloba, então tem um grupo de pesquisa, os professores fazem uma parte, estatística, laboratório, cada um faz o que fica a cargo na pesquisa. Basicamente [escolho parceiros] que sejam da área de trabalho, professores e pesquisadores que trabalham na mesma área de conhecimento que eu. Principalmente a área de conhecimento que meu parceiro trabalha. [...] *Tem mais algum fator?* Não esse é o principal fator. Trabalhar na mesma área de pesquisa. (PESQUISADOR 2)

[...] por exemplo, eu sou da área [X], mas às vezes alguma coisa que você desenvolve aqui de importante, às vezes o pessoal da área [Y] sabe ou então o pessoal da [Z], então isso é muito importante [...] um complementa o outro [...]. (PESQUISADORA 3)

[...] uma coisa, [...] que contribui [para que o projeto seja aprovado] é a parceria com outros professores, porque assim, você sente quando... em determinados temas, podem até estar na sua linha de pesquisa, mas você não vai fechar o assunto, então lógico que você não vai esgotar nenhum assunto, mas quando tem parceria com outro professor ou instituição enriquece muito o projeto [...]. (PESQUISADORA 3)

Bom, primeiro o objetivo é o seguinte, primeiro eu tenho a ideia, depois da hipótese, a gente vai tentar formular a proposta [...] então nós pensamos quem que poderia ser o parceiro que poderia colaborar para a fundamentação da hipótese. Então, exemplo, nesse projeto [...], nós precisamos de químicos e acabamos fazendo a parceria com o departamento de química [...]. (PESQUISADOR 5)

Bom... eu só trabalho com quem quer trabalhar comigo [...] quem acredita no que eu faço [...]. A segunda é trabalhar com quem vai complementar meu trabalho... não se coloca alguém só porque...o currículo...não pode ser assim. Isso acaba sendo incoerente para a aprovação do projeto. Eu sou consultor de projeto, verifico se existe afinidade entre as pessoas... com publicações recentes, ou com linhas de trabalho que fazem coerência ou que podem vir a fazer...até porque podem ser novas parcerias. (PESQUISADOR 7)

O relato do Pesquisador 7 demonstra não só a consideração do capital cultural detido pelo pesquisador para sua escolha como parceiro, como também a forma com que a complementaridade de competências e qualificações se torna uma regra implícita na avaliação dos projetos submetidos aos editais. A afinidade entre as linhas de pesquisas dos membros da equipe não é uma regra claramente especificada nos editais, mas, como se pode perceber no discurso do Pesquisador 7, é um critério que se relaciona à avaliação da adequação da equipe ao projeto em si.

Além disso, as regras do jogo se demonstram também presentes nas escolhas baseadas na preocupação com a viabilidade da pesquisa e com a capacidade da equipe para execução do projeto, pois os pesquisadores possuem um prazo de 24 meses definidos nos editais para que suas pesquisas sejam concluídas, o que justifica o fato de suas estratégias visarem à capacidade da equipe para a condução da pesquisa. Ou seja, o que está em jogo não é meramente a aprovação do projeto, mas também a capacidade de seu desenvolvimento, de obtenção dos resultados desejados, e de tempo hábil para a conclusão dos relatórios exigidos pelos órgãos de fomento.

A questão da complementaridade de competências demonstra, ainda, uma dinâmica similar ao conceito da economia das trocas simbólicas, a qual considera que *as trocas têm sempre verdades duplas*, sendo que a dívida

gratuita não existe, o que acontece é uma troca que obedece à lógica da reciprocidade (BOURDIEU, 1996a). Ou seja, os pesquisadores escolhem parceiros para fazerem parte de seus projetos, visando a uma troca relativa a conhecimento e experiência:

[...] um produtor [...] ele como parceiro... você pode mandar resultados para ele...mudança de condução da cultura e trazer benefícios para ele e para você, porque ele vai te trazer informação...tem gente que pensa que parceiro é só recurso, mas não, é informação também, o conhecimento é uma via de dupla mão, tanto você passa informação e recebe, quanto mais você passa informação, mais você recebe. (PESQUISADOR 1)

Além disso, tais escolhas motivadas pelo capital cultural obedeceriam a uma lógica de mobilização direcionada tanto à dependência de recursos, como também, a uma lógica do ambiente científico (ARAÚJO, 2008), que seria aquela em que se prioriza o que a ciência, em tese, privilegia. Assim, após a identificação da relevância do capital cultural para as escolhas por parceiros, discute-se em seguida se há escolhas baseadas em capital social.

4.4.3 Capital social

O capital social, como se viu no referencial, é aquele formado pela rede durável de relações (mais ou menos institucionalizadas) de interconhecimento e conhecimento mútuo, que corresponde ao conjunto de acessos sociais e redes de contatos que se possui (exemplo: círculo de amigos, colegas de faculdade, convites recíprocos). É um quantum social que determina a posição de um agente no campo (BOURDIEU, 1996a).

No contexto de formação de parcerias para pesquisas, se poderiam caracterizar como escolhas baseadas em capital social, aquelas oriundas de relações de amizades estabelecidas com pesquisadores, de redes de contatos possuídas pelo pesquisador e/ou redes de contatos estabelecidas pela instituição do pesquisador. Ainda, se considerarmos lógicas de mobilização, tais escolhas poderiam ser motivadas, dentro da perspectiva de capital social, por lógicas afetivas, lógicas de proximidade física, e também lógicas históricas, que é quando “parcerias passadas bem sucedidas são continuamente reproduzidas” (ARAÚJO, 2008, p. 191).

Os discursos revelaram indícios de escolhas baseadas no capital social, como relações de amizade ou rede de relações, mas não de forma tão significativa quanto foram encontradas as motivações baseadas em capital econômico e capital cultural.

[...] essa parceria normalmente é com alunos que foram meus orientados... saíram daqui e foram pra outras universidades e continuam sendo meus parceiros pesquisadores. (PESQUISADORA 10)

[...] Eu tenho muitos trabalhos, ainda publico muita coisa com professores do Rio em função dessas parcerias, redes de contatos que eu estabeleci durante esse tempo todo. Tenho contatos em Praga, em Portugal, publico algumas coisas com profissionais de lá. Tenho uma pessoa que eu tenho contato com ele da Cisjordânia, a gente publica junto, faz pesquisas junto, tem um do Canadá, então essa questão das redes eu acho super importante [...] eu penso nos professores que eu conheço [que sejam da área necessária] [...] das universidades principais assim que eu conheço e vou porque... sem às vezes conhecer é difícil porque pode até olhar no *Lattes* e tal... pesquisar, mas normalmente, a gente acaba indo por esse caminho mesmo. (PESQUISADORA 11)

[...] como eu estudei na UFLA, então tem muitos amigos meus que estão trabalhando com pesquisa e que fizeram graduação comigo, e durante o mestrado também assim conheci pessoas. No mestrado a gente era da mesma área,

orientados do mesmo professor, do mesmo pesquisador, então essas pessoas foram para EMBRAPA, para outras universidades. Então meu critério é afinidade, é ver se ter colegas seu que trabalha em projetos parecidos, ou até na mesma área mas com linhas de pesquisas diferente, aquela pesquisa complementa a sua, e acho que seria isso. (PESQUISADORA 3)

Importante ressaltar que a declaração de escolhas baseadas em capital social está sempre vinculada ao capital cultural também, ou seja, não se admite escolher simplesmente um parceiro por se ter um contato ou amizade com o mesmo, mas conjuntamente por sua área de pesquisa, aspecto este que pôde ser observado nos fragmentos das entrevistas da Pesquisadora 11 e da Pesquisadora 3 acima apresentados. Outros pesquisadores também reforçam esta vinculação:

Então esse projeto basicamente a adesão é por meio de convite, na verdade convite meio que implícito dos membros, na verdade nós temos um grupo de pesquisadores, e todo projeto que eu entro eles acabam participando e, automaticamente vão ser co-orientadores do estudante responsável por aquele projeto. (PESQUISADOR 2)
[capital social e escolha natural, por vinculação ao mesmo grupo de pesquisa]

Foi convite, [...] dentro do projeto cada um tem uma responsabilidade [...] e a escolha foi técnica e porque também com esses colaboradores eu tive meu projeto aprovado, já tinha trabalhado com eles. (PESQUISADOR 6)
[capital social, cultural e também uma lógica histórica]

Bom... alguém que seja aqui da UFLA ou coisa assim, e também pessoas que trabalham na área daquilo que eu vou desenvolver. (PESQUISADOR 5) *[capital social, cultural e também uma lógica de proximidade física]*

Aqui na UFLA... são pessoas que participaram comigo dentro de bancas de qualificação...de tese...eu fico conhecendo, a pessoa expõe a linha de pesquisa e aí quando aparece alguma chamada pra um edital específico, eu entro em contato com a pessoa e pergunto se ela não gostaria de tá

fazendo parte da equipe. [...] A parceria de fora acontece muito em congressos... cada congresso que a gente vai...que eu vou, normalmente a gente arruma um parceiro novo. [...] (PESQUISADORA 8) [*capital social, cultural e lógica de proximidade física*]

Bom... na realidade, eu não escolho bem a minha equipe... talvez a equipe de pesquisa diz respeito ao meu grupo..vamos dizer...os meus alunos e pessoas parceiras...outros professores de outras instituições que a gente tem afinidades porque trabalha dentro da mesma área e tal e meus alunos no caso...eles são escolhidos pela pós-graduação, só que quando eles chegam aqui...aqueles que não passaram comigo...não fizeram nenhum estágio...eu normalmente eu...os meus alunos..a maioria que eu tenho aqui são alunos que já vieram desde a graduação comigo e seguiram pra pós-graduação, então isso permite que eu vá avaliando esses alunos. Um critério importante pra mim é que esse aluno... ele tenha passado aqui comigo pelo menos na iniciação científica porque isso é possível avaliar como ele vai se desenvolver e tal [...]. (PESQUISADORA 10) [*capital social e escolha natural, por vinculação ao mesmo grupo*]

Assim, observa-se que o capital social está em jogo no campo, mas não de modo tão significativo ao nível do discurso dos pesquisadores, na resposta que deram em relação aos critérios para escolha dos parceiros. Ainda, sua constante vinculação ao critério capital cultural, faz com que sua representatividade seja ainda menor nos discursos. Contudo, uma análise conjunta dos dados da pesquisa, bem como das respostas dadas pelos entrevistados a outras questões, observa-se que a importância do capital social é mais forte do que o discurso revela. Como se pôde observar, a regra relacionar-se é uma das regras identificadas na percepção dos docentes em relação ao campo científico. Além disso, pode-se lembrar a preocupação do Pesquisador 7 de que, se dedicar tempo demais à pesquisa, pode perder interação com seu meio (página 79, item 4.3.1). Ainda, no momento de coleta de dados documentais para análise do perfil das equipes formadas para os projetos,

observa-se uma significativa continuação de parceria com pesquisadores que foram orientados ou orientadores destes docentes, embora não se tenha dados detalhados a este respeito.

Em seguida, a questão do capital simbólico será discutida.

4.4.4 Capital simbólico

O capital simbólico é, na verdade, uma síntese dos demais capitais. Ou seja, todos os outros capitais podem assumir a forma de capital simbólico, desde que sejam objetos de interesse e disputa dentro do campo. Ou seja, desde que sejam valorizados. Assim, até então, pode-se dizer que o capital econômico e o cultural são aqueles que mais assumem a forma de capital simbólico dentro do campo estudado.

O capital simbólico relaciona-se ao conjunto de rituais de honra e reconhecimento, ou seja, trata-se do conhecimento e reconhecimento dos capitais anteriores segundo sua importância em cada campo (BOURDIEU, 1996a). Assim, se não é um tipo específico de capital, por que então isolá-lo em uma análise, já que os outros capitais considerados como valorizados, de acordo com a análise desta pesquisa, serão os capitais simbólicos do campo?

Ressalta-se que tal análise específica se deu apenas pelo desejo de compreender se os fatores prestígio, status e reconhecimento são declaradamente considerados pelos docentes na escolha de seus parceiros de pesquisa. Ou seja, os resultados até então descritos permitem identificar que o capital econômico e o cultural são os capitais significativamente simbólicos do campo, seguidos pelo capital social, em menor relevância. Mas, escolhe-se um parceiro de pesquisa simplesmente pelo reconhecimento de seu prestígio dentro do campo?

No sentido empregado na análise, esta seria uma escolha mais baseada em uma lógica voltada ao sucesso, em que as parcerias são criadas na expectativa de que o prestígio do pesquisador “interfira positivamente no julgamento das propostas” (ARAÚJO, 2008).

Assim, diante de tais pressupostos de análise, os resultados demonstram que não há no discurso dos entrevistados a declaração de escolhas baseadas simplesmente no prestígio, status e posição ocupada pelo pesquisador. Ou seja, não se declara uma escolha motivada pelo renome do pesquisador. E o principal motivo deste resultado é a preocupação dos pesquisadores com a viabilização da pesquisa, ou seja, com a contribuição efetiva do parceiro, já que o que está em jogo não é simplesmente a aprovação do projeto, mas a capacidade de executá-lo bem, e dentro dos prazos definidos.

Eu acho que a escolha de uma equipe coerente [influencia a aprovação do projeto] sim. Quando você escolhe bem o parceiro, você acaba aumentando a sua chance, mas os parceiros são aqueles que de fato são parceiros. Então, eu entendo a sua pergunta e sei aonde ela quer chegar... quer dizer...pode ser que muita gente escolha parceiro para aprovar projeto né? Eu fiz um projeto com informações baseados nos currículos dos outros. Mas ele perde coerência. Eu como analista de projeto, quando eu olho um projeto, eu vejo se tem coerência, se não tem alguém enxertado ali, sabe? Então, pra mim isso não faz sentido. Agora, quando você trabalhar para montar uma boa equipe, você tá garantindo o seu projeto... uma coisa acaba sendo consequência da outra...e não o inverso. Fica meio forçado eu acho. (PESQUISADOR 7)

Olha... bom, eu acho que facilita no sentido de você tá constituindo uma equipe forte. Mas não acho que se... é o nome dos parceiros que vai garantir o projeto não... tá? [...] porque o peso maior sempre fica pro coordenador. (PESQUISADORA 8)

[...] aquilo que você acredita que a pessoa vá contribuir pra sua pesquisa. Então, a escolha é em função disso, se ela vai ter uma contribuição, porque você colocar uma pessoa que

não vai ter contribuição, só por colocar, eu acho que não influi. (PESQUISADORA 10)

Agora, o quê que a gente não escolhe como parceiro? É aquele parceiro que 'cê vai colocar só pra por nome no projeto... eu acho isso um... uma falha muito grande...coloca muita das vezes é...a pessoa não sabe nem que tá no projeto. A parceria... a gente tem que tomar muito cuidado com parceria... a parceria não é só você colocar o seu nome no projeto que você é parceiro. Parceria, o próprio nome já diz, é participação. [...] E não é só colocar lá o seu nome ou colocar o nome da instituição, ou ter a carta de parceria, que você é parceiro. Parceiro é comprometimento, é participação em termos de análises, de recursos também... dentro do projeto [...]. (PESQUISADOR 1)

Dessa forma, a consideração de que os outros capitais assumam a forma de capital simbólico é de fato mais adequada aos resultados da pesquisa. Não há, declaradamente, uma escolha baseada simplesmente no prestígio e renome do pesquisador, a não ser em um único caso isolado, e que merece destaque. O Pesquisador 9, ao contrário de todos os outros entrevistados, deixa clara sua estratégia de inserir o nome de pesquisadores de renome em seu projeto de pesquisa, o que, para ele, foi decisivo para a aprovação do mesmo:

Eu tenho conseguido aprovar poucos projetos... quando eu consegui essa proeza, eu consegui exatamente por causa da parceria... com a inserção de pesquisadores renomados. (Pesquisador 9)

É um projeto que... como eu disse... eu procurei incorporar uma equipe executora...pesquisadores renomados... então eu escolhi a dedo... escolhi pessoas pra integrar o projeto né [...] e eu também tenho alguma produção [...], mas eu só consegui graças a estas parcerias mesmo...na maioria das vezes até por causa destes membros o projeto foi aprovado. (Pesquisador 9)

O Pesquisador 9 demonstra, ainda, que o tema do projeto submetido é mais da área de seu orientador, escolhido como parceiro, do que de sua própria

área de pesquisa, afirmando que “[...] quem mexe com isso [...] é... meu orientador, ele domina formalmente a atividade [...] o que foi proposto, [...]”. O que vale ressaltar, como decorrência das análises, é que o Pesquisador 9 pode ser considerado um iniciante no campo, no que se refere tanto a sua própria trajetória, bem como em relação ao programa de pós-graduação do qual faz parte, que é ainda um programa incipiente dentro da instituição, que tem deficiência ainda, como o próprio entrevistado declara, de estudantes de pós-graduação para auxílio na condução das pesquisas, já que os cursos oferecidos de mestrado e doutorado são ainda recentes.

Sem essa equipe, que foi escolhida a dedo, não teria jeito do projeto ser aprovado, embora seja de um projeto *meritoso*, mas o grupo aqui ainda é incipiente. Eu cumpri meu doutorado há dois anos, então os trabalhos do doutorado nem todos foram publicados ainda, então a participação da... desses membros aí [...] foi realmente muito importante pra que a gente conseguisse aí a aprovação. (PESQUISADOR 9)

O que se pode constatar, assim, é exatamente a diferenciação que Bourdieu (2003) faz em relação às estratégias dos dominantes e dos aspirantes dentro do campo. O que se observou foi justamente uma estratégia diferenciada por parte do docente que é iniciante em dois aspectos: em relação à sua própria trajetória e em relação ao programa de pós-graduação ao qual pertence. Para Bourdieu (2004b), para saber o que comanda os pontos de vista, as intervenções científicas, os temas e lugares de publicação escolhidos, os objetos pelos quais o pesquisador se interessa, é necessário que se compreenda justamente a posição que este ocupa no campo. Assim, como a posição influencia o tipo de estratégia, dominantes e aspirantes podem recorrer a estratégias logicamente opostas (BOURDIEU, 2003).

Além disso, como se discutiu em relação à percepção dos docentes sobre os novos entrantes no campo científico, os mesmo reconhecem como a entrada de iniciantes é dificultada no campo, “é um círculo muito fechado, e é difícil pro

novo pesquisador iniciar este ciclo” (PESQUISADOR 7). Assim, justifica-se a adoção de estratégias diferenciadas dentro de uma lógica voltada ao sucesso da tentativa de aprovação do projeto.

Em seguida, discutem-se os capitais envolvidos nas parcerias estabelecidas pelos pesquisadores com outras instituições.

4.4.5 Capitais envolvidos em parcerias interinstitucionais

Relativamente às parcerias interinstitucionais, percebeu-se uma relevância não muito significativa de parcerias estabelecidas entre o pesquisador da UFLA e outras instituições, no que se refere aos projetos que foram aprovados nos editais de 2009. Como se observou no perfil das equipes formadas, em uma média de 4,2 membros por equipe, apenas uma média de 0,5 membros de outras instituições faziam parte da equipe.

Esta tendência também foi observada no discurso dos entrevistados. Embora em várias ocasiões citem parcerias com outras instituições, e até mesmo parcerias internacionais, tais parcerias não foram significativas para a elaboração dos projetos.

Contudo, o aspecto mais importante observado em relação às parcerias interinstitucionais é que sua motivação **não se dá preponderantemente por critérios diretamente relacionados à instituição**. Tal resultado corrobora com resultados da pesquisa de Araújo (2008), ao estudar padrões e regularidades no âmbito da pesquisa científica em uma rede colaborativa de pesquisa, dentre os quais se observou a visão do cientista como unidade nas ligações, ou seja, constatou-se que as instituições não exerciam papel constitutivo nas ligações estabelecidas entre os pesquisadores, sendo que as parcerias foram criadas e sustidas na esfera dos próprios pesquisadores, exatamente o que se observa no discurso dos entrevistados.

Nesse sentido, observaram-se lógicas para as parcerias com outras instituições também baseadas nos capitais de Bourdieu (1996a, 2001b). Dentre as motivações encontradas, apenas uma diz respeito diretamente a fatores ligados às próprias instituições, que é a escolha motivada por **capital econômico**, sendo, neste caso, pela possibilidade de acesso a recursos e equipamentos que a própria UFLA não possui: “e às vezes também... tem instituições que eu sei que vou precisar usar determinado equipamento que eu sei que a gente não tem, [...] eu trabalho com eles, porque eles têm o equipamento que eu preciso e conhecem o que eu preciso” (PESQUISADORA 3).

Outras lógicas encontradas para as parcerias entre instituições foram aquelas baseadas no capital social e no interesse por capital cultural, relacionadas diretamente ao pesquisador e não propriamente à instituição. Quanto ao **capital social**, refere-se à continuidade de parcerias com ex-alunos, ex-orientados, ou ex-orientadores, que estão em outra instituição.

[...] como eu estudei na UFLA [...] tem muitos amigos meus que estão trabalhando com pesquisa e que fizeram graduação comigo, e durante o mestrado também assim conheci pessoas. No mestrado a gente era da mesma área, orientados do mesmo professor, do mesmo pesquisador, então essa pessoas foram para EMBRAPA, para outras universidades. (PESQUISADORA 3)

E, quanto ao capital cultural, observaram-se, principalmente, escolhas baseadas em contatos com pesquisadores nacionais e internacionais por afinidades nas áreas de pesquisa e busca por complementaridade de competências.

[...] por exemplo, eu sou da área [X], mas às vezes alguma coisa que você desenvolve aqui de importante, às vezes o pessoal da área [Y] sabe ou então o pessoal da [Z], então isso é muito importante. E de outras instituições também, eu trabalho também com o pessoal da EMBRAPA... EPAMIG...que a visão é diferente, um complementa o outro

e acho fundamental essa visão também. (PESQUISADORA 3)

Assim, a questão das parcerias entre instituições não foi explorada com um maior aprofundamento na presente pesquisa, já que não se revelou, ainda, uma forma de parceria significativamente utilizada pelos pesquisadores consultados. O próprio discurso dos entrevistados revela limitações existentes a parcerias desta natureza:

As parceiras interinstitucionais infelizmente ainda é uma coisa muito nova no Brasil, nós temos feito alguma coisa com Viçosa, mas é incipiente [...] para mim seria fundamental aumentar a parceria interinstitucional [...] eu diria que nós temos que aprofundar muito mesmo, a gente vê que há um pouco de vaidade entre professores pesquisadores entre instituições para o projeto em conjunto... um pouco de medo de trocar detalhes, publicações... às vezes [...] o pessoal muitas vezes se preocupa muito em publicar e se preocupa menos com o objetivo da pesquisa. (PESQUISADOR 2)

Este fragmento demonstra, ainda, uma aproximação da visão do campo científico como um campo caracterizado pela luta concorrencial entre os pesquisadores, cuja essência pode ainda prejudicar a existência de parcerias entre os mesmos.

Além destes fatores, observa-se que alguns docentes se preocupam com o fortalecimento da própria equipe de trabalho, seja do próprio programa de pesquisa ou departamento, fator este que pode justificar a maior incidência de parceiros da própria instituição na equipe dos projetos, além da lógica de proximidade física e do próprio capital social que se acumula dentro da instituição:

[...] os outros membros [do projeto] são do departamento... isso também é importante, a gente fortalecer o grupo [...] então a gente tem que procurar inserir estes colegas...esses parceiros [...] pra melhorar também a produção deles...o currículo. Isso fortalece o grupo como um todo [...]. (PESQUISADOR 9)

Dessa forma, encerra-se a discussão a respeito dos capitais envolvidos nas parcerias interinstitucionais e segue-se uma tentativa de síntese dos capitais que estão em jogo na escolha por parceiros de pesquisa dentro do campo estudado.

4.4.6 Uma síntese dos capitais em jogo: o capital simbólico do campo científico estudado

Então, quais são os capitais em jogo na formação de equipes de projetos de pesquisa, ou seja, o que determina a escolha por parceiros de pesquisa e que influencia, ainda, as estratégias empreendidas pelos agentes dentro de uma dinâmica de disputa por aprovação de projetos de pesquisa?

Comentando de uma forma abrangente os resultados obtidos em relação aos capitais em jogo na escolha por parceiros de pesquisa, observa-se uma relevância do capital econômico e do cultural e também motivações em menor escala baseadas em capital social, pois, além de sua menor consideração pelo discurso dos entrevistados, este quase sempre aparece associado ao interesse pelo capital cultural acumulado pelo parceiro.

Importante ressaltar a possibilidade de escolhas baseadas em uma combinação destes capitais, ou seja, o capital efetivado como simbólico dentro do campo não o é de forma isolada, pois há outros capitais conjuntamente em jogo. Dentro dessa possibilidade, podem-se observar exatamente escolhas baseadas simultaneamente em mais de um capital no discurso dos entrevistados.

Assim, fazendo uma breve síntese em relação aos capitais em jogo do campo estudado, se poderia supor, **de forma generalizada**, a seguinte dinâmica de escolha por parceiros de pesquisa:

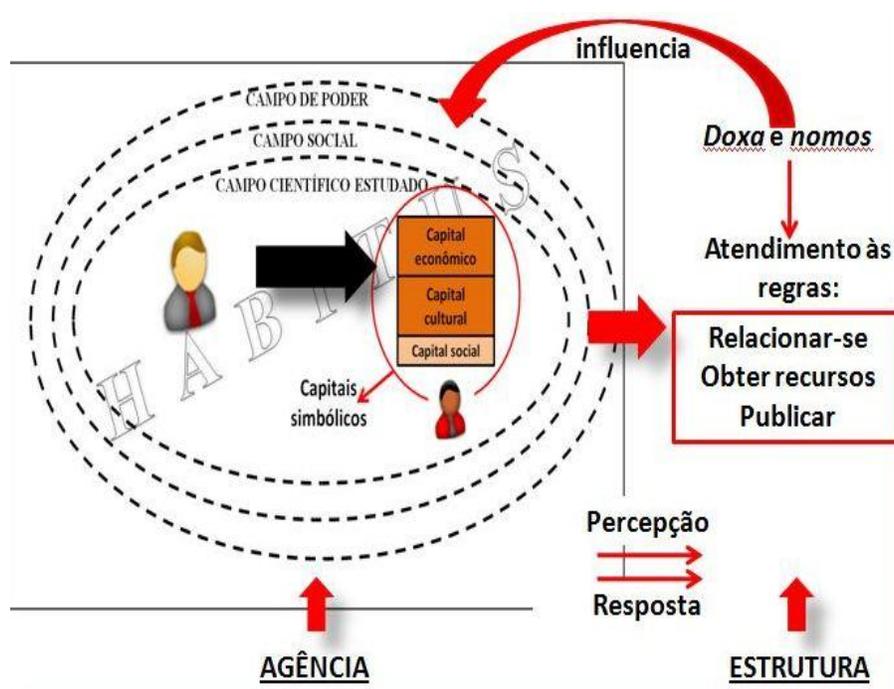


Figura 6 Síntese dos capitais em jogo na escolha por parceiros de pesquisa
 Fonte: dados da pesquisa, adaptado de Teixeira, Moreira e Castro (2009).

Retomando a teoria do campo de Bourdieu, ressalta-se que o campo social se insere em um campo de poder (BOURDIEU, 1989, 1996a). E, dentre os diversos campos, há o campo científico. Neste campo, a posição dos membros é determinada pelo capital simbólico que possuem. O reconhecimento desse capital pelos outros pares é oriundo de práticas incorporadas que constituem o habitus. Essas práticas incorporadas refletem o compartilhamento de interesses e objetivos, que constituem, muitas vezes, de forma inconsciente, as relações de poder presentes no interior do campo (TEIXEIRA; MOREIRA; CASTRO, 2009). Além disso, “tais relações se dão de uma forma dinâmica, pois as posições no campo não são estáticas, visto que as lutas por capitais [...] provocam alterações” (TEIXEIRA; MOREIRA; CASTRO, 2009, p. 17) nos capitais que estão em jogo. E, em relação ao contexto específico do campo estudado, os capitais que estão atualmente em jogo são, preponderantemente, o

capital econômico e o capital cultural. Já o capital social também se revela um campo importante, mas não de forma tão significativa quanto os dois anteriores. Dessa forma, pode-se dizer que o capital simbólico do campo possa assumir, isoladamente, a forma de capital econômico, cultural e social; ou, de forma associada, conjuntamente as formas destes três capitais.

Pode-se dizer, ainda, que o interesse por esses capitais se relacione às estratégias empreendidas pelos agentes em uma busca de sobrevivência dentro do campo científico, significativamente marcado por regras como publicar, relacionar-se e obter recursos.

Dessa forma, dentro de relações estabelecidas tanto pela estrutura quanto pela agência, observa-se uma dinâmica em que, o campo, possuindo seu *nomos* e sua doxa, é permeado por regras que se apresentam aos pesquisadores, tais como relacionar-se, obter recursos e publicar. Percebendo as leis deste campo, os pesquisadores, por sua vez, respondem ao mesmo por meio de estratégias que visam ao atendimento a tais regras. Sendo o capital econômico, o cultural e o social aqueles que estão em jogo dentro do campo, influenciados por sua doxa e *nomos*, esses se tornam alvo de disputa pelos pesquisadores enquanto exercem sua possibilidade de agência.

Assim, parte-se para as conclusões da presente pesquisa, relativamente aos objetivos propostos para a mesma.

5 CONCLUSÕES

Respondendo, então, ao problema da presente pesquisa (quais são os capitais em jogo na formação de equipes de projetos de pesquisa, ou seja, o que determina a escolha por parceiros de pesquisa e que influencia, ainda, as estratégias empreendidas pelos agentes dentro de uma dinâmica de disputa por aprovação de projetos de pesquisa), pode-se dizer que a luta concorrencial inerente ao campo científico, em uma dinâmica de objetivação por prestígio acadêmico, no sentido de garantia de publicações científicas que, por sua vez, podem ser viabilizadas por intermédio do financiamento de pesquisas públicas por parte de órgãos de fomento, faz com que haja interesses em jogo na escolha por parceiros de pesquisas. Tais interesses podem ser, dentro do contexto estudado na pesquisa, identificados principalmente como o capital econômico e o cultural, seguidos pelo capital social (em menor relevância em relação aos dois primeiros) que são, assim, devidas as proporções, transformados em capital simbólico dentro do campo.

Dessa forma, pode-se inferir que a posse destes capitais pelos pesquisadores possa condicionar, de fato, seu posicionamento dentro do espaço de distinções simbólicas constituído pelo contexto estudado, já que são escolhidos como parceiros de pesquisa aqueles docentes que possuem estes capitais. Tal escolha permite um ciclo no qual a execução de um projeto de pesquisa pode levar ao atendimento das três regras mais citadas em relação ao meio científico - que são publicar, obter recursos e relacionar-se - ciclo este que se alimenta continuamente e que permite a acumulação, por parte dos docentes, destes capitais e, conseqüentemente, de prestígio acadêmico.

O que influencia a busca especificamente por estes capitais pelos docentes da universidade estudada? Vários são os fatores. Um deles é o próprio

desejo de atendimento às três regras citadas, o que faz com que, de acordo com um dos pressupostos teóricos de análise utilizados, as leis (*nomos*) que governam o campo influenciem o tipo de capital que é objeto de disputa. Tal desejo deve, ainda, ser caracterizado por um observado contexto de pressão vivenciado pelos docentes/pesquisadores entrevistados, que reforça a necessidade de que estes mantenham um adequado nível de produtividade em termos de publicação científica e de formação de recursos humanos, principalmente. A necessidade de publicação se insere na discutida crença na legitimidade das palavras (BOURDIEU, 2001b) dentro do campo científico.

O segundo fator que contribui para que estes capitais sejam transformados em capital simbólico dentro do campo estudado é que os mesmos podem propiciar ao pesquisador o atendimento às exigências por capacitação profissional e por mérito das propostas de pesquisa dentro do contexto de concorrência a financiamentos lançadas pelos editais da FAPEMIG. Nesse sentido, o capital econômico permite a viabilização da execução da pesquisa em si, o capital cultural garante a disponibilidade de conhecimentos e experiência necessários para a condução das pesquisas, e o capital social garante uma espécie de continuidade à necessidade que estes pesquisadores possuem de relacionarem-se com seus pares.

O terceiro fator que pode ser apontado para que estes sejam os capitais em jogo é que os interesses pelos mesmos se relacionam exatamente, ao conhecimento pelos docentes, de quais são as leis do campo em que estão inseridos, ou seja, quais são as regras do jogo, já que o próprio “direito de entrada no campo é dado pelo reconhecimento dos seus valores fundamentais” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 40).

Observou-se que tais pesquisadores conseguem não só identificar elementos da *doxa* e do *nomos* presentes no campo, como também indicar possíveis julgamentos simbólicos contaminados de suas propostas de pesquisa,

decorrentes da dinâmica concorrencial do campo científico. Assim, percebem as vinculações de suas escolhas em relação às regras do jogo. Mas, antes disso, apesar do contexto de pressão que se demonstrou significativo, observa-se que os pesquisadores também se sentem com relativa autonomia dentro do campo, já que as influências externas a um campo, como fatores econômicos e políticos, por exemplo, são mediadas pela estrutura particular de cada campo (BOURDIEU, 2004c).

Além disso, embora apresentem uma visão, de certa forma, generalizada em relação ao campo científico e às escolhas por parceiros de pesquisa, observam-se também posturas diferenciadas dos pesquisadores em relação a tais questões. Ou seja, há um compartilhamento hegemônico de ideias, percepções e estratégias. Contudo, as mesmas não são uniformes, já que, como se pressupôs, tais pesquisadores internalizam disposições e crenças de forma diferenciada.

Outras decorrências do estudo é a observação de que o perfil dos docentes que tem projetos aprovados nos editais revela um perfil de indivíduos, de fato, direcionados para a pesquisa científica, sendo significativo, por exemplo, o percentual de pesquisadores contemplados por bolsas de produtividade que são, dentro do contexto estudado, ferramentas concretas de distinção do pesquisador dentro do campo. Assim, os resultados apresentados são válidos especificamente para o contexto estudado, para o perfil de docentes entrevistados, e para a dinâmica de disputa por aprovação de projetos de editais da FAPEMIG, não podendo ser generalizados. São também válidos temporalmente, já que se considera que os esquemas de percepção e de apreciação dos indivíduos são duráveis, mas se modificam ao longo do tempo (WACQUANT, 2007).

Ainda, também como limitação da pesquisa, a não apreensão direta do *habitus* dos pesquisadores, que é um conceito central na teoria do campo de

Bourdieu (1989). Além disso, há a limitação, em termos teóricos, da aplicação da perspectiva de um único autor para a elucidação do problema de pesquisa.

Contudo, a relevância de tal aplicação se deu, em termos teóricos, pela aplicação antes não realizada da teoria sociológica em questão para a compreensão de uma dinâmica de escolha por parceiros de pesquisa, permitindo o estabelecimento de relações entre a respectiva teoria e o respectivo foco de estudo que podem, inclusive, contribuir para que se descubram novas aplicações práticas para a mesma. Possibilitou-se também uma maior investigação prática das considerações de Bourdieu (2003; 2004b) em relação ao campo científico. Ainda, o foco na dimensão simbólica do contexto estudado é justamente a contribuição da pesquisa, já que se admite que a conquista de prestígio dentro do campo escolhido dependa de aprovações de projetos de pesquisa, por exemplo, que foram alvos das investigações realizadas.

Em termos práticos, é implicação da pesquisa um alerta em relação à situação de intensa pressão vivenciada pelos docentes entrevistados, bem como denúncias sutis que estes fazem em relação à trajetória que a universidade vem traçando, em termos de desvalorização do ensino e da extensão, e sobrevalorização da pesquisa.

Além disso, indicam-se implicações para a própria FAPEMIG, na medida em que se permitiu conhecer características “do outro lado da moeda”. Há, por parte da fundação, um conhecido planejamento das políticas envolvidas no financiamento de pesquisas e das normas e critérios para avaliação dos projetos que são submetidos aos seus editais, que podem ser observados nos próprios documentos normativos da instituição. Mas, e outro lado? Como reagem os pesquisadores a tais regras para que suas pesquisas sejam viabilizadas? Quais são as estratégias empreendidas pelos mesmos? Estas são algumas das informações que podem ser providas por meio desta pesquisa e que pode auxiliar a instituição, inclusive, a avaliar a adequação de seu sistema de

avaliação ao contexto vivenciado pelos pesquisadores, que são o público-alvo de suas ações.

Ainda, indicam-se implicações em termos políticos. Observa-se, de modo reflexivo, que as políticas públicas direcionadas para a gestão das universidades e dos órgãos vinculados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico possam estar gerando um ambiente de intensa pressão aos pesquisadores e uma possível subjugação da importância do ensino. Vários dos pesquisadores ressaltaram, nesse sentido, o incentivo à qualidade da pesquisa em detrimento do incentivo à qualidade do ensino. Estas são, pois decorrências que podem permitir reflexões importantes para o contexto da pesquisa científica.

Também, a compreensão da dinâmica de formação de parcerias pelos pesquisadores, baseadas preponderantemente em desejo por capital econômico e cultural dentro do campo, tornou-se uma forma de conhecer melhor a dinâmica em que a colaboração científica ocorre, e as estratégias empreendidas pelos pesquisadores para responderem a uma conjuntura geral de estímulo à cooperação para a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico.

Por fim, ressalta-se que a presente pesquisa permitiu uma constatação prática de que as lutas entre agentes se dão no que Bourdieu chama de campo de poder, que é “uma espécie de *metacampo* que regula as lutas em todos os campos e subcampos” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 40). E que a configuração deste campo de poder determina “a estrutura de posições, alianças e oposições, tanto internas ao campo, quanto entre agentes e instituições do campo com agentes e instituições externas” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 40).

Como sugestões para futuras pesquisas, a aplicação de metodologias que permitam a apreensão aprofundada do *habitus* dos pesquisadores, bem como uma abordagem, não realizada na presente pesquisa, do papel das associações regulamentadoras, como a Anpad – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, no âmbito específico da Administração, por

exemplo, na tomada de decisões que impactam diretamente nas leis do campo científico específicos de cada área de conhecimento, sugestão esta dada, inclusive, pela Pesquisadora 11, docente entrevistada. A exploração do papel dessas associações pode ser relevante, dado que as leis do campo são estabelecidas e sustentadas pelas instituições que nele são dominantes (BOURDIEU, 2004c).

Além disso, para que o campo fosse de fato analisado, de uma forma mais integrada, seria necessário que se estudasse o papel de várias agências reguladoras da pós-graduação no país, e também da pós-graduação, já que o contexto estudado abarca essas duas esferas. Pois, enquanto limitação da pesquisa, o campo foi analisado somente sob a perspectiva de seus atores, como apenas sob a perspectiva das regras contidas nos editais da FAPEMIG. Dessa forma, sugere-se, também, uma análise das regras às quais os programas de pós-graduação estão submetidos no contexto da CAPES. Tais análises permitiriam uma melhor apreensão do *nomos* do campo.

Outra sugestão seria uma análise mais detalhada da posição ocupada por cada agente no campo, dados estes que poderiam ser coletados no currículo Lattes dos pesquisadores envolvidos na pesquisa. Como a posição ocupada pelos agentes é um aspecto fundamental para a compreensão de suas estratégias, uma análise mais criteriosa poderia indicar relações mais precisas do que as que foram aqui apreendidas.

Para finalizar, duas frases dos docentes são consideradas relevantes para sintetizar algumas questões discutidas. Em primeiro lugar, apesar do contexto de pressão vivenciado pelos indivíduos pesquisados, fica uma lição – “[...] o mais importante que eu falo pros meus alunos, a gente tem que ser feliz naquilo que a gente faz. Eu falo pra eles, o coração alegre deixa o rosto mais bonito” (PESQUISADOR 5) – a de que o desejo e a satisfação individual também se fazem presentes em meio a todas as pressões estruturais do campo da Ciência,

ou seja, a agência se faz presente. Os indivíduos não são completamente livres, mas possuem certa liberdade dentro do campo, especialmente no que se refere aos aspectos subjetivos de sua prática social.

Ainda, reafirmando a relevância de se estudar as escolhas por parceiros de pesquisa, finaliza-se que “[...] a escolha por um parceiro é importantíssima para qualquer atividade da vida humana... qualquer coisa... ainda mais na atividade de pesquisa (PESQUISADOR 9).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. C. **Atividades cooperativas de pesquisa científica e tecnológica em Minas Gerais: projetos, redes e Consórcios**. 2003. 374 p. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras, MG: UFLA, 1999. 125p.

ALVES, E.R. Pierre Bourdieu: a distinção de um legado de práticas e valores culturais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 179-184, jan./abr. 2008.

ARAÚJO, U.P. **Relação agência e estrutura em redes colaborativas: uma análise do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café**. 2008. 268 p. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Lavras, Lavras.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004. 223 p.

BONACICH, P. Power and centrality: a family of measures. **The American Journal of Sociology**, v. 92, n. 5, p. 1170-1182, Mar. 1987.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007. 560 p.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009a, 424 p.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004a. 234 p.

_____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, R. **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D'água, 2003. 172 p.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. 311 p.

_____. _____. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b. 322p.

_____. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009b. 472 p.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004b.

_____. **Questões de sociologia**. Portugal: Fim de Seculo, 2004c.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papyrus, 1996a. 231 p.

_____. **The state nobility: elite schools in the field of power**. Stanford: Stanford University Press, 1996b.

_____.; CHAMBOREDON, J.C.; PASSERON, J.C. **A profissão de sociólogo, preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____.; WACQUANT, L.J.D. **Um convite à sociologia reflexiva**. Relume-Dumará, 2006. 328p.

BOZEMAN, B.; CORLEY, E. Scientists' collaboration strategies: implications for scientific and technical human capital. **Research Policy**, v.33, p.599-616, 2004.

BRASIL. Lei n.º 8.956, de 15 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a transformação da Escola Superior de Lavras em Universidade Federal de Lavras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 16 dez. 1994. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/127452/lei-8956-94>>. Acesso em 10 mar. 2010.

_____. Ministério da Ciência e da Tecnologia. **Indicadores nacionais de ciência e tecnologia – 2000-2008**. Brasília: MCT, 2010. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/740.html>>. Acesso em 12 abr. 2010.

BRAUN, N. GAUTSCHI, T. A Nash bargaining model for simple exchange networks. **Social Networks**, v. 28, n. 1, p. 1-23, 2006.

BRITO, M. J. **Mudança e cultura organizacional**: a construção social de um novo modelo de gestão de P&D na EMBRAPA. 2000. 261f. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CAPPELLE, M.C.A.; MELO, M.C.O.L.; GONÇALVES, C.A. Análise de conteúdo e análise do discurso nas ciências sociais. **Revista de Administração da UFLA**, Lavras, v.5, n.1, p. 69-85, jan./jun. 2003.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. F. Sociedade, Organizações e Poder. In: CARVALHO, C. A. VIEIRA, M. F. **O Poder nas Organizações**. São Paulo, Thomson Learning, 2007, cap.2, p. 7-34.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq. **Diretório dos grupos de pesquisa no Brasil**. Disponível em: <<http://dgp.CNPq.br/diretorioc/html/infogeral/index.html>>. CNPQ: 2010. Acesso em: 12 abr. 2010.

EMIRBAYER, M.; JOHNSON, V. Bourdieu and organizational analysis. **Theory & Society**, v. 37, n. 1, p. 1-44, Feb. 2008.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004, 312p.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA NO ESTADO DE MINAS GERAIS – FAPEMIG. **Edital FAPEMIG 01/2009 – projetos de pesquisa para 2009 – universal**. FAPEMIG: 2009a. Disponível em: <<http://www.fapemig.br/admin/editais/upload/Edital%2001-2009%20Universal.pdf>>. Acesso em 02 set. 2010.

_____. **Edital FAPEMIG 03/2009 – Programa Pesquisador Mineiro – PPM III**. FAPEMIG: 2009b. Disponível em: <<http://www.fapemig.br/admin/editais/upload/Edital%2003-2009%20PPM.pdf>>. Acesso em 02 set. 2010.

_____. **Edital FAPEMIG 14/2009 – Programa Biota Minas**. FAPEMIG: 2009c. Disponível em: <<http://www.fapemig.br/admin/editais/upload/Edital%2014-2009%20BIOTA.pdf>>. Acesso em 02 set. 2010.

GADAMER, H.-G. **Verdade e método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, T. de A. **Organizações e comunidades de pesquisa em biotecnologia agropecuária**: os casos BBSRC (Grã-Bretanha) e da EMBRAPA (Brasil). 1994. 262p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Índices Gerais de Cursos das Instituições**
(**triênio 2006, 2007 a 2008**). Dados atualizados em 28/10/2010. Disponível em:
<<http://www.inep.gov.br/areaigc/>>. Acesso em 25 mar. 2010.

KATZ, J. S., MARTIN, B. What is research collaboration? **Research Policy**, v. 29, p.1-18, 1997.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: ARTMED, 1999. 344p.

MATON, K. Reflexivity, relationism & research: Pierre Bourdieu and the epistemic conditions of social scientific knowledge. **Space & Culture**, London, v. 6, n. 1, p. 52-65, Feb. 2003. Disponível em:
<<http://sac.sagepub.com/cgi/reprint/6/1/52>>. Acesso em 26 Mar. 2010.

MELIN, G. Pragmatism and self-organization: research collaboration on the individual level. **Research Policy**, v. 29, p. 31-40, 2000.

MICELI, S. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. **Tempo Social**, USP, p. 63-79, abr. 2003.

MINAS GERAIS (Estado). Lei nº 11.552, de 3 de agosto de 1994. Dispõe sobre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 03 ago. 1994. Disponível em:
<http://www.gestaoc.org.br/orgsist/sudeste/org_mg_111552.htm>. Acesso em 10 nov. 2010.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – MCT. Resolução Normativa MCT-CNPq nº 009/2009 – Anexo I da RN 016/2009 – Bolsas individuais no país, de 30 de abril de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 abr. 2009. Disponível em: <http://www.cnpq.br/normas/rn_06_016_anexo1.htm>. Acesso em 02 set. 2010.

MIRANDA, A.R.A. **Um estudo sobre a dinâmica identitária de professoras gerentes de uma universidade pública**. 2010. 162 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Lavras, Lavras.

MISOCZKY, M. C. A. Implicações do uso das formulações sobre campo de poder e ação de Bourdieu nos estudos organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, p. 9-30. 2003.

MOODY, J. The Structure of a Social Science Collaboration Network: Disciplinary Cohesion from 1963 to 1999. **American Sociological Review**, v. 69, n. 2, p. 213-238, Apr. 2004.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **Science, technology and industry scoreboard**. Paris: OECD, 2002. 254p.

PROVAN, K.G.; BEYER, J.M.; KRUYTBOSCH, C. Enviromental linkages and power in resource-dependence relations between organizations. **Administrative Science Quarterly**, v. 25, Jun.1980.

QUINIOU, Y. Das classes à ideologia: determinismo, materialismo e emancipação na obra de Pierre Bourdieu. **Actuel Marx**, Paris, n. 20, 1996.

ROSA, A. R. **(O) Braço Forte, (A) Mão Amiga**: um estudo sobre dominação masculina e violência simbólica em uma organização militar. 2007. 355 p. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Lavras, Lavras.

SETTON, M.G.J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p. 60-70, mai./jun./ago. 2002.

TEIXEIRA, J.C.; MOREIRA, L.B.; CASTRO, C.C. Dinâmica de poder em redes interorganizacionais: uma análise sob a ótica dos conceitos de *habitus*, campo e capital de Pierre Bourdieu. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 11, Salvador, 2009. **Anais...** Salvador: UFBA, 2009.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.40, n. 1, p. 27-55, jan./fev. 2006.

TRIVIÑOS, A. R. S. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais: Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. **Recommendation Concerning the International Standardization of Statistics on Science and Technology**. Paris: UNESCO, 1979. 202p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS – UFLA. **A universidade – histórico**. 2010a. Disponível em: <<http://www.ufla.br/Universidade/historico.html>>. Acesso em 10 nov. 2010.

_____. **Graduação - cursos**. 2010b. Disponível em: <<http://www.ufla.br/Graduacao/cursos.html>>. Acesso em 10 nov. 2010.

_____. **Stricto Sensu – Programas de Pós-Graduação**. 2010c. Disponível em: <http://www.prg.ufla.br/prpg2010/?page_id=79>. Acesso em 10 nov. 2010.

VANDENBERGHE, F. “The real is relational”; an epistemological analysis of Pierre Bourdieu’s generative structuralism. **Sociological Theory**, v. 17, n. 1, p. 32-67, Mar. 1999. Disponível em: <<http://www.jstor.org/pss/201926>>. Acesso em 06 abr. 2010.

VERGARA, S.C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005. 287 p.

WACQUANT, L. Notas para esclarecer a noção de *habitus*. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 6, n. 16, p. 06-16, abr. 2007.

_____. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, p. 95-110, nov. 2002.

YAMAGISHI, T.; COOK, K. S. Power relations in exchange networks: a comment on Network Exchange Theory. **American Sociological Review**, v. 55, n. 2, p. 297-300, Apr. 1990.